UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDRÉ SEKKEL CERQUEIRA

A Donzela Alada:
Reflexão sobre retórica e história em Portugal no século XVII

São Paulo
2017
(Versão Corrigida)

ANDRÉ SEKKEL CERQUEIRA

A Donzela Alada:
Reflexão sobre retórica e história em Portugal no
século XVII

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

São Paulo

2017

(Versão Corrigida)

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S464d Sekkel Cerqueira, André A Donzela Alada: Reflexão sobre retórica e história em Portugal no século XVII / André Sekkel Cerqueira ; orientador Ana Paula Megiani. - São Paulo, 2017.
169 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História Cultural. 2. História da Cultura Escrita. 3. História Moderna. 4. História Ibérica. I. Megiani, Ana Paula, orient. II. Título.

André Sekkel Cerqueira

A Donzela Alada: Reflexão sobre retórica e história em Portugal no século XVII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

[Alegoria à História, Portugal, século XVII]

HISTÓRIA

Donna alata, & vestita di bianco, che guardi indietro, tenga com la sinistra mano vn'ouato, ouero vn libro, sopra del quale mostri di scriuere, posandosi col piè sinistro sopra d'vn saffo quadrato, & a canto visia vn Saturno, sopra le spalle del quale posi l'ouato, ouero il libro, oue ella scriue.

Historia è arte, com la quale scriuendo, s'esprimono l'attione notabili de gli huomini, diuision de'tempi, nature, e accidenti preteriti, e presente delle persone, e delle cose, la qual richiede tre cose, verità, ordine, & consonanza.

Si fà alata, essendo ella vna memoria di cose seguite, degne di sapersi, laquale se diffonde per le parti del mondo, & scorre di tempo in tempo ali posterì.

Il volgere lo sguardo indietro mostra, che l'Historia è memoria dele cose passate nata per la posterità.

Si rappresenta, che scriua nella guisa, che si è detto, percioèche l'Historie scritte sono memoria de gli animi, & le statue del corpo, onde il Petrarca nel Sonetto 84.

Pandolfo mio quest'opere son frali

A lungo andar: mà ul nostro studio è quello

Che fà fama gl'houmini immortali.

Tiene posato il piede sopra il quadratto, perche l'Historia deue star sempre salda, ne lassarsi corromperé, ò soggiogare da alcuna banda con la bigia per interesse, che perciò si veste di bianco.

Se le mette a canto Saturno perche l'Historia è dettta da Mar. Tullio, testimonianza de i tempi, maestra dela vita, luce dela memoria, & spirito dell'attioni.

Resumo

Em nossa pesquisa analisamos os preâmbulos dos livros de história impressos em Portugal entre 1640-1680, dando atenção às práticas da escrita desses textos — dedicatórias, cartas ao leitor, prólogos e licenças para a impressão. Os preâmbulos, como constatamos, têm a função retórica de exórdio da obra e, portanto, pretendem captar a benevolência, atenção e tornar o leitor dócil com relação à matéria do livro. Segundo os preceitos retóricos usados no século XVII, uma das maneiras para se atingir esses objetivos era falar sobre o assunto tratado adiante. Encontramos, então, nos prólogos dos livros de história, discursos sobre o que era a história naquele período, os quais confrontamos com o que diziam os tratados sobre esse mesmo gênero. Com isso, nos propomos a fazer uma história das práticas da escrita dos preâmbulos e dos preceitos do gênero histórico no século XVII.

Abstract

In our research we analyze the preambles of the books on history printed in Portugal between 1640 and 1680, paying attention to the writing practices of these texts - dedications, letters to the reader, prologues and licenses for printing. The preambles, as we have seen, have the rhetorical function of exordium of the work and, therefore, seek to capture benevolence, attention and make the reader docile with regard to the matter of the book. According to the rhetorical precepts used in the seventeenth century, one of the ways to achieve these goals was to talk about the subject matter discussed below. We find, then, in the prologues of the history books, discourses on what history was in that period, which we confront with the treatises on the same genre. With this, we propose to make a history of the writing practices of preambles and precepts of the historical genre in the seventeenth century.

Sumário

Resumo	7
Abstract	7
Agradecimentos	10
Introdução	12
Capítulo I: Entre paratextos, preâmbulos e exórdios.....	26
Dos paratextos	26
Dos preâmbulos.....	31
Dos exórdios.....	36
Breve reflexão sobre o estudo das práticas da escrita	43
Capítulo II: Análise retórica dos exórdios	57
Preâmbulos da História	67
Dedicatórias.....	70
“Ao Sereníssimo Príncipe Nosso S.” – A dedicatória de História de Portugal Restaurado	70
Salutatio	71
Narratio	72
Captatio benevolentiae.....	74
Petitio	77
Conclusio.....	78
“A El-Rey Nosso Senhor D. Afonso VI de Portugal, etc.” — a dedicatória da Ásia Portuguesa	79
As dedicatórias de Antonio Alvarez na Crônica del Rei D. João I.....	83
Carta ao leitor	86
O prólogo	90
Prólogo de Ásia portuguesa.....	90
Prólogo de História de Portugal Restaurado.....	92
Prólogo da Crônica Del Rei D. João I	97
Capítulo III: Como se escrevia a história no século XVII?	99
Historia magistra vitae	101
A verdade da história	106

Como deveria ser o historiador	111
Sobre a história no século XVII.....	118
A escrita da história	123
Capítulo IV: A história nos preâmbulos: análise dos livros de história portugueses do período da Restauração	131
Crônica Del Rei D. João I	131
Injustas sucessoens dos reys de Leão, e de Castella e izenção de Portugal	135
Pe. Balthazar Telles.....	136
Monarquia Lusitana	139
D. Francisco Manuel de Melo	144
Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na Primavera do anno de 1663.....	148
Compendio Panegirico da vida, e acçoens do excellentissimo senhor Luis Alvarez de Tavora Conde de S. Ioão, Marquez de Tavora	152
Conclusão	156
Referências	160

Agradecimentos

O que eu sou, eu sou em par

Não cheguei sozinho

Lenine

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de forma mais próxima ou mais distante, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço à CAPES pela bolsa que me foi destinada. Também agradeço à Cátedra Jaime Cortesão, em especial à Vera A. Ferlini, e ao Instituto Camões pela bolsa de pesquisa em Portugal.

Agradeço ao João A. Hansen e ao Aldair C. Rodrigues pelas arguições na qualificação, ambas fundamentais para a continuação da pesquisa. Ao Hansen, ainda, pela disponibilidade de diálogo ao longo dos anos.

À Adma F. Muhana e à Maria do Socorro F. de Carvalho agradeço pelo diálogo e ajuda na delimitação do tema de pesquisa. O agradecimento estende-se aos seminários do Grupo de Pesquisa Poética e Retórica Aristotélicas e suas Apropriações nas Letras Luso-Brasileiras dos Séculos XVI e XVII, onde pude entrar em contato com pesquisadores que trabalham com um tema semelhante ao meu — em particular com Alexandre Barboza, estudioso de Gandavo e que se tornou um bom interlocutor.

Em Portugal fui orientado por Tiago C. P. dos Reis Miranda, que me recebeu na sua Quinta do Fidalgo Pobre e me apresentou alguns recantos dos arredores de Lisboa, além de ter oferecido uma enorme contribuição crítica a alguns textos que incorporam esta dissertação.

Nesta trajetória foi muito importante o contato com membros do Grupo de Estudos de História Ibérica Moderna, o GEHIM, cujos encontros tornaram as minhas tardes de sexta-feira ricas em aprendizado. À Adriana Conceição, em particular, agradeço pelos convites a participar de simpósios e para a publicação de um artigo.

À Ana Paula Torres Megiani agradeço profundamente pela orientação — sempre encorajadora — e amizade, que tornaram possíveis a realização da minha pesquisa.

Agradeço aos amigos Celso, Gustavo, Nelson e, em especial, ao

Matheus que me ajudou com o latim.

À minha mãe, Marie Claire, sou grato pelo apoio e incentivo em seguir esses caminhos, que por vezes são muito sinuosos. Se entrei na USP, foi porque ela me mostrou por onde seguir. E ao Pedro, meu irmão, que se tornou um ávido interlocutor sobre política.

Ao meu pai, Marcelo, e à Carmem, agradeço por nos receberem num complicado momento e darem a estrutura necessária para que pudéssemos continuar nosso caminho.

Deixo registrado, também, meu agradecimento aos meus tios, tias, primos e primas, em especial ao tio Juca, que sempre incentivou e demonstrou interesse pelos meus estudos.

Não posso deixar de expressar minha gratidão à Rosinha, Priscila, ao Carlos, Luís e Noah, que me receberam de braços abertos em Portugal e tornaram a minha estadia um momento muito especial.

Agradeço à Mariane, que há onze anos está ao meu lado, apoiando-me em todos os momentos. Ela faz as críticas mais precisas com relação às minhas ideias e ações, então, muito do que está aqui é devido a ela.

Introdução

Na sua lição inaugural do Collège de France, proferida a 1º de dezembro de 1950, Fernand Braudel procurava discutir algumas questões sobre a história daquele período. Em certa altura de sua fala, ele fez uma comparação entre o pintor paisagista e o historiador:

“Imaginal um pintor, um paisagista. Diante dele, árvores, casas, colinas, estradas, toda uma paisagem tranquila. Tal é, em face do historiador, a realidade do passado — uma realidade verificada, escovada, reconstruída. Dessa paisagem nada devia escapar ao pintor, nem esses silvados, nem essa fumaça... Nada omitir: contudo, o pintor esquecerá sua própria pessoa, pois o ideal seria suprimir o observador, como se fosse preciso surpreender a realidade sem assustá-la, como se fora de nossas reconstruções, a história fosse tomada no estado nascente, portanto no estado de matérias brutas, de fatos puros. O observador é fonte de erros, contra ele a crítica deve permanecer vigilante”¹.

Alguns séculos antes, em 1679, D. Luis de Menezes, terceiro conde da Ericeira, no prefácio ao *História de Portugal Restaurado*, também comparou o historiador ao pintor: “Julgo por muyto errada a opinião commua, que assenta, que a historia he paralelo da pintura”. Segundo ele, o pintor teria a vantagem de poder retocar a sua obra se algum crítico apontasse algum erro, como ele contou que teria acontecido com Apelles, famoso pintor da Antiguidade — preferido de Alexandre, o Grande. Tendo exposto uma de suas telas, um alfaiate disse que a roupa de uma das pessoas representadas estava imperfeita; o pintor, então, com humildade, corrigiu o defeito. Depois, uma outra pessoa teria criticado o perfil de uma das pessoas representadas, ao que Apelles simplesmente castigou o crítico, pois este não entendia tanto quanto ele da arte da pintura. O mesmo não pode acontecer com o escritor, segundo o conde da Ericeira,

“porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabaram de sellar a historia que escrevéram, logo perdéram toda a ação de emendála, & na diffiuldade de satisfazer a hum Mundo de juizos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver historia bem avaliada de todos”².

¹ BRAUDEL, Fernand, *Posições da História em 1950*, in: **Escritos sobre a história**, São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 20.

² ERICEIRA, Conde da, **História de Portugal Restaurado oferecida ao sereníssimo principe**

Curioso notar que tanto Braudel quanto D. Luis de Menezes comparam o historiador ao pintor para criticar essa comparação. Para o primeiro, esse pintor paisagista seria um tipo ideal de historiador que registraria tudo o que viu, mas, como ele diz, o observador é a fonte de erros e contra ele a crítica deve ser vigilante. Há, aí, uma distância que se estabelece entre o observador e o historiador. O *ut pictura historia*³ que vigorava nos séculos XVI e XVII já não existe mais. Ora, mas o conde da Ericeira também traça uma distinção entre o historiador e o pintor; no entanto, ela se verifica apenas no que toca ao suporte da pintura e da história. Enquanto uma tela pode ser corrigida pelo pintor, mesmo depois de pronta, ao historiador isso não seria permitido depois de o livro sair do prelo. A diferença aqui traçada, então, não é com relação ao método, por assim dizer, da pintura e da história, pois como o próprio conde afirma, era opinião comum comparar essas duas artes: o historiador deveria ser como um pintor, ou escultor. Se Braudel usou essa comparação entre pintura e história para marcar uma diferença entre as duas — o historiador de 1950 não seria mais o pintor paisagista —, D. Luis de Menezes usou a mesma comparação para falar das dificuldades que o historiador teria e o pintor não, porém em nenhum momento ele nega a opinião comum de que o historiador seria como um pintor.

Braudel, em sua fala, mostrava que a história praticada em seu tempo já era muito diferente daquela ensinada por Ranke ou Michelet. O historiador, apontava ele, devia, naquele momento, buscar recursos na antropologia, com Marcel Mauss ou Levis Strauss, devia ler a sociologia durkheimiana ou a geografia de Vidal de la Blache. Enfim, Braudel mostrava que não havia mais um método claro do ofício do historiador e, além disso, ele afirmava que os livros de história deveriam ser vigiados pela crítica, pois o observador era fonte de erros.

Já a história do tempo do conde da Ericeira era bem diferente: ela era preceituada por tratados que procuravam dizer ao historiador como ele deveria escrever. Aqui, talvez possamos ver uma longa duração da ideia de história, pois os tratadistas do século XVII baseavam-se, principalmente, em Cícero (século I a. C.) e Luciano de Samósata (século II d. C.) para escreverem sobre a arte

Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c, Lisboa: na Officina de João Galraão, 1679.

³ SINKEVISQUE, Eduardo, **Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)**, FFLCH/USP, São Paulo, 2005. Especialmente ver a Parte II.

histórica. Quer dizer, do tempo da República Romana até o século XVII, pouca coisa mudou na prática da escrita da história.

Segundo João A. Hansen, “desde os gregos até a segunda metade do século XVIII, o discurso da história foi um repertório de tópicos epidícticos cuja verdade de *magistra vitae* era reescrita interminavelmente como a combinatória de um comentário verossímil”⁴. Era apenas os fatos narrados que mudavam, enquanto que a maneira de narrá-los continuava, de modo geral, a mesma. Para ilustrar esta questão é interessante comparar o que Cícero escreveu sobre a história e o que Luis Cabrera de Córdoba, historiador espanhol do início do século XVII, também escreveu, para repararmos na semelhança entre ambos. O orador romano escreveu o seguinte: “testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado” (*De Oratore*, II, IX, 36). Já Cabrera de Córdoba:

Es noble la historia por su duraciõ, que es la del mundo. Fenecen Reinos, mudanse los Imperios, mueren grãdes, y pequeños, ella permanece: vida de la memoria, maestra de la vida, anũciadora de la antigüedad, preparaciõ importante para los actos politicos...⁵

Em nossa pesquisa, então, nos propomos fazer uma análise de como era a prática da escrita da história no século XVII. Para isso, demos atenção a uma parte específica dos livros: o preâmbulo, pois neste período, como nossa pesquisa nos mostrou, era prática comum os livros trazerem um discurso sobre a sua matéria, quer dizer, num livro de história o prólogo trataria da história. O que chamamos de preâmbulo é aquela parte do livro impresso que assume a função de exórdio da obra, cujo objetivo é, para dizer de forma simples, preparar o leitor para o que vem a seguir. Em geral, compunham os preâmbulos as dedicatórias, prólogos, cartas ao leitor e as licenças para se imprimir o livro — todos exercendo a função de exórdio. Assim, para se entender o que era a história neste período se faz imperativo o estudo dessa parte do livro que, por assim dizer, antecede o próprio livro.

⁴ HANSEN, João Adolfo, Instituição retórica, técnica retórica, discurso, **Matraga**, v. 20, n. 33, p. 11–46, 2013, p. 13.

⁵ CABRERA DE CORDOBA, Luis, **De historia, para entenderla y escribirla**, En Madrid: Por Luis Sanches, 1611. Livro I, Discurso III.

Por tratar-se de uma pesquisa cujo foco são os textos, são necessárias algumas considerações sobre como vamos interpretá-los. Pensamos, com Paul Ricoeur⁶, que uma vez escrito, o texto se separa de seu autor e não nos interessa mais saber qual foi sua intenção, pois, enquanto discurso, foi preservado e interpretado de diferentes formas ao longo do tempo. Entender o que um texto diz, ou o que ele diz em determinada época, não tem, necessariamente, relação com a intenção que seu autor tinha quando o escreveu. Para Ricoeur a escrita é como uma inscrição de um discurso, e nesse sentido levanta uma série de questões. O discurso humano, diz ele, ao ser preservado pela escrita, é também afetado na sua função comunicativa. A escrita não é a inscrição da linguagem falada, “mas é pensamento humano directamente trazido à escrita sem o estágio intermediário da linguagem falada. A escrita toma o lugar da fala”⁷.

Nesse sentido, o autor afirma que a relação da mensagem com o receptor foi drasticamente alterada, uma vez que não há mais, no discurso escrito, aquela relação entre o locutor e a mensagem. Assim,

com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir. [...] A inscrição torna-se sinónimo de autonomia semântica do texto, que resulta da desconexão da intensão mental do autor relativamente ao significado verbal do texto. Em relação ao que o autor quis dizer e ao que o texto significa. A carreira do texto subtrai-se ao horizonte finito vivido pelo seu autor. O que o texto significa interessa agora mais do que o autor quis dizer, quando o escreveu⁸.

Isso quer dizer que, ao analisarmos os preâmbulos dos livros de gênero histórico impressos no contexto da Restauração em Portugal, não vamos interpretar o discurso a partir de uma suposta intenção do autor, pensando no sentido que ele procurou dar quando o escreveu. Para analisarmos historicamente um discurso anterior a nós, ou seja, para compreendermos o sentido que ele teve na sua época, entendemos ser necessário a reconstituição, a partir das ruínas que chegaram até nós, de uma conjectura daquele tempo⁹.

⁶ RICOEUR, Paul, **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**, Lisboa: Edições 70, 2013.

⁷ *Ibid.*, pp. 45-46.

⁸ *Ibid.*, p. 47.

⁹ “[...] a obra de discurso, enquanto obra única, só pode atingir-se por um processo de restrição do alcance dos conceitos genéricos, que incluem o gênero literário, a classe dos textos a que este texto pertence, e o tipo de códigos e estruturas que se interceptam nesse texto. A localização e individualização do texto único é também uma conjectura.” Cf. *Ibid.*, p. 109.

Assim, é necessário abandonarmos alguns conceitos e generalizações contemporâneas e procurarmos o sentido do discurso segundo os conceitos, categorias e códigos, linguísticos ou não, de seu próprio tempo.

Koselleck, em um capítulo de *Futuro passado*, no qual procura mostrar a utilidade da história dos conceitos para a história social, chama a nossa atenção para uma questão crucial — há uma “exigência metodológica mínima”, diz ele:

a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então¹⁰.

O historiador alemão afirma, na passagem citada, que é necessário reconstituir os usos da linguagem do passado para que se possa interpretar os documentos. Como sabemos, uma palavra muda de sentido e significado ao longo do tempo — como a palavra história, por exemplo, usada por Heródoto, que não tem mais o mesmo significado, ou democracia, que em Atenas servia para designar uma forma de governo que não tem mais o mesmo sentido dos governos democráticos contemporâneos —, então, para se analisar um texto do século XVII é importante conhecer os sentidos e significados que as palavras tinham naquele tempo, bem como qual era a estrutura da linguagem usada¹¹. O que Koselleck afirma complementa muito bem aquilo que já foi dito sobre Ricoeur, de ser necessário reconstituir uma conjectura para ser possível entendermos o sentido de um texto. Uma conjectura que não está no autor e também não está no leitor, mas no próprio texto, pois “O que o texto significa interessa agora mais do que o autor quis dizer, quando o escreveu”¹².

Para podermos analisar os textos do século XVII, é preciso saber que naquele tempo eles eram retoricamente inventados, ou seja, as artes retóricas forneciam as regras e estruturas para que um autor pudesse encontrar os melhores argumentos e as melhores maneiras de ordená-los no discurso a fim de comunicar algo ao público. Nos colégios jesuítas, espalhados por toda a

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart, História dos conceitos e história social, in: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, 1ª. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC Rio, 2006, p. 103.

¹¹ Como veremos mais adiante, quando analisamos a estrutura da linguagem usada no século XVII, vemos como os textos, ou melhor, os discursos eram retoricamente inventados.

¹² RICOEUR, **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**, p. 47.

Europa e principais responsáveis pelo ensino nos séculos XVI e XVII, as crianças eram alfabetizadas com textos de Cícero e Sêneca, considerados modelos da composição retórica. Sabemos que circulavam, na Península Ibérica, as artes retóricas de Aristóteles, Hermógenes, Cícero, Quintiliano e da *Retórica a Herênio*, além dos exercícios preparatórios (os chamados *progymnasmata*) de Aftônio e Aelius Theon¹³, constantemente traduzidos e emulados. Exemplo disso é a *Arte de Retórica* do Padre Cipriano Soares — cujos preceitos foram tirados de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, como afirma o autor — manual adotado nos colégios da Companhia de Jesus. Neste sentido, propomos que o historiador da cultura escrita¹⁴, quando tenha um objeto de pesquisa anterior ao século XVIII, conheça minimamente as artes retóricas, pois elas regulavam a invenção do discurso.

Além disso, levando-se em consideração a ideia de Pécora sobre “a realidade”, que é, segundo ele, “a ilusão compartilhada dos seus efeitos persuasivos”, ou seja, algo verossímil “segundo o conjunto de provas de que se dispõe e que se divulga, com mais ou menos consistência argumentativa, a distintos auditórios”, entendemos que o texto não literário deve ser considerado “como peça de um outro gênero de argumentação em busca de acordos sobre o que deve ser julgado como ‘o real’”¹⁵. Quer dizer, cada gênero possui um consenso sobre o que é real – verdade – e o que não é e sobre as maneiras de dizê-lo. Por exemplo, no século XVII, para se dizer a verdade em história, era preciso respeitar as regras desse gênero. Porém, como mostrou Foucault, a disciplina — no caso, a história — fixa os limites da produção do discurso; então, se hoje não respondemos mais às mesmas regras do gênero histórico de antes, ainda assim respeitamos regras estabelecidas pela disciplina histórica, a qual funcionaria como uma espécie de “polícia” discursiva¹⁶.

¹³ Cf. KENNEDY, George A., **Classical rhetoric and its christian and secular tradition from Ancient to Modern Times**, 2ª. Chapel Hill e Londres: The University of North Carolina Press, 1999. Também cf. LÓPEZ GRIGERA, Luisa, **La Retórica en la España del Siglo de Oro**, 2ª. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

¹⁴ Sobre cultura escrita, cf. CASTILLO GÓMEZ, Antonio, História de la cultura escrita: ideas para el debate, **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, 2003.

¹⁵ PÉCORA, Alcir, **Máquina de gêneros: Novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage.**, 1ª. São Paulo: Edusp, 2001.

¹⁶ “[...] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de

Ainda segundo Foucault, “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”¹⁷. Podemos relacionar essa afirmação com o que disse Hansen, acima, sobre o discurso da história ser uma reescritura da tópica *historia magistra vitae*, ou seja, a mesma maneira de compor o discurso é usada para diferentes acontecimentos históricos, os quais são rearticulados como exemplos a serem seguidos: *magistra vitae*. Com essa ideia, podemos entender como se deu a prática da escrita da história em Portugal na época Restauração — acontecimento que determinou parte da composição dos discursos históricos de 1640 até, pelo menos, 1680, quando o governo se estabilizou, após algumas tentativas de revolta na década de 1670, como a conjura de 1673, durante a regência de D. Pedro¹⁸. Esse processo começou em 1640, quando um grupo de nobres e fidalgos portugueses, insatisfeitos com as políticas de Castela, como a cobrança de impostos, planejou um golpe para deixar o reino de Portugal independente dos Habsburgo. D. João, oitavo duque de Bragança, de linhagem real, foi o escolhido pelos nobres para ser o novo rei. O parentesco da casa de Bragança com a dos antigos reis de Avis remonta aos tempos da aclamação de D. João I.

Tendo vencido diversas batalhas, dentre as quais a mais celebrada foi a de Aljubarrota, em 1385, contra os Castelhanos, com a liderança militar do condestável D. Nuno Álvares Pereira, D. João I foi aclamado rei de Portugal, dando origem a uma nova dinastia — a dos Avis. No entanto, o rei se viu ameaçado pelo condestável, que detinha muitas terras e influência por conta das suas vitórias militares. Para evitar um possível confronto, era necessário estabelecer uma aliança estável e que fosse vantajosa para ambos os lados. Essa aliança foi consolidada em 1401, pelo casamento de Beatriz, única filha de D. Nuno Álvares Pereira, e Afonso, filho bastardo de D. João I. Desta união originou-se a Casa de Bragança¹⁹.

controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. FOUCAULT, Michel, **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**, São Paulo: Loyola, 1996, p. 34.

¹⁷ *Ibid.*, p. 25.

¹⁸ VALLADARES, Rafael, **A Independência de Portugal: Guerra e Restauração: 1640-1680**, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006, p. 337.

¹⁹ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalves, **História de**

D. João IV, oitavo duque de Bragança, então, foi coroado no dia 15 de dezembro de 1640. Longe de ser unanimidade entre os revoltosos, hoje especula-se que ele teria sido escolhido por falta de opções²⁰, pois era o único a quem se justificava dar a coroa do reino, justamente por conta da origem real dos Bragança. Durante a cerimônia, D. João IV procurava justificar a sua legitimidade ao trono português, que, segundo as narrativas da época, havia sido usurpado pelos Habsburgo em 1580 e restaurado naquele momento. Ele portava o mesmo cetro de ouro que D. João I portou depois da batalha de Aljubarrota, fazendo com que a sua imagem se aproximasse da de seu avô. Inventava-se²¹, desse modo, uma narrativa que legitimava a coroação de D. João IV ao aproximá-lo de D. João I: assim como este deu início à dinastia de Avis, tendo como uma de suas principais vitórias a da batalha de Aljubarrota, onde os castelhanos foram derrotados, também D. João IV deu início a uma dinastia, a da casa de Bragança, que se firmou contra Castela depois da sublevação do 1º de dezembro.

Conta-se que no sábado 1º de dezembro de 1640, os nobres de Lisboa colocaram em prática o plano para assassinar Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado de Filipe IV em Lisboa, e, em seguida, aclamar D. João, duque de Bragança, como rei de Portugal. Na *Relação de tudo o que se passou na Felice aclamação do Mui Alto, & mui Poderoso Rey Dom João o IV. nosso Senhor*, conta-se que João Pinto Ribeiro — um dos principais articuladores da Restauração — esperar se juntarem os fidalgos antes de irem ao Paço, quando encontrou um dos amigos que ele havia convidado sem dizer o motivo, o qual, desejoso de saber o segredo, perguntou onde iam, ao que João Pinto Ribeiro respondeu: “não he nada, himos aqui abaxo até a sala dos Tudescos a tirar hum Rey, & por outro, & logo nos tornamos para casa”²². Os conjurados invadiram o

Portugal, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, cap. V da Parte II.

²⁰ “Do lado dos fidalgos percebe-se que se não fora a ausência de alternativas viáveis para a solução de mudança que preconizavam, talvez D. João tivesse sido descartado dos planos em gestação”. COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da, **D. João IV**, Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2015, p. 16.

²¹ Invenção, aqui, tem o sentido de encontrar os melhores argumentos para se construir o discurso, tal como definido pelas artes retóricas difundidas no século XVII, como a anônima *Retórica a Herênio* ou o *De Oratore* de Cícero.

²² *Relação de tudo o que se passou na Felice aclamação do Mui Alto, & mui Poderoso Rey Dom João o IV. nosso Senhor*, cuja Monarquia prospere Deos por largos Annos. Dedicada aos Fidalgos de Portugal, 1641, p. 15.

palácio real de Lisboa e foram atrás de Miguel de Vasconcelos. Este, com medo ao perceber a chegada dos seus algozes, teria pegado uma carabina e se escondido dentro de um armário da sala onde estava; como não cabia direito em seu esconderijo, fazia barulho e tremia — o que chamou a atenção de seus inimigos, que logo encheram de tiros o armário, sendo que dois atingiram o secretário de Estado na garganta, o que o fez sair cambaleante e descomposto. Ele ainda teve tempo de dar alguns tiros antes de perder a vida²³.

Os portugueses proclamavam, assim, a Restauração de Portugal, que havia sido usurpado por Filipe II em 1580 quando, enquanto discutia-se quem sucederia o Cardeal D. Henrique: se seria Filipe II ou D. Catarina de Bragança, uma invasão espanhola liderada pelo duque de Alba colocou fim às conversas, submetendo Portugal à Espanha²⁴. Hoje, a historiografia sobre o assunto afirma que foram as medidas tomadas pelo válido conde-duque de Olivares, o qual tinha planos de incorporar Portugal ao reino de Castela, um dos principais motivos que mobilizaram os nobres e fidalgos à revolução de 1640²⁵. Eduardo d'Oliveira França afirma que, na verdade, tratou-se de uma contra-revolução, pois era uma reação à “revolução monárquico-imperial intentada por Olivares”²⁶. A notícia da Restauração logo se espalhou pelo reino e suas colônias, que, então, também aclamaram D. João IV.

Madri passou a fazer propagandas para tentar manter Portugal, afirmando que os portugueses haviam sido enganados por um grupo minoritário²⁷. Filipe IV agiu rápido para tentar atrair o maior número possível de nobres portugueses para Castela e, para isso, adotou uma política de nomear portugueses para alguns cargos de Estado em seu reinado. Em 1643, por exemplo, ele nomeou João de São Tomás, filho do marquês de Castelo Rodrigo — uma das casas nobres de mais destaque em Portugal — como seu mordomo-mor. Essas nomeações eram sempre divulgadas com bastante propaganda e, certamente, não passaram despercebidas dos próprios castelhanos, que

²³ O caso é narrado na “Relação de tudo o que se passou na Felice aclamação” e reproduzido pela historiografia sobre o assunto: *Ibid.*, p. 20–21; VALLADARES, **A Independência de Portugal: Guerra e Restauração: 1640-1680**, p. 45–46; FRANÇA, Eduardo d'Oliveira, **Portugal na época da restauração**, São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 300–301.

²⁴ VALLADARES, **A Independência de Portugal: Guerra e Restauração: 1640-1680**, p. 33–34.

²⁵ RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, **História de Portugal**, cap. V da Parte II.

²⁶ FRANÇA, **Portugal na época da restauração**, p. 87.

²⁷ VALLADARES, **A Independência de Portugal: Guerra e Restauração: 1640-1680**, p. 113.

passaram a fazer críticas a Filipe IV por conta das despesas com os portugueses exilados em Castela²⁸.

Em 1648 houve uma fracassada tentativa de estabelecer a paz entre D. João IV e Filipe IV: a ideia era casar D. Teodósio, herdeiro do trono português, ou D. Duarte, irmão de D. João, com Maria Teresa, filha de Filipe IV. Os planos envolvendo D. Duarte não deram certo, pois ele morreu preso em Milão. Por conta disso, o padre Vieira foi enviado a Roma para propor ao embaixador espanhol o casamento de D. Teodósio com Maria Teresa, o que também acabou não dando certo. A outra missão de Vieira, segundo Valladares, era incitar uma rebelião em Nápoles contra Filipe IV visando enfraquece-lo e ocupa-lo em diversos fronts²⁹.

Entre 1640 e 1668, Portugal e Espanha viveram uma relação de guerra, com uma série de pequenos confrontos nas áreas de fronteiras. A situação dos portugueses não era muito boa, pois não havia homens em grande número para formar um grande exército e nem o capital necessário para isso. Espanha também não estava em uma posição muito confortável, por conta da revolta da Catalunha, que só se estabilizaria em 1656, mesmo ano da morte de D. João IV. Com isso, a guerra entre Portugal e Espanha tem duas fases: uma que vai de 1640 a 1656, com alguns conflitos na fronteira; e outra entre 1656 e 1668, com mais conflitos, principalmente por parte de Filipe IV, que tendo conseguido uma situação de paz na Catalunha podia, agora, se concentrar na guerra contra Lisboa³⁰.

Após a morte de D. João IV, sua esposa D. Luísa de Gusmão — a qual era de origem de uma das mais importantes casas nobres de Castela, a de Medina-Sidônia, e prima de Olivares, que a renegou publicamente após 1640 — foi regente até 1662, quando assumiu o trono D. Afonso VI³¹. Para se fortalecer, Portugal buscou apoio da França, com o casamento de D. Afonso com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, em 1666, bisneta, por linhagem bastarda, de Henrique IV. Portugal também buscou aliança com Inglaterra, num acordo de

²⁸ *Ibid.*, p. 115–123.

²⁹ *Ibid.*, p. 132.

³⁰ RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, **História de Portugal**.

³¹ D. Afonso havia se tornado o herdeiro do trono em 1653, por ocasião da morte de seu irmão mais velho D. Teodósio.

casamento entre Catarina de Bragança e o rei Stuart, Carlos II³².

D. Afonso VI era um rei muito contestado e o fato de não ter tido herdeiros favoreceu o partido que defendia a sua renúncia e a subida ao trono de seu irmão, D. Pedro, o que aconteceu em 1668. O rei foi afastado, mas pode manter o título, enquanto que D. Pedro tornou-se príncipe regente e apenas em 1683, quando da morte do irmão, tornou-se rei D. Pedro II. Além de tomar o governo das mãos de seu irmão, D. Pedro tomou-lhe também a esposa. Ele e D. Maria Francisca conseguiram a anulação do casamento dela com D. Afonso VI, e, com isso, ela casou-se com o príncipe regente. Neste mesmo ano de 1668 Portugal e Espanha assinaram o tratado de paz que colocaria fim à guerra e garantiria o reconhecimento da independência de Portugal por parte de Castela. O governo de D. Pedro, no entanto, não foi fácil; na década de 1670, ele sofreu algumas tentativas de golpe, sendo que a de 1673, em Évora, a qual, inclusive, teria contado com apoio de Castela, foi a mais perigosa³³. Foi apenas na década de 1680 que a política portuguesa realmente se estabilizou.

Durante os conflitos entre Portugal e Castela, ambas as coroas trataram de publicar textos propagandísticos. No caso de Castela, Filipe IV procurava atrair o maior número possível de nobres portugueses para o seu lado; já no caso de Portugal, procurava-se legitimar a Restauração perante os outros países da Europa, mostrando como D. João IV era rei natural de um reino que havia sido usurpado. Como parte de uma política de afirmação do novo rei, a coroa passou a incentivar, através da política de mecenato, a publicação de livros para defender a Restauração, como: *Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na Primavera do anno de 1663* (1663), de D. Antonio Alvares da Cunha; *Historia del Regno di Potogallo* (1644), de Giovanni Battista Birago, *Portugal Restaurado* (s. d.), de Manuel da Cunha; *Justificação dos portugueses. sobre a acção de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella* (1643), de Antonio Carvalho de Parada; *A acção de acclamar a elrey Dom João o IV* (1644), escrito por João Pinto Ribeiro; *História de Portugal Restaurado* (1679), de D. Luis de Menezes, conde da Ericeira, entre outros.

³² VALLADARES, **A Independência de Portugal: Guerra e Restauração: 1640-1680**, p. 213–214.

³³ *Ibid.*, p. 311.

Nosso estudo, então, visa compreender o que era o discurso histórico nesse período e, para isso, nos propusemos a estudar os preâmbulos — ou seja, as dedicatórias, as cartas ao leitor, as licenças e os prólogos — dos livros de história, porque é justamente nesta parte do livro que os escritores (fossem os próprios autores do livro ou os editores/impressores, que por vezes escreviam dedicatórias, prólogos etc.) comunicavam aos leitores qual seria a matéria do livro e o que entendiam por história, considerada *magistra vitae*.

No primeiro capítulo, discutimos o termo “preâmbulo”, ao qual demos preferência pelo uso, no lugar do termo “paratexto”, muito mais utilizado. Como procuramos mostrar, “paratexto” é um conceito generalizante que olha para o livro como um objeto pertencente ao mundo das ideias e, portanto, ideal e imutável ao longo da história, enquanto que “preâmbulo” permite reconstituir a função exordial que esses textos tinham nos livros impressos no século XVII. Dito de forma simples, o exórdio tinha a função de preparar o ouvinte ou leitor para o que viria na sequência, procurando deixá-lo dócil, benevolente e atento à matéria tratada. A dedicatória, a carta ao leitor, etc., são atualizações do exórdio antigo, feitas a partir da difusão da imprensa. Entendemos, portanto, que estes textos mantiveram a sua principal função, que era a de preparar o leitor para o decorrer do livro. Assim, ao dedicar o livro ao monarca, o autor visava angariar proteção e prestígio. Geralmente, as dedicatórias eram escritas seguindo os preceitos da epistolografia, que propunham um diálogo entre dois ausentes que se fazem presentes no ato da leitura. Ter o rei “presente” na obra, numa sociedade de Antigo Regime, contribuía para deixar o público benevolente com a obra. Portanto, podemos ver como a dedicatória exercia uma função de exórdio.

No capítulo dois, fazemos uma reflexão sobre as artes retóricas, passando pelos autores clássicos, como Aristóteles, Cícero e Quintiliano, além da anônima *Retórica a Herênio*, pois eram as autoridades mais referidas pelos tratados do século XVII. Apresentamos as partes da retórica, invenção, disposição, elocução, memória e ação, bem como as partes do discurso às quais elas devem ser aplicadas, que são: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão. Também neste capítulo procuramos mostrar como o ensino nos séculos XVI e XVII, em Portugal, seguia a *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus, que baseava o aprendizado dos alunos no latim

ciceroniano e na composição do discurso imitando as autoridades antigas. Junto com o latim, era ensinado as técnicas de composição do discurso, ou seja, técnicas retóricas. Com isso, procuramos mostrar que as crianças, quando aprendiam a ler e a escrever, o faziam com base nas regras retóricas.

No terceiro capítulo, analisamos de forma mais detalhada os preâmbulos de três obras impressas em Portugal durante a Restauração: *Crônica de D. João I* (1644), de Fernão López, *Ásia portuguesa* (1666), de Manuel de Faria e Sousa, e *História de Portugal Restaurado* (1679), de D. Luis de Menezes, conde da Ericeira. Escolhemos o primeiro porque foi uma obra escrita no século XV, mas cuja primeira impressão só foi feita em 1644, justamente por conta da aclamação de D. João IV. O livro de Manuel de Faria e Sousa é interessante por também tratar-se de uma obra publicada postumamente, mas, em específico, por os preâmbulos terem sido escritos pelo filho do autor, Pedro de Faria e Sousa, que procurou mostrar a lealdade de seu pai ao reino de Portugal, apesar dele ter servido a muitos nobres importantes de Castela. Já *História de Portugal Restaurado* é um dos mais citados documentos sobre a Restauração, mas, o que mais nos chamou a atenção, foi o que o conde da Ericeira escreveu sobre a história em seu prólogo, comparando-a à pintura, por exemplo, e dialogando com dois dos mais citados tratados sobre a história impressos no XVII: o de Agostino Mascardi e o de Pierre Le Moyne.

No capítulo quatro analisamos quatro tratados de história do século XVII: *De historia, para entenderla y escribirla* (1611), de Luis Cabrera de Cordoba, *Dell'arte historica* (1636), de Agostino Mascardi, *Genio de la historia* (1651), de Frei Jerónimo de San José e *De l'Histoire* (1670), de Pierre Le Moyne. Apesar de haver algumas diferenças sobre algumas questões, os quatro tratados são unânimes em reafirmar a máxima ciceroniana *historia magistra vitae*. O futuro, nessa concepção de história, contém muito do passado — o que torna a história *magistra vitae*, mestra da vida, como a definiu Cícero, pois a partir dos exemplos fornecidos por ela, os governantes e os particulares, poderiam evitar os erros e imitar as virtudes dos grandes homens do passado. Assim, o gênero histórico torna-se útil em um momento de centralização política, porque fornece aos governantes meios de fazer prognósticos.

Como o nosso assunto diz respeito a Portugal, verificamos a inexistência de publicações de tratados de história no reino. Porém, isso não significou uma

ausência de livros de história escrito por portugueses. Com o estudo dos preâmbulos dos livros de história impressos em Portugal, no quinto capítulo, pudemos constatar que os escritores portugueses discutiam sobre o gênero histórico nas licenças, dedicatórias, prólogos e cartas ao leitor. Os preceitos deste gênero, dados, principalmente, pelos autores analisados no capítulo anterior, eram aplicados nos livros de história portugueses.

Com brevidade e clareza, procuramos falar sobre o que se irá discutir no percurso que ora se inicia. Talvez o assunto merecesse ser tratado de forma mais bem-acabada, mas oferecemos ao leitor aquilo o que o nosso tempo e engenho foi capaz de produzir e, se a escrita não os agradar, não desconte no assunto, o qual é rico e merece ser melhor explorado.

Capítulo I: Entre paratextos, preâmbulos e exórdios

Dos *paratextos*

Em nossa pesquisa, pretendemos analisar a função daquilo que convencionou-se chamar de paratextos. Não temos a pretensão de estudar todos os paratextos de todos os livros impressos no século XVII — apenas a função deles nos livros de gênero histórico publicados durante e após a Restauração (1640-1680). Desde os trabalhos de Gérard Genette, os estudos sobre o tema têm ganhado um importante espaço nas pesquisas acadêmicas voltadas para o campo da cultura escrita³⁴. Em *Palimpsestes*, de 1981, o autor usou pela primeira vez o termo, que, posteriormente, foi tratado de maneira detalhada em *Seuils*, de 1987 (traduzido no Brasil como *Paratextos editoriais* em 2009³⁵), no qual se dedica a definir e analisar os componentes do que chamou de “paratextos”. Tomemos a sua explicação: ele afirma que uma obra “raramente se apresenta em estado nu”; geralmente, ela está acompanhada de outras produções, como o nome do autor, o título, o prefácio, ilustrações que a cercam e nunca sabemos ao certo se elas são parte integrante ou não da obra; tudo isso que a cerca procura garantir a “sua presença no mundo, sua ‘recepção’”. Por fim, Genette conclui: “Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público”³⁶. Para exemplificar a importância do paratexto na recepção de uma obra, ele pergunta: reduzido apenas ao texto, sem nenhuma dessas coisas que cercam a obra, como leríamos o *Ulysses* de Joyce se ele não tivesse o título³⁷?

Genette chama a nossa atenção para um aspecto da materialidade do texto e, com essa última pergunta, para o modo como ele é recebido pelo público — que pode variar de acordo com os paratextos. Certamente a leitura de *Ulysses* sem esse título seria outra, se pensarmos que ele já remete o leitor a Homero; por outro lado, podemos pensar que as leituras são diferentes em tempos e

³⁴ Sobre o debate acerca do campo da cultura escrita, do qual trataremos mais adiante, cf.: CASTILLO GÓMEZ, Historia de la cultura escrita: ideas para el debate.

³⁵ GENETTE, Gérard, **Paratextos editoriais**, 1ª. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

³⁶ *Ibid*, p. 9.

³⁷ *Ibid*, p. 10.

lugares diferentes: ler as aventuras de Leopold Bloom na década de 1920 em Paris, onde foi impresso, e lê-las na Paris atual, certamente não é igual. De qualquer forma, o título do livro continua o mesmo e funciona como um convite para entrar e percorrer os seus caminhos. Também podemos pensar o significado desse nome, *Ulysses*, na década de 1920 e atualmente — apesar de nos remetermos sempre a Homero, o sentido que isso tem na nossa sociedade muda e, assim, a recepção da obra também muda. Gostaríamos de ressaltar, com essa discussão, que os estudos de Gérard Genette acabaram mostrando a importância de atentarmos, também, para aquela parte do livro que não é propriamente o livro, mas que faz parte dele.

Em *Paratextos editoriais* há uma série de definições e explicações de cada uma das partes que compõem os chamados paratextos. São duas grandes partes, que por sua vez se subdividem em outras tantas, que formam o paratexto de Genette:

Em torno do texto, no espaço do mesmo volume, como o título ou prefácio, e, às vezes, inserido nos interstícios do texto, como os títulos de capítulos ou certas notas; chamarei de *peritexto* essa primeira categoria espacial [...]

[...] todas as mensagens que se situam, pelo menos na origem, na parte externa do livro: em geral num suporte midiático (conversas, entrevistas), ou sob a forma de uma comunicação provada (correspondências, diários íntimos e outros). A essa segunda categoria eu batizo, na falta de um termo melhor, de *epitexto* [...].³⁸

Ambas as partes formam o paratexto; “para os amantes de fórmulas, *paratexto* = *peritexto* + *epitexto*”. Peritexto, então, é aquilo que está dentro do livro, e epitexto é o que está “fora”. Segundo esse esquema, nossa pesquisa se detém no peritexto.

No entanto, entendemos que definições universais, como é o caso do conceito de paratexto, acabam por se tornar trans-históricas, ou seja, esquecem das especificidades históricas que envolvem os elementos que compõem o, por assim dizer, paratexto. O livro de hoje não é igual ao livro do século XVII – seja na sua materialidade ou na sua função social – e, portanto, eles não devem ser vistos e estudados como se fossem. O estudo do paratexto, que Genette se

³⁸ *Ibid*, p. 12.

propõe a fazer faz mais sentido em uma sociedade com uma imprensa já consolidada, com uma opinião pública já estabelecida, numa sociedade burguesa como a nossa, do que naquelas de Antigo Regime. Hoje, por exemplo, a capa do livro é importantíssima para chamar a atenção do leitor em uma livraria, ou o epitexto (aquele paratexto que está fora do livro) pode ter mais importância, porque aquilo o que convencionalmente chamamos de mídia coloca coisas relativas ao livro publicado em circulação, como reportagens, entrevistas com o autor, resenhas etc. No Antigo Regime, em primeiro lugar, os livros eram vendidos sem encadernação – era o comprador que o mandava encadernar da maneira como gostaria e com o profissional de sua confiança. Então o impressor, que detinha os direitos de comercializar o livro, não planejava a capa para que ela fosse atrativa ao leitor; ele fazia isso com a página de rosto, onde, muitas vezes, o nome do nobre a quem se dedicava o livro tinha mais destaque do que o do próprio livro e do autor, justamente porque atraía mais prestígio e atenção. No livro do Antigo Regime havia, também, uma série de outros preâmbulos, como a “carta ao leitor”, as “licenças” e “aprovações”, extintas na atualidade³⁹. Em resumo, entendemos que não é possível analisar um livro do século XVII apenas com os olhos do XXI, e, por isso, é importante prestar atenção nas práticas da escrita, na sua especificidade e não tanto para conceitos universalizantes. Roger Chartier chama a atenção justamente para essa questão:

Será, na verdade, tão seguro tomar o paratexto como uma categoria dotada de pertinência trans-histórica, e que as várias características e manifestações dos elementos que o compõem devem ser consideradas simples variações ou evoluções de uma realidade textual definida em sua universalidade? E se pensarmos nesses termos, será que não corremos o risco de obliterar a especificidade de configurações textuais que recebem essa especificidade de condições técnicas e sociais que governam a publicação e a apropriação de obras de forma muito diferentes, conforme a época na qual aparecem?⁴⁰

Após os estudos de Gérard Genette, alguns pesquisadores seguiram pelo caminho dos paratextos. Lembro, aqui, a pesquisa de Arnaud Tripet,

³⁹ Analisaremos a página de rosto, as “cartas ao leitor”, “prólogos”, “licenças” e outros textos mais adiante.

⁴⁰ CHARTIER, Roger, **A mão do autor e a mente do editor**, São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 236.

Montaigne et l'art du prologue au XVI^e siècle, que logo no primeiro parágrafo do primeiro capítulo faz a seguinte reflexão:

Il y a bien des manières de se trouver devant le discours (*pro logos*). Cela dépend en grand partie du discours. Suivant le genre auquel il appartient: poème dramatique, épique, traité, dialogue, etc., le prologue aura telle ou telle physionomie, pourra prendre tel ou tel nom. Mais ce qui frappe dans cette nomenclature, c'est d'une part sa richesse, d'autre part le caractère souvent interchangeable de ses applications. Ainsi, tel discours préambulaire sera appelé prologue par un auteur, ou avertissement, avis, ou *Au lecteur*, *A son livre*, *Au duc d'Avanson*, que sais-je encore? [grifo nosso]⁴¹

O autor é capaz de ver que existe uma variedade de nomenclaturas e de tipos de textos preambulares segundo o gênero do discurso, mas isso parece o incomodar. Logo em seguida, Tripet conclui seu raciocínio, aproximando-se das ideias de Genette: “[...] admettons que tout commencement peut assumer une fonction de prologue [...]”⁴². Aquelas especificidades que ele foi capaz de identificar, por fim, são enquadradas numa definição que generaliza tudo como prólogo.

Nós entendemos que a classificação dos preâmbulos como prólogo, ou paratexto, é equivocada, uma vez que nos livros dos séculos XVI, XVII e XVIII existe tanto o prólogo, como a carta ao leitor, a dedicatória etc., sendo cada um uma parte, com uma função específica, daquilo que as artes retóricas chamam de exórdio. Classificar esses diversos textos de maneira genérica como prólogo é ignorar as especificidades de cada um deles. No segundo capítulo de seu livro, Tripet procura fazer uma taxinomia do prólogo, propondo uma série de definições como “prólogo exterior frontal”, “prólogo exterior de tendência ocasional”, “prólogo exterior de tendência autônoma” e “o prólogo integrado”. Entendemos que seu esforço pode ser útil numa perspectiva de estudos da linguística que não tem uma preocupação histórica, uma vez que ele desfaz as especificidades

⁴¹« Há muitas maneiras de se encontrar diante do discurso (*pro logos*). Isso depende, em grande parte, do discurso. Segundo o gênero ao qual ele pertence: poema dramático, épico, tratado, diálogo, etc., o prólogo terá tal ou tal fisionomia, poderá ter tal ou tal nome. Mas o que chama a atenção nessa nomenclatura, é de uma parte sua riqueza, de outra parte o caráter seguidamente intercambiável de suas aplicações. Assim, tal discurso preambular será chamado prólogo por um autor, ou advertência, opinião, ou *Ao leitor*, *A seu livro*, *Ao duque de Avanson*, o que eu ainda sei? » [grifo nosso] Tradução nossa. TRIPET, Arnaud, **Montaigne et l'art du prologue au XVI^e siècle**, 1. ed. Paris: Librairie Honoré Champion, 1992, p. 1.

⁴² “Admitamos que todo começo pode assumir uma função de prólogo” [tradução nossa]. *Ibid*, p. 1.

da época para colocar os preâmbulos que analisa segundo a sua própria taxinomia. Seu estudo detém-se na textualidade “pura” do objeto analisado, enquanto que a nossa proposta é fazer uma análise histórica das práticas de escrita dos exórdios e das suas funções no livro impresso de gênero histórico.

Apesar dos estudos de Genette terem grande relevância, ele não inaugurou as pesquisas nesse campo. Antes dele outros pesquisadores se interessaram por esses textos que antecedem a matéria do livro e servem como um lugar pelo qual podemos passar antes de iniciarmos a caminhada. No final da década de 1950, na Espanha, Alberto Porqueras Mayo publicou *El prólogo como género literario*. Seu estudo começa na Grécia Antiga, com Aristóteles, que, na *Poética*, já falava de prólogo no teatro. Para Porqueras Mayo, desde o século V a. C. até a época do helenismo, o prólogo era um preâmbulo não dramático dirigido aos espectadores, primeiro, da tragédia e, depois, da comédia, onde tinha a função de anunciar aos ouvintes aquilo que era necessário eles saberem antes do começo da encenação⁴³. O autor também chama a atenção para a inovação de Plauto, que passou a usar o prólogo para a captação da benevolência dos ouvintes por meio do riso. Em seguida, Porqueras Mayo fala sobre como o exórdio foi tratado na oratória latina, usando principalmente Cícero e Quintiliano. Prólogo e exórdio não seriam, inicialmente, a mesma coisa: o primeiro surgiu da prática da representação da tragédia; o segundo, da prática do discurso. Porém, ambos se fundem na sua função introdutiva. Após essas reflexões, o autor define o que chama de prólogo:

Prólogo es el vehículo expresivo con características propias, capaz de llenar las necesidades de la función introductiva. Establece un contacto — que a veces puede ser implícito — con el futuro lector u oyente de la obra, del estilo de la cual a menudo se contamina en el supuesto de que prologuista y autor del libro sean una misma persona. En muchas ocasiones puede llegar a ser, como ocurre frecuentemente en nuestro Siglo de Oro, un verdadero género literario⁴⁴.

El prólogo como género literario procura fazer uma história do prólogo e por conta disso fala das especificidades dos preâmbulos, como quando diferencia o prólogo da tragédia do exórdio do discurso. Nesse sentido, a análise

⁴³ PORQUERAS MAYO, Alberto, *El prólogo como género literario: su estudio en el siglo de oro español*, 1ª. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957, p. 23.

⁴⁴ *Ibid.* p. 43.

que Porqueras Mayo faz nos parece mais adequada, do ponto de vista do estudo das práticas, enquanto que *Paratextos editoriais*, embora seja um estudo importante pelos motivos já mencionados, não nos ajuda no estudo das práticas, uma vez que trabalha com conceitos trans-históricos universais, como o de paratexto.

Dos preâmbulos

O termo paratexto, portanto, nos parece problemático em diversos sentidos, até mesmo porque, como vimos, ele se divide entre peritexto e epitexto, e quando usamos paratexto, em geral nos referimos ao peritexto, mas como esse termo também se refere aos títulos de capítulos e notas, fica difícil especificar somente aqueles textos que antecedem a matéria do livro propriamente dito. Uma saída, adotada por Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, é usar o termo *preambulares* para nos referirmos a esse conjunto de textos que antecedem a matéria do livro⁴⁵. A parte do livro do século XVII (e também do XVI e do XVIII) que chamamos de paratexto é composta, em geral, pela dedicatória, carta ao leitor, prólogo, aprovação, licenças, taxação. Pensamos que juntar esses textos no conceito de paratexto, nos leva a desconsiderar as especificidades que cada um deles teve naquela época. Como as pesquisas de João Adolfo Hansen, Ivan Teixeira e Marcello Moreira já mostraram, nos séculos XVI, XVII e XVIII ibéricos a instituição retórica greco-latina determinava a invenção dos discursos⁴⁶. Desse modo, os preâmbulos têm uma função exordial retoricamente regrada, que pode variar de acordo com o gênero do livro, segundo a ideia de decoro — que preceitua o falar/escrever de maneira adequada segundo o público, a pessoa que fala/escreve e a matéria a ser tratada⁴⁷. Isso quer dizer que os exórdios de um livro do gênero histórico não são

⁴⁵ CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de, **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**, 1ª. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.

⁴⁶ Gostaríamos de destacar uma passagem de Hansen: “No Antigo Estado português anterior às reformas pombalinas, entre 1580, quando o país entrou na órbita cultural da Espanha, e 1750, quando morreu D. João V e teve início o governo de D. José I, as ‘belas letras’ eram ordenadas pelos padrões retóricos e teológicos-políticos divulgados pelos jesuítas na “*Officina*” condenada no *Compêndio histórico*. ‘Belas letras’, não ‘Literatura’, que ainda não existia como regime discursivo ficcional dotado de autonomia estético-mercadológica.” Cf. HANSEN, João Adolfo, *Fênix renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução*, in: PÉCORA, Alcir (Org.), **Poesia seiscentista: Fênix renascida & Portilhão de Apolo**, 1ª. São Paulo: Hedra, 2002, p. 26.

⁴⁷No *Orator*, de Cícero: “Or l'orateur doit voir ce qui est séant non seulement dans les idées, mais

iguais aos de um do gênero judicial ou deliberativo. Como mostra Quintiliano (*Inst. or.* IV, 1, 5 e IV, 2, 24), o exórdio serve para deixar mais dócil, atento e benevolente o juiz com relação a um caso, e Aristóteles (*Ret.* III, 1415a) afirma que ele proporciona uma amostra do conteúdo do discurso, a fim de que se conheça previamente sobre o que será o discurso e não deixar em suspenso o entendimento do público, uma vez que “o indefinido causa dispersão”; no gênero histórico o exórdio deixa de lado a captação da benevolência e busca apenas obter a atenção e o interesse dos ouvintes, segundo Luciano de Samósata⁴⁸. Já no gênero deliberativo o exórdio nem sempre é necessário porque o discurso trata de um assunto já conhecido do público (*Ret.* III, 1415b).

A diferenciação entre os exórdios e a matéria do livro, no século XVII, teria, a princípio, uma diferenciação material muito nítida, como mostra Roger Chartier, ao tratar do que chama “antigo regime tipográfico” — período da tipografia entre meados do século XV até o começo do XIX. Ele chama a nossa atenção para as marcas de identificação das páginas, conhecidas como rubricas (coisa comum e recorrente para especialistas em restauração, mas que passam despercebidas a outros pesquisadores). As rubricas das páginas que trazem o texto propriamente dito do livro são letras maiúsculas do alfabeto latino seguidas por um número (A, A2, A3, B, B2, C...). Já as das páginas que trazem os textos preambulares são diferentes. Podem ser letras minúsculas (a, a2, b, b2...), letras com til (ã, ã2 õ, õ2...) ou outros símbolos (+, +ii, *, *ii...). Isso acontece porque esses preâmbulos são, geralmente, impressos após uma série de etapas. Por exemplo, a censura eclesiástica, feita pelo Santo Ofício no caso de Portugal e Espanha, a censura secular, as aprovações e licenças, além da taxaço⁴⁹, são impressos por último, porque são as últimas etapas da produção do livro, e,

aussi dans les mots. En effet ni toutes les conditions, ni toutes les dignités, ni toutes les autorités, ni tous les âges, ni même tous les lieux, les temps, les auditoires ne doivent être traités avec la même sorte de mots ou d'idées, et toujours dans chaque partie d'un discours comme de la vie il faut considérer ce qui est séant. Et ceci réside d'une part dans la chose dont on traite et d'autre part dans les personnes de ceux qui parlent et de ceux qui écoutent.” Cf. CÍCERO, **L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs**, Paris: Les Belles Lettres, 2008, p. 25, XXI, 71.

⁴⁸ SAMÓSATA, Luciano, **Como se deve escrever a história**, Belo Horizonte: Tessitura, 2007, p. 77.

⁴⁹Não nos aprofundaremos na questão do processo de impressão de livros no século XVII. Quem tratou do assunto, atentando-se para as licenças, foi Fernando Bouza. Cf. BOUZA, Fernando, **“Dásele licencia y privilegio”: Don Quijote y la aprobación de libros en el Siglo de Oro**, 1ª. Madrid: Akal, 2012.

portanto, “[...] uma diferenciação tipográfica correspondia a uma sequência temporal”⁵⁰.

Senhor, que atègora parece que se sèguia no Mundo sèm
exceyção, mostra no seculo presente, que não pòde haver
algũa, que a não tenha: porque no generoso espirito de
Vossa Alteza quiz a Providencia divina dar a Portugal hũ
✠ ij Príncipe

Univerſo, se expõe à censura dos que sèm penetrar a magestade do
dor, & a utilidade dos seus rayos, sujeytado a razão ao appetite, huns
de claro quando a calma os aperta, outros de escuro quando o frio os
reparar que os latidos do Caõ Celeste, que amedrentam na Canicula
de que as nuvês no Inverno se formam, sãm, & não o Sol, culpados no
ma, como as nuvês na aspereza do frio.
✠ iij

Rubricas das páginas da dedicatória (acima) e prefácio (abaixo) de *História de
Portugal Restaurado* (1679)

A PROVIDENCIA divina que distribue toda
a humana grandeza, & costuma igualar a pena á
culpa, & o premio a o merecimento, havendo
permittido que os animos valerosos dos Varõ-
es Portuguezes padecessem sessenta annos o in-
felice dominio de Castella, ou por castigo da vaidade, de ha-
verem superado com acções singulares as Nações mays re-
motas, ou por desconto da gloria que na liberdade lhes des-
tinav
Introcção
á historia

⁵⁰ CHARTIER, *A mão do autor e a mente do editor*, p. 237.

Rubricas das páginas do primeiro capítulo de *História de Portugal Restaurado* (1679)

Porém, nem sempre acontecia de o preâmbulo aparecer com uma rubrica diferente. Uma obra póstuma, por exemplo, que reproduzisse a dedicatória, o prólogo e outros preâmbulos escritos pelo autor, teria como rubrica dessas páginas as mesmas que as da matéria do livro, uma vez que foram impressas num mesmo momento, como é o caso de *Chronica DelRey D. Ioam I*⁵¹, escrita por Fernão Lopes no século XV e só impressa em 1644⁵², na qual o primeiro capítulo intitula-se “Capítvlo Primeiro, Rezoës em Prologo do Avtor desta obra, ante que se fale dos feitos do Mestre”. Um outro motivo para as rubricas dos preambulares não se diferenciarem da matéria do livro, segundo Roger Chartier, é o editor da obra ter usado um outro texto impresso como base para a sua edição⁵³. O estudo desses aspectos mais técnicos do livro enquanto objeto nos diz muito sobre o contexto da edição, sobre o impressor, sobre o processo da impressão do livro, mas não faz uma distinção nítida entre aquilo que pode ser considerado preâmbulo e o texto do livro propriamente dito. Entendemos que essa distinção só é possível de ser feita a partir da análise dos textos e suas funções na obra.

Preâmbulo vem do latim *prae ambulare* e significa “antes da caminhada”,

⁵¹ O título completo da obra, como aparece no frontispício da primeira edição, é: *Chronica DelRey d. Ioam I de boa memoria, e dos reys de Portvgal o decimo. Primeira parte em qve se contem a defensam do Reyno atê ser eleito Rey. Offerecida A Magestade DelRey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez.* (disponível em: <http://purl.pt/218/4/>, acessado em 08/08/2015).

⁵² Sobre esta obra, cf.: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares, **Fernão Lopes e a retórica medieval**, 1ª. Niterói: Editora da UFF, 2010.

⁵³ CHARTIER, R. A mão do autor e a mente do editor. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 239.

que o livro nos convida a fazer. Aristóteles falou sobre o proêmio, como veremos, como uma preparação para o caminho que está por vir. Isso continua com os latinos, que usam o termo exórdio. Nas artes retóricas e nos tratados de história dos séculos XVI e XVII isso continua sendo repetido, como mostraremos adiante. O que nos permite falar de preâmbulo, exórdio ou proêmio é a função, retoricamente regrada, desses textos no livro. Nos tempos de Aristóteles e Cícero, não havia imprensa e nem o Santo Ofício, então a preparação para a caminhada não se alongava muito, em alguns parágrafos o autor já cumpria o objetivo de preparar o leitor. No tempo do Antigo Regime tipográfico, na Península Ibérica, um livro, para ser impresso, passava pela censura — que, no caso de Portugal durante o século XVII, era tripla.

Desde 1517, em consonância com as determinações do Concílio de Trento, a censura em Portugal era feita pelo Ordinário (os Juízos Eclesiásticos), pela Inquisição, a partir de 1536, e pelo Desembargo do Paço, a partir de 1576. Esse sistema tríplice, segundo indica Luiz Villalta, durou até 1768, quando a censura passou a ser única⁵⁴. No século XVII, então, o clero tinha a primazia na censura, uma vez que controlava duas das três licenças necessárias para o livro ser impresso — as licenças do Ordinário e da Inquisição. A prioridade da censura era o combate à heresia, mas as questões de caráter político não deixavam de ter importância. Aliás, no século XVII, a Inquisição acompanhou a politização das edições lusitanas, principalmente a partir da Restauração, “e ampliou seus horizontes de preocupação para além dos limites da religião, examinando também os aspectos políticos”⁵⁵. Diogo Curto exemplifica esta questão mostrando que a censura feita pela Inquisição de um livro de Manuel Gomes Galhano, em 1641, negou a licença para se imprimir a obra apontando, em primeiro lugar, questões de aspectos políticos e apenas posteriormente a elas vieram as questões acerca da religião⁵⁶.

Também era costume dedicar a obra a algum nobre ou mesmo ao rei, como sinal de submissão à hierarquia, tanto política quanto religiosa, e para se conseguir algum prestígio, uma vez que ter o nome de D. João IV, por exemplo,

⁵⁴ VILLALTA, Luiz Carlos, **Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações**, 1. ed. Belo Horizonte, MG, Brasil: Fino Traço Editora, 2015, p. 175.

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ CURTO, Diogo Ramada, **O discurso político em Portugal (1600-1650)**, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988, p. 84–85.

no frontispício do livro era mais importante do que seu próprio conteúdo. No caso específico envolvendo a Restauração, havia, por parte da Casa de Bragança, um incentivo para se publicar obras cujas dedicatórias eram feitas não apenas ao novo monarca, mas também a uma série de nobres que haviam apoiado a causa⁵⁷. Além das dedicatórias e aprovações, o livro impresso contava com textos dirigidos aos leitores, como as cartas ao leitor. O livro impresso, então, passou a carregar uma quantidade maior de textos exercendo a função retórica do exórdio para preparar o espírito do público para a caminhada que tem início com a leitura da obra: eram as licenças, dedicatórias e cartas ao leitor que tinham a função de exórdio.

Dos exórdios

O estudo dos exórdios de um livro nos mostra que as definições de Genette, e mesmo a separação tipográfica dos cadernos por meio das rubricas, não bastam para delimitar o que são esses textos e a sua função. Uma análise histórica deles deve procurar reconstituir as práticas de uma cultura escrita que já não é mais a nossa. Por isso, optamos por analisar cada um dos textos em sua especificidade. Ao fazer isso, percebemos que eles têm uma função de exórdio da obra, como iremos mostrar ao longo do trabalho, pois cada um a seu modo, segundo as regras que lhes são próprias, preparam o ouvinte ou leitor para o que virá na sequência⁵⁸. Entendemos, junto com Luisa López Grigera que, para se estudar as práticas⁵⁹ da escrita no século XVII, é pertinente reconstituirmos os usos que aqueles escritores fizeram das artes retóricas a fim de, a partir delas, percebermos as transformações dos gêneros e estilos para descobrirmos o que foi mais característico das obras daquele período. Como as artes retóricas foram as principais preceptivas para a invenção dos discursos durante um longo período — desde a Grécia Antiga até meados do século XVIII

⁵⁷ *Ibid.*, p. 93–94.

⁵⁸ CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de, **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**, 1ª. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009, pp. 12-13.

⁵⁹ Voltaremos a discutir a questão do estudo das práticas de uma cultura escrita mais adiante, mas gostaríamos de ressaltar o que diz Antonio Castillo Gómez sobre o assunto: “La historicidad de las normas es una parte fundamental de la historia de la cultura escrita que debe ponerse en conexión con la realidad más concreta de las prácticas, esto es, con los testimonios específicos donde se expresan los usos y funciones atribuidas al escrito.” GÓMEZ, A. C. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. Revista Brasileira de História da Educação, v. 5, jun. 2003, p. 110.

— elas tornam-se, dessa forma, uma das melhores maneiras para se analisar e decodificar os textos escritos nessa época⁶⁰.

Antes de nos determos em cada um dos preâmbulos dos livros de gênero histórico que analisamos, falaremos rapidamente sobre a função que eles exercem como exórdio da obra. Como já foi demonstrado, até meados do século XVIII sobreviveu uma instituição retórica, de matriz aristotélica, que, segundo Hansen, era *consuetudo*, o costume de reger os discursos⁶¹. Nesse sentido, vale retomarmos o que Aristóteles escreveu sobre o proêmio⁶²: “O proêmio é o início do discurso, que corresponde na poesia ao prólogo e na música de aulo ao prelúdio. Todos eles são inícios e como que preparações do caminho para o que se segue” (*Ret.* III, 1414b)⁶³. Sua função mais necessária, segundo ele, “é pôr em evidência qual a finalidade daquilo sobre o que se desenvolve o discurso” (*Ret.* III, 1415a) e, por isso, quando o assunto já é de conhecimento do público o proêmio não se faz necessário, como em geral acontece no gênero deliberativo.

Como procuramos mostrar mais adiante, desde a página de rosto até o início da matéria do livro propriamente dito — durante aquele período que Chartier chamou de Antigo Regime tipográfico — os textos — prólogos, dedicatórias, cartas ao leitor, advertências etc. — têm função de exórdio⁶⁴, uma vez que são textos preocupados em captar a benevolência do leitor ou ouvinte, deixá-lo dócil (ou favorável) à matéria tratada e atento ao que se segue⁶⁵. Por exemplo, as licenças — em geral textos breves de apenas algumas linhas — servem para garantir ao público a veracidade do que é dito e que o livro está de

⁶⁰ LÓPEZ GRIGERA, *La Retórica en la España del Siglo de Oro.*, p. 25.

⁶¹ HANSEN, João Adolfo, Instituição retórica, técnica retórica, discurso, *Matraga*, v. 20, n. 33, p. 11–46, 2013, p. 14.

⁶² Os autores gregos chamam proêmio (*προοίμιον*) o que os latinos traduziram por exórdio (*exordium*).

⁶³ ARISTÓTELES, *Retórica*, 1ª. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

⁶⁴ Concordamos com o que diz Maria do Socorro F. de Carvalho sobre isso: “Prólogos e cartas ao leitor, licenças do paço, do ordinário e do Santo Ofício, privilégios, dedicatórias, apresentações, discursos encomiásticos e títulos, todo este conjunto tem ação retórica similar à do exórdio, parte da composição definida na *Retórica* aristotélica como início do discurso (*arché logou / principium dicendi*), que predispõe e prepara o espírito do público, dando ‘o tom’ da composição. Estamos, portanto, no conhecido domínio da disposição retórica”. CARVALHO, *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*.

⁶⁵ Esses três objetivos: tornar benevolente, dócil e atento o leitor/ouvinte, são prescritos nas retóricas latinas (como as de Cícero e a *Retórica a Herênio*) com larga difusão na Península Ibérica até pelo menos o século XVIII. Voltaremos a tratar do assunto ao longo do texto.

acordo com os “bons costumes”, que englobam aspectos teológico-políticos e retórico-poéticos⁶⁶. A dedicatória ao rei é uma demonstração pública do pacto de sujeição, onde o dedicatário, geralmente, escreve com uma humildade afetada subordinando-se ao monarca. Na carta ao leitor, o escritor, produzindo um efeito de modéstia, estabelece uma espécie de contrato com o seu leitor, pedindo que ele seja benevolente.

Nos séculos XVI e XVII, os preceitos retóricos gregos e latinos sobre a composição do exórdio continuavam presentes em novas artes retóricas publicadas, mantendo uma uniformidade doutrinal⁶⁷. Em Nebrija, por exemplo, aparece o seguinte sobre exórdio:

Aunque en latín se le llama *principio* o *exordio*, parece que los griegos, con más lógica, lo habían denominado *proemio*; lo que para nosotros sólo significa “principio”, para ellos muestra claramente que esta parte está situada antes del inicio de la cuestión de la que se va a tratar⁶⁸.

Em Salinas, que escreveu a primeira arte retórica em língua castelhana⁶⁹, o exórdio é definido da seguinte maneira:

Exordio es el principio de la oracion com ã hazemos los animos d los oyentes Atentos/Beniuiolos (que es dizendo algo com ã les ganemos las volūtades) y Dociles: ã es diziendo algo como esten aparejados y deseossos de saber lo ã se ha de dizir.⁷⁰

Na *Arte de retórica* do padre Cipriano Soares, manual adotado nas escolas da Companhia de Jesus, e, por isso, um dos mais difundidos nos séculos XVI e XVII, o exórdio é definido brevemente: “O exórdio é uma passagem que

⁶⁶ Para um livro receber as licenças necessárias para ser impresso, ele devia estar de acordo com os aspectos políticos e religiosos do reino e, caso houvesse qualquer discordância do autor com aquilo que era deliberado pela Igreja ou pelo rei, o livro não receberia as licenças; a adequação político-religiosa também implicava numa adequação retórico-poética da composição da obra, que também era levada em consideração pelos censores. Dessa forma, como aponta Diogo Curto, a censura tinha um teor pedagógico e disciplinador que difundia um modelo cultural das elites. CURTO, O discurso político em Portugal (1600-1650), p. 89–90.

⁶⁷ ARTAZA, Elena, *Antología de textos retóricos españoles del siglo XVI*, 1ª. Bilbao: Universidad de Deusto, 1997, p. 13.

⁶⁸ *Ibid*, p. 85. O texto citado de Nebrija é o *Artis rhetoricae compendiosa coaptatio* ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano, 1515.

⁶⁹ LÓPEZ GRIGERA, *La Retórica en la España del Siglo de Oro*.

⁷⁰ SALINAS, *Rhetorica en lengua Castellana en la qual se pone muy en breue lo necessario para saber bien hablar y escreuir y conoser quien habla y escriue bien.*, [s.l.]: Con privilegio real, 1541, fol. XI.

prepara adequadamente o espírito do ouvinte para o restante do discurso”⁷¹. Essas definições dadas por autores do século XVI são retiradas dos preceitos de Aristóteles, Cícero, Quintiliano e da *Retórica a Herênio* — os manuais que foram largamente difundidos pela Europa durante a chamada Idade Média até meados do século XVIII, quando as práticas retóricas foram caindo em desuso.

Gostaríamos de ressaltar que tanto Salinas quanto Soares indicam quais são as autoridades, *auctoritates*, usadas para comporem seus livros. O primeiro, na epístola dedicada a “Phelippe de Austria”, afirma copiar para a língua castelhana os preceitos de “Trapezuncio”⁷², Hermógenes y outros rhetores griegos: de Tulio, Quintiliano y outros modernos autores latinos este volumen y arte de rhetorica: y lo aplico a la lengua Castellana”⁷³. O segundo, na parte “Cipriano Soares saúda o leitor cristão” (uma espécie de carta ou prólogo ao leitor) conta:

os nossos superiores [da Companhia de Jesus] desejavam que todas as partes da eloquência explicadas por definições, ilustradas com exemplos, fossem compendiadas num livro, com método e ordem, baseado no pensamento de Aristóteles, e não só no pensamento mas também frequentemente nas palavras de Cícero e Quintiliano⁷⁴.

Tomamos os exemplos desses autores por serem dos mais difundidos na Península Ibérica. Mas tomemos os tratados de história, para ver como eles preceituam o exórdio. Começemos por *De historia, para entenderla y escribirla*, de Luis Cabrera de Cordova, impresso em 1611:

Llaman al exordio los griegos proemio, entrada para la narración, no al principio della. Es libre, por la mayor parte, deduzido de la materia coherente con ella, como son los de Salustio [...]

En el exordio se dicen las causas y consejos que tuuieron

⁷¹ SOARES, Cipriano, **Arte de Retórica**, Lisboa: (Parte integrante da dissertação de mestrado em literaturas clássicas – área de literatura latina, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa), 1995, p. 47

⁷² Hoje mais conhecido como Jorge de Trebizonda, professor de retórica bizantino que viveu no século XVI e foi o responsável por levar ao Ocidente a retórica de Hermógenes, que passou a se difundir na Europa quando foi traduzida para o latim por Trebizonda. Sobre a difusão dos escritos de Trapezuncio e da retórica de Hermógenes por ele traduzida ao latim e colocada em circulação no Ocidente, cf.: LÓPEZ GRIGERA, **La Retórica en la España del Siglo de Oro**.

⁷³ SALINAS, **Rhetorica en lengua Castellana en la qual se pone muy en breue lo necessario para saber bien hablar y escreuir y conocer quien habla y escriue bien**.

⁷⁴ SOARES, **Arte de Retórica**, p. VIII.

para hazer las guerras o con amplificación el tiempo en que començaron los hechos con breue suma dellos [...]

Consta el exordio de proposición y de la exposición y del dar la razón y de la comprouación; aunque algunas vezes de la proposición y de la exposición consta no más. El histórico no capta beneuolencia, que ha de tratar las cosas libremente, docilidad y atención sí [...]

No ha de ser el exordio mayor ni más espléndido que conuenga, no apartado del propósito, no largo ni breue, sino mediano, suaue, igual y consonante a las cosas para que sea legítimo⁷⁵.

Em outro tratado, *Genio de la história*, de Padre Frey Jerónimo de San José, impresso em 1651, a parte sobre o exórdio é mais breve. Para o autor, prólogo e proêmio não são a mesma coisa e a utilização de um ou de outro depende da maneira como a obra for dividida: elas podem ser divididas em livros, depois em partes, capítulos e subcapítulos; ou, se for muito extensa, pode ainda ser dividida em tomos. Para San José, os tomos devem vir acompanhados de seus prólogos e os livros de proêmios. O primeiro é mais dilatado e este mais breve, mas ambos

[...] en correspondencia del cuerpo de quien es cabeza, que si esto se acierta a hacer con gracia y destreza, entretiene, deleita y aviva el apetito del que entra a leer, poniéndole deseo de ver ya por extenso y en particular lo que allí se le significa sumariamente y con rebozo⁷⁶.

Uma comparação dos preceitos para a composição do exórdio desses tratados com as autoridades greco-latinas, como Hermógenes, Cícero, Quintiliano e a *Retórica a Herênio*, evidencia a sua atualidade nos séculos XVI e XVII, comprovando a ideia de uma longa duração da instituição retórica. Para termos uma ideia de como os preceitos dos séculos XVI e XVII repetem as autoridades antigas, vejamos o que diz o trecho inicial do Livro IV da *Institutio oratoria*, de Quintiliano (*Inst. or.* IV 1, 1), sobre o exórdio:

Ce qui est appellé en latin *principium* ou *exordium*, les Grecs l'ont

⁷⁵ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**. [CÓRDOBA, Luis Cabrera de, **De historia, para entenderla y escribirla**, Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1948, pp. 96-97.]

⁷⁶ SAN JOSÉ, Jerónimo de, **Genio de la historia**, En Çaragoça: en la Imprenta de Diego Dormer, 1651. Segunda parte, capítulo I, 4.

nommé, plus raisonnablement, semble-t-il, προίμιον [*proímion*], car notre mot latin signifie seulement “début”, mais eux, ils montrent, assez clairement, qu'il s'agit de la partie placée avant l'accès au sujet dont on doit parler⁷⁷.

Podemos comparar com o que diz Cícero sobre esse assunto, no *De oratore* (*De orat.*, II, LXXVIII, 315):

L'exorde doit toujours être soigné, ingénieux, nourri de pensées, orné d'expressions justes, surtout bien approprié à la cause. C'est l'exorde, peut-on dire, qui donne une idée du reste du discours éte lui sert de recommandation ; il faut donc qu'il charme aussitôt et gagne les auditeurs⁷⁸.

Luciano de Samósata, em *Como se deve escrever a história*, único tratado de história da Antiguidade que chegou até nós, recomenda o seguinte:

Quando usar um proêmio, começará só de duas coisas, não de três, como os retores, mas deixando de lado a captação da benevolência, buscará obter a atenção e o interesse dos ouvintes. Eles prestarão atenção se ele mostrar que falará sobre coisas grandes, necessárias, familiares ou úteis. Comporá o que segue de modo fácil de entender e claro, expondo de início as causas e limitando-se aos acontecimentos principais⁷⁹.

Na *Retórica a Herênio* (*Rhet. Heren.* I, 6 e 11), o anônimo autor fala de dois gêneros de exórdio: a introdução, chamada de *prooemiun*, e a insinuação, chamada de *éphodos* pelos gregos. Usa-se a introdução para deixar, sem demora, os ouvintes com boa disposição de ânimo para ouvir o discurso. Ela é empregada, então, para deixar os ouvintes atentos, dóceis e benevolentes. Já a insinuação é própria do discurso judicial, quando não temos os juízes do nosso lado, pois ela consegue os mesmos objetivos da introdução de maneira dissimulada, implicitamente.

Em resumo, vimos que a principal função do exórdio é preparar o público

⁷⁷ “Isso que é chamado em latim *principium* ou *exordium*, os gregos nomearam, mais racionalmente, parece, προίμιον [*proímion*], porque nossa palavra latina significa apenas ‘começo’, mas eles mostram, muito claramente, que trata-se da parte colocada antes do acesso ao sujeito do qual se vai falar”. Tradução nossa. QUINTILIEN, **Institution oratoire. T. 3: Livres IV et V**, 2. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2003, p. 18, IV, I, 1.

⁷⁸ “O exórdio deve sempre ser cuidadoso, engenhoso, nutrido de pensamentos, ornado de expressões justas, sobretudo bem apropriadas à causa. É o exórdio, podemos dizer, que dá uma ideia do resto do discurso e lhe serve de recomendação; é necessário, então, que ele encante logo de início e ganhe os ouvintes”. Tradução nossa. CÍCERO, **De l'orateur, livre II**, Paris: Les Belles Lettres, 2009.

⁷⁹ SAMÓSATA, **Como se deve escrever a história**, p. 77.

para o caminho que vem logo a seguir, deixando-o atento, dócil e benevolente, sendo que este último ponto não se aplica ao gênero histórico porque, como disse Cabrera de Córdoba, o historiador deve ser livre. A captação da benevolência, em geral é feita usando-se o artifício da falsa modéstia⁸⁰, o que pressupõe uma submissão do autor com relação aos seus leitores, e isso não pode acontecer na história porque o historiador deve ter o espírito livre, condição para poder falar a verdade — alma da história, segundo os tratados de Luciano, Cabrera de Córdoba, San José e demais autores que escreveram sobre esse gênero. Além desses três pontos — deixar o público atento, dócil e benevolente — o exórdio deve se adequar à matéria do que será tratado, ou, como diz Cícero (*De orat.* II, LXXVIII, 318), deve sair das próprias entranhas do assunto da obra. Ele também será feito com clareza e brevidade, para que seja fácil de entender. São esses os principais preceitos que aparecem nos tratados de retórica da Antiguidade e que também vemos aparecer, de forma muito semelhante, nos tratados do século XVII. Além disso, é importante notar que nesse tempo o material impresso não fez acabar o manuscrito; naquela sociedade, cada tipo de escrita tinha um objetivo próprio. Trataremos do assunto adiante, mas agora cabe ressaltar que não era comum aparecerem preâmbulos nos manuscritos, enquanto que nos impressos eles tornaram-se quase que obrigatórios. Contudo, Fernando Bouza aponta que a dedicatória, por exemplo, recorda aquele primeiro receptor pessoal das obras manuscritas, e o prólogo, segundo ele, seria aquele momento de apresentação do autor e de sua obra ao público⁸¹.

Como procuramos mostrar, o exórdio, da maneira como foi preceituado pelos tratados que analisamos, tem claro e bem definido qual é a sua função no livro, que não é a de ser paratexto, peritexto, epitexto, “prólogo exterior frontal”, “prólogo exterior de tendência ocasional”, “prólogo exterior de tendência autônoma” e “o prólogo integrado”. Se quisermos compreender a história da prática da escrita dos exórdios no século XVII é mister fugir dessas classificações a-históricas e nos atentarmos para os procedimentos e regras preceituados e aplicados pelos escritores daquele tempo. Somente assim conseguiremos ver as especificidades desses discursos e a função que exerciam na sua época — que

⁸⁰ Cf.: [CÍCERO], *Retórica a Herênio*, 1ª. São Paulo: Hedra, 2005, pp. 59-63.

⁸¹ BOUZA, Fernando, *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*, 1ª. Madrid: Editorial Síntesis, 1997, p. 119.

certamente não era a de paratexto ou a de “prólogo exterior frontal”.

Breve reflexão sobre o estudo das práticas da escrita

Julgamos o conhecimento das artes retóricas útil para o historiador da cultura escrita que se debruça sobre os textos anteriores ao século XVIII. Por isso, vamos retomar algumas reflexões de António Castillo Gómez sobre a história da cultura escrita, que, para ele, é um método interdisciplinar que busca alianças com os saberes necessários para se estudar um objeto que se enquadre neste campo. De modo geral, a história da cultura escrita supera uma divisão que havia entre a história da escritura, por um lado, e a história do livro e da leitura, por outro, fazendo-as convergir num espaço comum, cujo objetivo é o estudo da produção, difusão, uso e conservação dos objetos independente da sua materialidade — um documento oficial ou uma carta provada — ou suporte — a tabuinha de cera dos romanos ou o nosso *tablet*⁸². Nas palavras do próprio Castillo Gómez:

Lo que se pretende es desvelar cada uno de los lugares, maneras y gestos que históricamente han regido las relaciones entre el mundo del texto y el mundo de los usuarios, fueran, estos, escribanos, lectores habituales, gentes de letras, oidores de piezas leídas en alta voz, escribientes inexpertos o consumidores de pliegos de cordel⁸³.

Retomando algumas ideias de Roger Chartier, o Castillo Gómez afirma “que la historia de la cultura escrita debe mantener el frente abierto en tres direcciones: los discursos, las prácticas y las representaciones”⁸⁴. Baseando-se em Michel Foucault, Castillo Gómez afirma que discurso é a doutrina que trata de regulamentar e sistematizar o funcionamento de uma sociedade e determina as pessoas que são incluídas ou excluídas. O discurso é fruto de uma vontade normalizadora da sociedade e produz indivíduos socialmente autorizados para elaborá-lo, aplicá-lo e o impor. Nesse sentido, ele é um espaço e uma forma de

⁸² Pensando na produção de um discurso sobre a história no século XVII, que regulamenta e normatiza este gênero, é que buscamos fazer uma aliança com os estudos das práticas retóricas presentes nesse período, a fim de compreendermos as práticas da escrita envolvidas nesse processo.

⁸³ CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Org.), **Historia de la cultura escrita: Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada**, Gijón: Ediciones Trea, 2010, pp. 19-20.

⁸⁴ CASTILLO GÓMEZ, *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*, p. 109.

poder — como são os textos que a classe dominante, ou as pessoas autorizadas pela sociedade produzem com a finalidade de ordenar e normatizar as relações e práticas sociais⁸⁵. Foucault, em *L'archéologie du savoir*, propõe o estudo dos discursos nas suas especificidades, mostrando as regras que os tornam irreduzíveis a outros discursos. É seu objetivo estudar as regras das práticas discursivas que atravessam as obras individuais, dominando-as e comandando-as, o que torna estranha a ideia de sujeito criador, enquanto razão e princípio da unidade de uma obra⁸⁶. Em certa medida, a arqueologia proposta por Foucault se relaciona com o estudo que fazemos, uma vez que vemos nas artes retóricas, manuais e tratados de história, as regras das práticas discursivas presentes no século XVII, especificamente no que concerne ao gênero histórico.

Passemos às práticas que expressam os usos e funções do material escrito e colocam o historiador mais próximo do sujeito e sua cultura, de maneira a permitir uma confrontação entre o que é a norma e a prática. Isso permitiu aos historiadores da cultura escrita terem um olhar voltado para o que era a leitura e o leitor e para os profissionais que faziam o livro. Hoje, sabemos que “a operação de publicação não separa a materialidade do texto e a textualidade do livro”⁸⁷, ou seja, publicar um manuscrito era diferente de publicar um impresso. A invenção de Gutenberg não significou o fim da manuscritura, que continuou presente na sociedade porque o objetivo dos textos publicados manuscritos eram diferentes daquele do material impresso. *Grosso modo*, o manuscrito era destinado a ter uma circulação menor, restrita ao círculo de relações de algumas pessoas e o seu conteúdo dificilmente passava pela censura, e, além disso, como mostra Marcello Moreira, a socialização do material escrito, ainda no século XVII, dependia de uma cultura escribal, que propiciava a reproduzibilidade e socialização do códice manuscrito⁸⁸; já o material impresso era destinado a ter uma circulação maior, além do círculo de relações dos autores, e para ser impresso passava pela censura.

Algumas obras circularam primeiro em manuscrito e depois ganharam

⁸⁵ *Ibid*, p. 109.

⁸⁶ FOUCAULT, Michel, *L'archéologie du savoir*, Paris: Gallimard, 2010, p. 189.

⁸⁷ CHARTIER, Roger, *Inscriver e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*, São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 92.

⁸⁸ MOREIRA, Marcello, *Critica textualis in caelum revocata?: Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*, 1ª. São Paulo: Edusp, 2011, p. 292.

edições impressas; outras permaneceram manuscritas, por diversos motivos: o autor pode ter optado por manter seus escritos restritos a uma pequena circulação, ou ele não tinha condições de arcar com as despesas da impressão, ou, ainda, ele queria manter em segredo suas ideias porque elas eram hereges⁸⁹. Um dos tratados de história que analisamos, *Genio de la historia*, por exemplo, foi escrito como manual para o sobrinho do autor, mas ele acabou circulando em outros meios além do familiar e, devido a sua qualidade, foi dado à impressão às custas do Marques de Torres, um nobre influente na corte espanhola que era próximo do autor⁹⁰. Logo, é útil o conhecimento prático dos usos correntes dos diversos materiais escritos em determinado tempo e lugar.

Mas os usos da escrita podem ser muito diferentes daquilo que estamos acostumados, como nos mostra Fernando Bouza. Havia usos como daquele caso que ele nos conta por ocasião da morte de Juan de Palafox y Mendoza, em 1659, o qual entregou um

papel cerrado para que su contenido se ejecutase [...]. Lo que allí se disponía era que, al morir «me abran el pecho y pongan dentro de mi corazón las dulcísimas palabras de Jesús, María y José, las cuales dejo con este papel, para que siempre tengan dentro de mi corazón pecho y cuerpo». En efecto, Domingo Muñoz, cirujano del cabildo de Osma, se ocupó de hacer la incisión en el pecho del difunto para que se le introdujese una tarjeta de plata «donde estaban escritos los nombres de Jesús, María y José, por una parte y los de san Juan Bautista, san Pedro y san Juan Evangelista por otra».⁹¹

A partir desse exemplo, gostaríamos de ressaltar que não há uma definição *a priori* de como interpretar os diversos materiais escritos (sejam folhas

⁸⁹ Vejam os que Fernando Bouza fala sobre isso: “Pese a las críticas que pudiera suscitar la labor del *scriba imperitus*, la difusión tipográfica no llegó a suprimir, como hemos visto, la realidad de la transmisión a través de copias manuscritas, sino que, más bien, se llegó a establecer una suerte de doble circulación en la que, según fuesen los intereses y necesidades, cabía *correr* manuscrito o *correr* impreso. De la circulación manuscrita se podía pasar a la impresa cuando se quisiera obtener una difusión amplia de textos, como los proyectos de Fernán Núñez; de la impresa sería posible pasar a la manuscrita cuando lo buscado fuera actualizar, en lección de corte o en devoción, los textos de molde. Quien quisiera o tuviera que controlar la difusión de sus propios escritos y lecturas, bien por razones de heterodoxia religiosa, política o simplemente personal, había de recurrir a traslados manuscritos con los que parecía más fácil burlar censuras y prohibiciones. Quien buscara separarse egregiamente de la vulgaridad común de los libros impresos, todos iguales para todos, podía refugiarse en la incipiente bibliofilia que animaba a poseer las ediciones más raras y los manuscritos más preciosos”. BOUZA, Fernando, **Corre manuscrito**, Madrid: Marcial Pons, 2001, pp. 82-83.

⁹⁰ SAN JOSÉ, *Genio de la historia*.

⁹¹ BOUZA, **Corre manuscrito**, p. 85. Grifos do autor.

volantes, códices de poemas, livros impressos, livros manuscritos etc.) e os seus usos. Se o historiador deve evitar o anacronismo, não é sensato supor que as práticas e usos comuns de seu tempo se estendam para o passado.

Como Bouza mostra, havia um tipo de uso do objeto escrito que não existe mais na nossa sociedade, assim como hoje há outros usos específicos do nosso tempo e tecnologia. Em estudo mais recente, ele procurou entender como eram as práticas de petições para licença e impressão de livros e, fato curioso, conta que o livro de Cervantes fora chamado apenas de *El ingenioso hidalgo de La Mancha*⁹². Este estudo nos chama a atenção para como no século XVII, na Espanha, a petição de censura para um livro ser impresso não era algo simples, pois dependia de um agente, o *encomendero*, cujo papel era escrever a petição para a censura do livro. Esse agente desempenhava um papel importante porque tinha relações próximas com o autor da obra, os censores e outros agentes envolvidos na tarefa de publicação e, por causa disso, a impressão de um livro acabava dependendo bastante dele. No caso do *D. Quixote de La Mancha*, essa pessoa foi Gil Ramírez de Arellano, que usando as suas relações no Conselho Real, conseguiu confiar o romance a um determinado cronista e dar agilidade ao processo de impressão⁹³. Roger Chartier também usou o *Quixote* para tratar de questões sobre prática da impressão no século XVII ao comentar o capítulo LXII da segunda parte de *D. Quixote*, no qual o Cavaleiro da Triste Figura entra numa oficina tipográfica onde se imprime a *O engenhoso cavaleiro Dom Quixote de La Mancha*⁹⁴. O episódio serve de mote para o historiador analisar algumas práticas e usos dos materiais escritos, pois “em Cervantes, a presença da oficina é mais do que uma simples decoração. Ela introduz, no próprio livro, o lugar e as operações que tornam sua publicação possível”⁹⁵. Vejamos como isso aparece no texto de Cervantes:

Sucedeu, pois, que indo por uma rua ergueu D. Quixote os olhos, e viu escrito sobre uma porta, com letras muito grandes:

⁹² BOUZA, “**Dásele licencia y privilegio**”: **Don Quijote y la aprobación de libros en el Siglo de Oro**.

⁹³ BOUZA, Fernando, “**Dásele licencia y privilegio**”: **Don Quijote y la aprobación de libros en el Siglo de Oro**, 1ª. Madrid: Akal, 2012, pp. 185-190.

⁹⁴ CHARTIER, **Inscrever e apagar**, capítulo 3, “A prensa e as fontes. Dom Quixote na oficina de impressão”, pp. 85-128. Também cf. CERVANTES SAAVEDRA, Miguel, **O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha. Segundo livro**, 1ª. São Paulo: Editora 34, 2007.

⁹⁵ CHARTIER, **Inscrever e apagar**, pp. 86-87.

“Aqui imprimem livros”, do qual se contentou muito, porque até então não tinha visto oficina de impressão alguma e desejava saber como era. Entrou dentro, com todo seu acompanhamento, e viu tirarem numa parte, corrigirem em outra, comporem nesta, emendarem naquela e, enfim, toda aquela máquina que nas grandes oficinas se mostra.⁹⁶

Dessa forma, o autor de *D. Quixote* inicia seu leitor no processo das práticas de confecção do livro em seus diversos aspectos, desde a divisão do trabalho na oficina tipográfica, passando pela multiplicidade das tarefas e até explicando a especificidade de algumas delas na medida em que D. Quixote questiona os trabalhadores sobre o que eles fazem. Então, usando o exemplo desses dois estudos envolvendo *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*, vemos que o estudo das práticas é bastante amplo. Nossa pesquisa também propõe um estudo das práticas da escrita a partir da questão “como se escrevia a história no século XVII?”

Roger Chartier também critica uma filologia romântica que busca um texto puro e primeiro onde se possa encontrar a intenção do autor, sem considerar que cada edição tem um propósito, é feita num tempo diferente e, portanto, é única. Segundo ele, e nós concordamos, é mais interessante, no campo da cultura escrita, entender como cada edição foi composta e recebida pelo público, do que se esforçar para reestabelecer, romanticamente, um texto que seria a “intenção” do autor. Enfim, como afirma Castillo Gómez quando propôs o estudo das práticas,

La historicidad de las normas es una parte fundamental de la historia de la cultura escrita que debe ponerse en conexión con la realidad más concreta de las *prácticas*, esto es, con los testimonios específicos donde se expresan los usos y funciones atribuidas al escrito⁹⁷.

É justamente essa conexão com a realidade das práticas que pretendemos desenvolver em nossa pesquisa com o estudo das artes retóricas que regulamentaram a invenção do discurso no gênero histórico.

Daquelas três direções que tem o estudo da história da cultura escrita, apontadas por Castillo Gómez, já abordamos o discurso e a prática; sobre a

⁹⁶ CERVANTES SAAVEDRA, *O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha. Segundo livro*, p. 734.

⁹⁷ CASTILLO GÓMEZ, *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*, p. 110.

representação discorreremos agora. Para Castillo Gómez, o conceito de representação exprime uma dupla função: fazer presente algo ausente, ou seja, representar alguma coisa; e apresentar-se representando algo, quer dizer, mostrar sua própria presença como imagem, que se constitui como tal enquanto há um sujeito que olha ou lê⁹⁸. João Adolfo Hansen tratou da representação nas festas coloniais, propondo quatro articulações: primeiro, representação como uso de signos no lugar de outra coisa; segundo, representação como “*aparência ou a presença em ausência da coisa produzida pelo uso do signo*”; terceiro, representação como “*a forma retórica, orientada teológico-politicamente, da presença dessa ausência*”; quarto, representação como a “*posição hierárquica encenada na forma, ou seja, a particularidade de uma posição entre outras*”⁹⁹.

Um escritor, no seu texto, representa seu leitor, que está ausente, ao mesmo tempo que representa a si mesmo e, com isso, as posições hierárquicas de ambos. No texto produzido no século XVII ibérico, segundo Hansen, a prescrição aristotélica propõe o uso de modelos coletivos das autoridades dos diversos gêneros, pela imitação. Cada gênero tem um estilo específico e cada estilo tem uma verossimilhança e um decoro específicos, com uma adequação específica às técnicas e aos assuntos representados¹⁰⁰. Por exemplo, no gênero histórico o estilo é o médio e os modelos de autoridades são os historiadores antigos, como Heródoto, Tucídides, Salústio, Plutarco, Políbio etc. Nesse gênero, a verossimilhança aplicada é a verdade, ou seja, o discurso do historiador deve ser verdadeiro. A depender do assunto, a maneira de se escrever, as palavras empregadas, os recursos técnicos utilizados mudam: não se escreve uma história de guerra da mesma maneira como se escreve uma história de um acontecimento político.

O principal objetivo da “retórica” é a persuasão, seja em um discurso oral ou em um texto escrito. Colocamos “retórica” entre aspas porque, como João Adolfo Hansen mostra, não há *A Retórica*, mas sim técnicas retóricas, do termo grego *tékhne rhetoriké*, e do latino *ars rhetorica*. Como adjetivo, não como

⁹⁸ *Ibid.*, p. 112.

⁹⁹ HANSEN, João Adolfo, A “representação” nas festas coloniais, in: KANTOR, Íris; JANCÓS, István (Orgs.), **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa, volume II**, São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 738, destaques do autor.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 743.

substantivo, a *Retórica*, entendemos que não há um corpo unitário trans-histórico daquilo que foi tratado por Aristóteles, mas sim uma variedade de práticas que aplicavam, conforme o caso, técnicas retóricas nos discursos inventados¹⁰¹. Alguns pesquisadores relacionam o desenvolvimento das técnicas retóricas com a democracia ateniense, por conta da necessidade de se falar em público com a finalidade de convencer os ouvintes a tomarem uma decisão — fosse em um julgamento ou em uma deliberação¹⁰².

Aristóteles, com sua *Retórica*, foi considerado por Cícero e Quintiliano a *auctoritas* no assunto, tendo sido por eles imitado, e, através deles, pelos que vieram depois. Tratemos, então, dela. Logo no começo lemos o seguinte: “A retórica é a outra face da dialética”¹⁰³. Ora, o que isso quer dizer? Bem, a dialética à qual se refere o Estagirita busca o conhecimento da verdade a partir do silogismo lógico, cujo exemplo todos devem conhecer: todo homem é mortal. Sócrates é homem. Portanto, Sócrates é mortal. A retórica, por sua vez, busca o convencimento, ou, como afirmou Aristóteles, “Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir”¹⁰⁴. Persuade-se pelo caráter, pela disposição dos ouvintes e pelo discurso, “quando mostramos a verdade ou o que parece verdade”¹⁰⁵, ou seja, o verossímil. Para se chegar ao verossímil usa-se o entimema, que seria um silogismo mais simples onde elimina-se a parte óbvia e conhecida por todos. Assim, é possível dizer: Sócrates é mortal porque é homem. Como é sabido por todos que os homens são mortais, não é necessário dizê-lo. Bem, segundo Aristóteles são três os gêneros retóricos, o deliberativo, o judicial e o epidítico

¹⁰¹ HANSEN, João Adolfo, Instituição retórica, técnica retórica, discurso, **Matraga**, v. 20, n. 33, p. 11–46, 2013, p. 12.

¹⁰² KENNEDY, George A., **Classical rhetoric and its christian and secular tradition from Ancient to Modern Times**, 2ª. Chapel Hill e Londres: The University of North Carolina Press, 1999, pp. 13-15. Kennedy, baseado no diálogo ciceroniano *De Oratore*, divide as artes retóricas em três vertentes: uma que é a da *técnica retórica*, definida como “arte da persuasão”, desenvolvida por conta da necessidade de se falar em público na época da democracia em Atenas. A outra é a *retórica sofística*, cujo modelo foi Sócrates. Ele dava maior ênfase ao discurso do orador e foi muito usada durante a *segunda sofística* e, posteriormente, durante o Renascimento. Era uma técnica retórica eminentemente epidítica, muito usada para definir conceitos. A terceira vertente é a *retórica filosófica*, que começou com os questionamentos de Sócrates nos diálogos platônicos. Sua característica era tirar a ênfase do orador e procurar desenvolver a validade da mensagem com relação à recepção do auditório a partir dos questionamentos.

¹⁰³ ARISTÓTELES, *Retórica*, p. 5.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 12.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 14.

(ou político, forense e demonstrativo), os quais articulam-se com o futuro, o passado e o presente, respectivamente. Cícero também tratou da técnica, ou arte retórica, à qual chamava de eloquência. Em *De oratore*, um tratado em forma de diálogo, afirma o que entende serem os objetivos do discurso retórico: prender a atenção dos homens, seduzir as inteligências deles e entreter as suas vontades¹⁰⁶.

Além disso, o Anônimo da *Retórica a Herênio* afirmou que o orador deve ter:

- **invenção**, que é a descoberta das coisas verdadeiras ou verossímeis que tornam a causa provável, ou segundo Cícero, é a faculdade de encontrar os argumentos convenientes;
- **disposição**, ou seja, uma vez encontrados os argumentos, deve-se dividi-los e dispô-los com sagacidade;
- **elocução**, que é revestir as palavras e ideias com ornamentos próprios do gênero; memória, que deve fixar tudo e;
- **pronunciação** ou ação, que é a dramatização do discurso para o público¹⁰⁷.

Cada um desses atributos é aplicado às seis partes do discurso:

- inicialmente, o **exórdio**, parte da qual já tratamos, mas é onde se estabelece uma conciliação do orador com os ouvintes/leitores;
- na sequência vem a **narração**, parte na qual deve-se expor os fatos;
- em seguida temos a **divisão**, quando se estabelece o ponto a ser debatido; a **confirmação** é a parte onde se confirma sua tese;
- ela é seguida pela **refutação**, a parte na qual se refuta, ou se destrói (como alguns tratadistas falam) os argumentos dos oponentes;
- por fim, a **conclusão**, quando se deve enaltecer os argumentos favoráveis e enfraquecer os contrários¹⁰⁸.

Segundo a *Retórica a Herênio*, tudo isso poderia ser alcançados por três meios:

¹⁰⁶ “[...] retenir l'attention des hommes assemblés, séduire les intelligences, entraîner les volontés à son gré [...]”. CÍCERO, *De l'orateur*, Paris: Les Belles Lettres, 2009, p. 17, I, VIII, 30.

¹⁰⁷Cf. [CÍCERO], *Retórica a Herênio*, 1ª. São Paulo: Hedra, 2005, p. 55, I, 2. Cf.: CÍCERO, *De l'orateur*, p. 52, I, XXXI, 142.

¹⁰⁸ Até o século XV a *Retórica a Herênio* era atribuída a Cícero por conta da semelhança entre ela e o *Da Invenção*. [CÍCERO], *Retórica a Herênio*, pp. 55-57.

arte — que seria o método e sistematização do discurso —; imitação — procurando ser semelhante a outros e isso estimularia o orador a ser tão bom quanto quem ele imita —; e exercício — que é a prática e o costume de discursar¹⁰⁹.

Para que fosse compreendido e conseguisse convencer os seus ouvintes e leitores, o orador devia partilhar dos costumes comuns da sociedade, pois, como afirma Hansen, retoricamente só é possível convencer alguém de alguma coisa que se conheceu ou se sabe¹¹⁰:

Na instituição retórica, *inventio*, do verbo *invenire*, achar, encontrar, e *heuresis*, em grego, do verbo *heurein*, inventar, achar, significavam encontrar alguma coisa (um *topos*, um *locus*) já conhecida para usá-la quando se ia fazer um novo discurso. Retoricamente, a invenção corresponde ao ato em que se acham coisas verdadeiras ou semelhantes ao verdadeiro que tornam provável a causa que é tratada no discurso¹¹¹.

Essas coisas ficavam em lugares retóricos, onde o orador as buscava no momento de proferir seu discurso, como afirma Cícero no *Orator*: “[...] l'orateur que nous voulons parfait connaitra les « lieux » des arguments et des raisonnements”¹¹². O Anônimo da *Retórica a Herênio* ensina que os homens são dotados de duas memórias, a natural e a artificial (derivada da arte ou técnica), sendo nesta segunda onde ficam os lugares retóricos. Sobre essa arte da memória muitos já trataram, mas Simônides de Cos é considerado seu inventor, como mostra Cícero nessa passagem de *De Oratore*, Livro II:

Conta-se que, ceando um dia na casa de Scopas, em Crannon, na Tessália, Simônides cantou uma ode em louvor do seu hóspede na qual, para embelezar sua maneira, como fazem os poetas, estendeu-se bastante sobre Castor e Pollux. Scopas, movido por uma baixa avareza, disse a Simônides que pagaria pelos versos apenas a metade do preço combinado e que o autor podia ir reclamar o resto, se achasse conveniente, a seus amigos os Tindáridos, que tinham recebido metade do elogio. Poucos momentos depois, vieram chamar Simônides e lhe pediram que saísse: dois jovens estavam na porta, pedindo com insistência para vê-lo. Ele se levantou, saiu e não encontrou

¹⁰⁹ [CÍCERO], *Retórica a Herênio*, p. 55, I, 2. Neste manual, a técnica retórica era, principalmente, destinada ao orador e, por isso, sua ênfase na fala.

¹¹⁰ HANSEN, João Adolfo, Lugar-comum, *in*: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando (Orgs.), *Retórica*, 1ª. São Paulo: Annablume, 2012, p. 165.

¹¹¹ *Ibid*, p. 161.

¹¹² CÍCERO, *L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs*, Paris: Les Belles Lettres, 2008, p. 17, *Orator*, XIV, 44.

ninguém. Mas no mesmo momento a sala onde Scopas ceava desabou e o esmagou com seus convivas. Como os parentes das vítimas que desejavam sepultar seus mortos não pudessem reconhecer os cadáveres horrivelmente misturados, Simônides possibilitou que as famílias achassem e enterrassem os restos de cada um deles lembrando-se dos lugares que todos os convidados tinham ocupado nos leitos. Instruído por esse evento, ele percebeu que a ordem é o que melhor permite clarificar e guiar a memória.¹¹³

Daí a ideia aristotélica, partilhada por Cícero, de que a memória é a imagem do que não é mais. É na memória artificial, portanto, que se ordena os lugares-comuns usados no discurso¹¹⁴. Segundo o orador romano, os “lugares”, como definiu Aristóteles, são como “etiquetas” de argumentos sob as quais se procura o que há a se dizer. No gênero histórico, por exemplo, o lugar-comum mais usado é o *historia magistra vitae* ciceroniano, que propõe a história como uma espécie de “repositório” de exemplos de virtudes a serem imitadas ou de vícios a serem evitados, tornando-a um conhecimento útil para a república. No século XVII, como veremos, a história passa a ter um destaque ainda maior porque ela ensinava príncipes, generais, governadores com os exemplos do passado, em um momento no qual o modelo de governo era a Monarquia Absolutista.

Até, pelo menos, o século XVII, a história fazia parte das artes retóricas, que costumavam destinar uma pequena parte aos preceitos desse gênero¹¹⁵. A partir do final do século XVI e durante o século XVII, porém, foram impressos uma série de tratados de história na Espanha, França, Inglaterra e Itália¹¹⁶ — o que não significou, ao contrário do que se possa imaginar, a separação entre

¹¹³ CÍCERO, *De Oratore*, II, 86, 352-353. Apud. HANSEN, Lugar-comum, p. 162.

¹¹⁴ Hansen, ao comentar o trecho narrado por Cícero no *De Oratore*, faz uma reflexão sobre a memória: “a memória sempre pressupõe um lugar de desastre, o passado, como um lugar de destruição, morte e ausência, mas opõe-se à mesma morte como *mekhané*, máquina, ou *artificium*, artifício, que classifica, enumera, ordena e comunica metáforas que, ao serem lembradas, substituem nomes de mortos reais que ocupavam lugares reais por imagens artificiais (*eidola*, *eikona*, em grego, *images*, *effigies*, em latim) dispostas segundo a ordem determinada dos lugares físicos imaginários (*topoi/ loca*) que seus corpos ocupavam”. *Ibid*, p. 163.

¹¹⁵ Carbonell afirma ter sido a retórica o que mais chamou a atenção dos historiadores da história. Como ele pode constatar na análise que fez dos tratados de Le Vayer, Le Roy e Le Moyne, a história e, portanto, também a verdade histórica, eram retoricamente regradas. Como ele diz: “L'éthique et la rhétorique remplissent l'espace apparemment accordé à la méthode pour dire le vrai”. Cf. : CARBONELL, Charles-Olivier, Le discours baroque sur la science de l'histoire, *Baroque*, n. 12, 1987, p. 10.

¹¹⁶ GRAFTON, Anthony, **What was History? The art of history in early modern Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp. 197-198.

retórica e história. Exemplo disso é o que escreveu Robortello, autor do primeiro tratado inteiramente dedicado à história desde Luciano de Samósata, o *De historica facultate disputatio*, impresso em 1548, onde o autor procurou mostrar como uma das principais características da história, os discursos, tal como aparece em Tucídides e Luciano, é parte da retórica¹¹⁷. Como mostramos, nesse período ela passou a ter uma importância maior devido à centralização do poder na Monarquia Absoluta. O governante, por exemplo, precisava ser capaz de tomar decisões e, para isso, valia-se dos exemplos de acontecimentos passados que se assemelhavam aos acontecimentos de seu tempo. Como um gênero retórico, a história enquadrava-se no epidíctico¹¹⁸, ou demonstrativo. Segundo Aristóteles, esse é o gênero adequado para se falar sobre as virtudes e os vícios, do belo e do vergonhoso, que devem ser elogiados e censurados¹¹⁹ — por isso a história é *magistra vitae* e fornece os exemplos do que deve ser imitado ou evitado. Portanto, para conseguirmos entender o discurso histórico no século XVII é preciso ter um conhecimento sobre as artes retóricas.

Numa analogia, talvez descabida, se um tipógrafo devia ter uma certa técnica e habilidade que desenvolveu para exercer seu ofício, assim também acontecia com quem escrevia. Um tipógrafo tirava da caixinha certa os tipos móveis com os caracteres para montar as páginas que desejava imprimir; quem escrevia aplicava corretamente os preceitos retóricos e buscava na caixinha da memória os lugares-comuns que poderia usar. É, portanto, muito útil para o historiador o conhecimento dessas artes ou técnicas retóricas, pois isso nos permite analisar uma outra dimensão do documento, que é a sua composição.

¹¹⁷ Segue o trecho do tratado de Robortello: “Atque ii Annales maximi nominabuntur; sed si copiose, distincteque et ornate scribatur, si mores alicuius, et oratio effingantur (quod in oncionibus fieri solet, et primum a Thucydide factum fuit, ex eo, quod verisimile est, et decens; unde est a Luciano polite dictum licere historico in concionibus ῥητορεῦσαι, id est, rhetorico more loqui) plane est affirmandum, ex rhetorice enasci historicam hanc facultatem”. [“E esses Anais são chamados de máximos; mas, se são escritos de maneira abundante, ornada, distinta, se representarem o modo de falar e os costumes de alguém (o que costuma ocorrer nos discursos, e foi feito primeiro por Tucídides a partir do que é verossímil e decente; donde ocorre que, desde Luciano, cabe, nos discursos, o dito elegante de modo histórico, “rhetoreusai”, isto é, falar com um costume retórico), cumpre afirmar seguramente que essa faculdade histórica nasce a partir do que é retórico”]. A tradução do latim foi feita por Matheus Pustrelo, a quem agradecemos pela ajuda. PINEDA, Victoria, La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos, **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografia**, n. 2, p. 95–219, 2007, p. 104 e p. 108.

¹¹⁸ CÍCERO, **L’orateur / Du meilleur genre d’orateurs**, Paris: Les Belles Lettres, 2008, pp. 11-15.

¹¹⁹ ARISTÓTELES, **Retórica**, 1ª. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 45, I, 9.

Dito de outra forma, conhecer os preceitos retóricos nos permite ver no texto a maneira como o autor constrói seus argumentos, porque escreve de determinada forma e não de outra (ou seja, somos capazes de identificar em qual gênero a obra foi composta, e sabendo o gênero já podemos prever alguns argumentos e decisões do autor). Enfim, conhecendo essas regras retóricas, podemos ler historicamente o documento com o qual trabalhamos.

Ter o conhecimento desses preceitos retóricos amplia os recursos do historiador para analisar um texto dessa época, pois uma outra questão pode ser colocada ao documento: como ele foi composto, quais recursos o seu autor usou para dizer o que pretendia, quais as autoridades usadas no discurso etc. Com isso, a história das práticas de escrita pode ser aprofundada, uma vez que podemos ter elementos para fazer a análise de como o texto foi composto. Sabendo que as artes retóricas eram usadas por aqueles que escreviam no século XVII, cabe ao historiador, ao se deter sobre esses textos, reconstituir as condições nas quais eles foram escritos; em outras palavras, só teremos condições de interpretar um texto desse tempo se conhecermos as regras e os costumes segundo os quais ele foi inventado. O historiador que estudar as artes retóricas usadas pelos autores dos documentos com os quais trabalha terá condições de analisar a *invenção*, a adequação ao gênero, a *elocução*, os *lugares comuns* aplicados, a *disposição* e tudo aquilo que as artes retóricas prescrevem. O gênero histórico do século XVII era estruturado retoricamente. Nos tratados, como *De historia, para entenderla y escribirla*, *Genio de la historia*, *Dell'arte historica* e *De l'histoire*, há partes que mostram as técnicas para se produzir a descrição de uma pessoa, de uma cidade ou de um país, tal como aparecem nos *progymnasmata*, os ensinamentos preliminares dos jovens da Antiguidade. Estes tratados também propõem o decoro e a adequação das palavras com o estilo, o assunto e o receptor da obra, tal as retóricas de Cícero e Aristóteles. Baxandall usa essa ideia para mostrar como a leitura de Cícero, e outros oradores romanos, pelos humanistas, transformou o modo como eles olhavam as obras de arte: as pessoas que foram treinadas com as categorias *decor* e *decus*, olhariam para uma pintura de Giotto com uma predisposição para distinguir qualidades diferentes de pessoas que tinham categorias como *maneira*

e *misura*¹²⁰.

Dominik LaCapra, em um artigo que trata do debate reavivado há algum tempo sobre a relação entre retórica e história¹²¹, em certa passagem, questiona-se se os historiadores têm condições de ler um documento sem ter o domínio das artes retóricas:

A retórica destaca o problema de como se leem os textos. Ela levanta também a questão de se historiadores são capacitados para ler. Tenho notado a tendência de historiadores profissionais verem textos como documentos no sentido restrito da palavra e, da mesma forma, ignorarem as dimensões textuais dos documentos em si; ou seja, a maneira pela qual documentos "processam" ou reformulam o conteúdo em modos estritamente associados a processos sócio-culturais e políticos mais amplos¹²².

Neste sentido é que propomos o conhecimento das artes retóricas, como uma prática que envolve o estudo da cultura escrita anterior ao século XVIII, pois da mesma forma como é importante atentar-se para os diferentes usos que o manuscrito e o impresso tinham, é importante entender os recursos — materiais, sociais, intelectuais, etc. — que aqueles que escreviam tinham. Fosse uma carta de um padre jesuíta enviada do Estado do Grão-Pará e Maranhão a Lisboa, ou

¹²⁰ Gostaríamos de fazer um paralelo com aquilo que Baxandall mostra em *Giotto and the orators*: "The existence in Latin of names for various categories of visual interest — let us say, *decor* and *decus* — drew attention to the existence of these words in an acceptable neo-classical way he necessarily also learnt to distinguish the kinds of interest or stimulus they correspond to." [...] "People who have trained themselves in the labels *decor* and *decus* will approach a painting by Giotto with a predisposition to look for, distinguish, and recall qualities different from someone equipped with the terms *maniera*, *misura*, and *aria*. A person given to categories like *supersplendere* or *deiformitas*, of course, will attend differently again". BAXANDALL, M. **Giotto and the orators: Humanist observers of painting in Italy and the discovery of pictorial composition 1350-1450**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1988, p. 48.

¹²¹ Sobre o assunto, recomendamos: HARTOG, François (Org.), **A história de Homero a Santo Agostinho**, 1ª. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; HARTOG, François, **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**, 1ª. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013; LIMA, Luiz Costa, **História. Ficção. Literatura**, 1ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (Orgs.), **Ensaio de retórica antiga**, 1ª. Belo Horizonte: Tessitura, 2010; ZANDONÁ, Deise, Luciano de Samósata e o tonel de Diógenes: história e retórica na Roma Imperial, in: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (Orgs.), **Ensaio de retórica antiga**, 1ª. Belo Horizonte: Tessitura, 2010; SINKEVISQUE, Eduardo, **Retórica e Política: A prosa histórica dos séculos XVII e XVIII. Introdução a um debate sobre gênero**, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000; SINKEVISQUE, **Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)**; SINKEVISQUE, Eduardo, **Três traduções portuguesas do século XVIII do Como se deve escrever a história**, São Paulo: Versão manuscrita, S/d.

¹²² LACAPRA, Dominik, Retórica e história, **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 97–118, 2013, p. 114.

uma crônica, ou um sermão, ou uma compilação de poesias, ou uma relação de sucesso, ou um prefácio, uma carta ao leitor etc., quem escrevia conhecia e aplicava os preceitos retóricos.

As técnicas retóricas eram aplicadas pelos escritores como práticas da escrita compartilhadas por aquela sociedade. A aplicação de lugares-comuns, a constante referência a autoridades antigas como estratégia para construir um argumento, a disposição dos assuntos em determinada ordem, retoricamente organizada, tudo isso era ensinado nos manuais de retórica — que eram utilizados nas escolas e também pelos preceptores — e era parte de uma prática cultural que é preciso reconstituir para podermos acessar os documentos do período anterior ao século XVIII.

Capítulo II: Análise retórica dos exórdios

Neste capítulo iremos analisar as dedicatórias, cartas ao leitor e prólogos de três obras impressas em Portugal no período da Restauração (1640-1680). São elas: *Crônica Del Rei D. João I*, de Fernão Lópes (c. 1380-1460), impressa em 1644; *Ásia portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa (1590-1649), de 1666; e *História de Portugal Restaurado*, de D. Luiz de Meneses (1632-1690), terceiro conde da Ericeira, impresso em 1679.

Antes de partir para a análise dos preâmbulos, gostaríamos de recuperar a categoria de *experiência*, proposta por Koselleck, que é, como ele diz:

“... espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável [...] porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros¹²³.”

A partir dela podemos entender que alguém do século XVII, ao escrever um texto, usasse como modelo ou regra aquilo que está na *Retórica a Herênio*, escrita por volta de 80 a.C. Da mesma forma, podemos facilmente concluir que esse mesmo alguém não tinha na cabeça os modelos românticos do século XIX e, portanto, não se pensava como um autor que tem direito de propriedade sobre o seu texto e não tinha, também, o conceito de originalidade. Pelo contrário, sabemos que usavam a *emulatio*, emulação, como foi definida aristotelicamente, no sentido de imitar o modelo para superá-lo. Com a leitura dos preâmbulos das obras analisadas, percebemos, no século XVII, a presença de autores que eram considerados modelos de historiadores a serem imitados e superados, como Flávio Josefo, Cícero, Tucídides e outros. Além de servirem como modelos para o gênero, os acontecimentos que os historiadores da Antiguidade narraram serviam, no século XVII, como exemplos — constituindo uma experiência, no sentido definido por Koselleck — de virtudes ou de vícios e, com isso, tinham uma função pedagógica, o que tornava possível o discurso de um historiador como Políbio ser contemporâneo de Manuel de Faria e Sousa, na medida em

¹²³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC Rio, 2006. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira, p. 311.

que era possível o historiador português usar o grego como uma autoridade, um modelo do gênero histórico. Daí a importância de se levar em consideração o que Koselleck definiu como *experiência*.

Quando lemos os textos do conde da Ericeira e de Manuel de Faria e Sousa e os confrontamos com as artes retóricas que circulavam na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII, temos elementos para mostrar que as regras por elas prescritas são aplicadas nos preâmbulos de *História de Portugal Restaurado* (1679) e na *Ásia portuguesa* (1666). Tendo o seu autor lido ou não os tratados de Cícero, Quintiliano, Cipriano Soares, ou outros, é possível, no mínimo, perceber que, ao escrever, ele acabou usando, intencionalmente ou não – essa não é a questão, pois a intenção do autor nunca será de fato alcançada –, esses preceitos.

Não estamos preocupados em dizer se a história escrita no século XVII é menos científica ou mais científica, mas sim como esse discurso histórico foi construído. No tempo da Restauração em Portugal, os historiadores não tinham preocupações com a cientificidade; preocupavam-se em obedecer às regras do gênero usado para escreverem, o que pressupõe um determinado conceito de verdade e de história – muito diferentes do nosso – e um decoro prescrevendo o modo como a representação do autor no texto deve ser feita segundo o público e a matéria tratada. Essas noções e regras faziam parte dos ambientes letrados e quem quisesse ser lido, compreendido e publicado deveria obedecê-las, assim como acontece hoje. Quando aprendemos a ler e escrever, nos ensinam a estrutura de uma frase, depois de um texto e também a maneira correta de se escrever cada palavra. Uma vez que isso é colocado em prática, não ficamos mais pensando nessas convenções e simplesmente escrevemos. Como diz Heinrich Lausberg: "A aplicação do sistema torna-se 'mecânica' e permite assim um 'estado imediato' vivencial da expressão discursiva." Isso quer dizer que quem aprende determinada regra não tem, necessariamente, a regra em mente quando a usa. Por exemplo, aprendemos regras gramaticais, mas quando escrevemos não pensamos nelas obrigatoriamente, pois 'mecanizamos' sua aplicação¹²⁴.

Ao lermos os historiadores do século XVII, como o Conde da Ericeira e

¹²⁴ LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. Tradução R M Rosado Fernandes. 6ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 76, §2.

Manuel de Faria e Sousa, um leitor que conhece alguma coisa de retórica nota a presença de suas regras naqueles escritos. É possível perceber que a escrita desses autores era inventada retoricamente — quer dizer, os argumentos escolhidos, a disposição das palavras, dos capítulos e das partes da obra, as palavras usadas e o estilo do discurso eram escolhidos com base nos preceitos retóricos antigos, ensinados, nos séculos XVI e XVII, nos colégios jesuítas. É possível perceber que o Conde da Ericeira aplicou a regras do exórdio segundo o Anônimo da *Retórica a Herênio*, ou segundo Cícero. Provavelmente ele não pensava nisso enquanto escrevia; preocupava-se, isso sim, em escrever um texto que fosse aceito pelas instituições e sociedade das quais participava. Até mesmo por isso que sua *História de Portugal Restaurado* é dedicada ao príncipe D. Pedro¹²⁵, indicando uma relação de mecenato entre o autor e o príncipe, onde um deveria corresponder aos interesses do outro. No caso de D. Pedro, era de seu interesse uma obra que o elogiasse e fortalecesse, perante a sociedade portuguesa, os seus interesses de tornar-se rei e afastar seu irmão D. Afonso VI¹²⁶, que na altura da publicação do livro de Ericeira estava encarcerado no palácio de Sintra, onde ficou até a sua morte¹²⁷. *História de Portugal Restaurado* foi muito bem-sucedido neste ponto, pois conseguiu construir uma imagem desfavorável de D. Afonso VI que perdura até hoje¹²⁸.

Para dar um outro exemplo, a *Historia de la conquista de México* (1684), de Solís, atende, segundo o próprio autor, a três funções retóricas: a clareza, agradar o leitor e o ensinar, que, juntas, o persuade. Segundo Deolinda Freire, o autor deixa evidente que a sua obra é uma emulação de outros historiadores que escreveram antes dele, como o Inca Garcilaso de la Vega e Antonio de Herrera

¹²⁵ D. Pedro foi príncipe regente entre 1668 e 1683, a partir de quando tornou-se o rei D. Pedro II, por conta da morte de seu irmão D. Afonso VI.

¹²⁶ O reinado de D. Afonso VI iniciou-se em 1656, por ocasião da morte de seu pai D. João IV. Apesar de ter sido rei até a sua morte, desde 1668 ele não era mais o governante, pois fora afastado para dar lugar ao príncipe regente D. Pedro, seu irmão.

¹²⁷ Segundo Xavier e Cardim: “[...] as versões sobre a vida de Afonso VI escritas pelos partidários do futuro D. Pedro II foram mais importantes na construção da memória dominante sobre este rei, e, por isso mesmo, consideradas historicamente mais verdadeiras, do que as versões veiculadas pelos partidários de D. Afonso. Mas é impossível saber hoje quais são as mais próximas da experiência histórica vivida por estes dois homens”. Os autores também afirmam que foi justamente a *História de Portugal Restaurado* a principal obra a construir a imagem de D. Afonso VI. Cf.: XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro, **D. Afonso VI**, 1ª. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 11 e p. 14.

¹²⁸ *Ibid.*

y Tordesillas e que, portanto, não há novidade na matéria exposta, mas o que se destaca é a grandeza do tema e o estilo elevado da narração. Como diz Freire: “Em sua obra, modelos, argumentos e técnicas retóricas estão presentes para alcançar um objetivo específico, pois sua *pluma* também deve estar à altura dos fatos narrados e, se possível, competir com o brilho da espada de Cortés”¹²⁹.

Acima afirmamos ser importante o historiador da cultura escrita conhecer a retórica quando se propõe a estudar um período anterior ao século XVIII, pois vigorava a instituição retórica. Por isso, vamos mostrar, de forma sucinta, como as artes retóricas – e seu ensino – estavam presentes em Portugal desde o século XV. Foi D. Duarte (1391-1438) quem pediu a tradução do *Da Invenção*, de Cícero, feita entre 1421-23, para o castelhano. Alguns anos mais tarde, em 1431, o Infante D. Henrique doou umas casas para que nelas se pudessem aprender todas as ciências aprovadas pela Igreja – as sete artes liberais: gramática, lógica, retórica, aritmética, música, geometria e astrologia. O Infante D. Pedro, por sua vez, traduziu o *Do Ofício*, também de Cícero, no século XV¹³⁰. Como se pode perceber, o orador romano era a base dos estudos retóricos em Portugal, junto com Quintiliano. Rodolfo Agrícola, inclusive, baseou seu *De inventione dialectica* nos ensinamentos dos dois.

Em Portugal, durante o reinado de D. João III (1521-1557), o ensino passou por uma ampla reforma. A principal mudança foi a separação entre o ensino preparatório e o universitário. O objetivo era fortalecer o ensino dos portugueses, o que exigiu um nível maior do ensino preparatório, com a necessidade de se fazer um colégio específico para o ensino das Artes:

[...] uma escola preparatória expressamente delineada para esse fim, um Colégio das Artes de nível categorizado, europeu, à maneira do Colégio de Santa Bárbara ou de outro equivalente em qualidade e em fama. Muito em particular, estava em causa o ensino do Latim a que os humanistas concediam um relevo de primeira plana e que, entre nós, decorria com muita

¹²⁹ FREIRE, Deolinda de Jesus, **A competição entre os discursos e as artes na História de la conquista de México de Dom Antonio de Solís**, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2014, p. 40.

¹³⁰ Cf. FERNANDES, R. M. R. Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal. In: LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. Tradução R M Rosado Fernandes. 6ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 19.

deficiência¹³¹.

Para isso, foi fundado, em 1548, em Coimbra, o Colégio das Artes, dirigido por André Gouveia, que lecionava em França e era considerado um dos mais renomados professores de seu tempo¹³². No Regimento de 1547, no qual D. João III estabelece o Colégio das Artes, estão descriminados os professores de cada uma das disciplinas: eram 16 professores, dois para as primeiras letras, oito para gramática, retórica e poesia, três para as artes, um professor de hebraico, um de grego e outro para as matemáticas. Note-se que o maior número de professores é de latinidades (retórica, gramática, latim, poesia...)¹³³. Como Michael Baxandall já mostrou em *Giotto and the orators*, o aprendizado do latim ciceroniano pelos humanistas provocou uma série de mudanças nas maneiras de se ver e interpretar, por exemplo, os quadros, mas também as outras artes, porque trazia uma série de conceitos que não estavam disponíveis nas outras línguas¹³⁴. Além disso, o latim de Cícero era retoricamente organizado e, seu uso sistematizado pelos humanistas trouxe, também, um foco maior nos estudos das técnicas retóricas. Com o passar do tempo, quando a Companhia de Jesus, em 1555, passou a tomar conta do Colégio das Artes, Aristóteles foi reintroduzido no ensino português, para se juntar aos outros autores que já eram estudados,

¹³¹ CARVALHO, Romulo de, **História do ensino em Portugal**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 242-243 [grifo nosso].

¹³² *Ibid.*, em especial o capítulo VIII.

¹³³ O curso que dispensava maior atenção era o de Latinidade, por causa das tendências humanistas de vanguarda na Europa. O Colégio tinha um currículo que contava com dez classes, sendo a décima aquela na qual estavam as crianças de sete anos, as quais eram alfabetizadas e aprendiam as declinações do latim; na nona classe, os alunos já começavam a ler Catão e curtas sentenças; na oitava, na sétima e na sexta liam Cícero e Terêncio; na quinta era introduzido Ovídio; na quarta classe os alunos continuavam com o estudo de Cícero, Terêncio e Ovídio e o Despautério (a Gramática de van Pauteren); na terceira classe continuavam com o ensino desses três autores e eram introduzidos alguns preceitos retóricos; na segunda classe, além desses autores, estudavam também Lucano; na primeira classe, os alunos estudavam com mais dedicação os preceitos retóricos, com textos dos autores citados e mais outros, como Suetônio, Tito Lívio, Pompônio Melo, Eutrópio, Sêneca e Justino. *Ibid.*, p. 253.

¹³⁴ Baxandall se questiona em que medida o aprendizado do latim ciceroniano modificou as noções sobre pintura usadas pelas pessoas. Para ele, o latim fez ver uma série de detalhes que antes não eram possíveis de serem vistos porque não havia os termos que permitissem vê-los. "Meaning is use, and in classical Latin much of the meaning of words lay in an institution of relationships with other words, a system of cross-reference, distinctions, contraries, and metaphorical habits that had been blurred or overlaid in medieval Latin, which after all had constructed systems of its own. When the humanists set about becoming Ciceronian again this cross-articulation of the lexicon was one of the things they had to reconstruct". Cf.: BAXANDALL, Michael, **Giotto and the orators: Humanist observers of painting in Italy and the discovery of pictorial composition 1350-1450**, Nova Iorque: Oxford University Press, 1988, p. 14.

como Cícero e Quintiliano¹³⁵.

O ensino que os jesuítas ofereciam em seus colégios eram baseados na língua latina. Todo o estudante — era aceito, a princípio, qualquer tipo de estudante nos colégios jesuítas — deveria se tornar fluente no latim, com grandes capacidades de leitura, escrita e fala. O autor mais usado nos textos oferecidos aos alunos era Cícero, “cuja construção latina se considerava normativa”. Já a *Gramática* adotada era a do jesuíta Manuel Álvares. Essa sua obra foi usada nos colégios da Companhia em toda a Europa até o século XIX — por isso ela teve mais de trezentas edições. Da gramática passava-se à exploração da poesia e da prosa dos autores latinos, onde se incluía o estudo da história. Os estudantes tinham antologias com textos de Cícero, Tito Lívio, Juvenal, Sêneca, Ovídio, Paluto e outros. Já nas aulas de retórica, o material adotado era o livro que o jesuíta Cipriano Soares escreveu para este fim: *De Arte Rhetorica Libri tres ex Aristotele, Cicerone & Quintiliano praecipue deprompti*¹³⁶. No final do Curso de Letras, a *Ratio Studiorum* propõe aulas de conhecimentos “úteis e eruditos”, como cronologia, história e geografia¹³⁷.

Padre Cipriano Soares, em sua obra, propõe o estudo baseado no Estagirita por um simples motivo: fora através da imitação da *Retórica* que Cícero e Quintiliano escreveram seus tratados – melhor que os imitadores é estudar o imitado¹³⁸. Era a ocasião da Contrarreforma e o Concílio de Trento havia terminado, como nos conta Christian Mouchel, com a descrição do *optimus praedicator*, que unia o modelo agostiniano da subordinação dos signos às coisas com o modelo aristotélico-ciceroniano do bom orador, o qual deve persuadir o auditório usando o seu discurso, que é “o bom espelho das coisas sagradas e profanas”¹³⁹. Como é sabido, a Companhia de Jesus era uma das mais importantes instituições contra reformistas e desempenhou um papel importante no ensino português. Os jesuítas fundaram muitos colégios em todo Portugal e também em suas colônias. Seu manual de estudo, o *Ratio Studiorum*,

¹³⁵ CARVALHO, *História do ensino em Portugal*, p. 242–243.

¹³⁶ SOARES, *Arte de Retórica*.

¹³⁷ CARVALHO, *História do ensino em Portugal*, pp. 333–340.

¹³⁸ CASTRO, Aníbal Pinto de, *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*, 2ª. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

¹³⁹ “*le beau miroir des choses sacrées et profanes*”. MOUCHEL, Christian, *Rhétoriques post-tridentines (1570-1600): la fabrique d’une société chrétienne*, in: FOUMAROLI, Marc (Org.), *Histoire de la rhétorique moderne - 1450-1950*, Paris: PUF, 1999, p. 445.

como afirma Mouchel, garantia que fosse ensinado a mesma coisa no interior da Bahia, em São Paulo, em Goa, em Lisboa e todas as outras regiões de domínio português. Era garantido, dessa forma, um conhecimento comum, ou seja, partilhado por todos os que frequentaram as escolas. Rómulo de Carvalho também chama a atenção para o fato de que a educação em Portugal não foi alterada durante o período dos Filipes (1580-1640) justamente porque o ensino era de responsabilidade da Companhia de Jesus¹⁴⁰.

Além disso, como já foi demonstrado, os exercícios preliminares dos antigos gregos do período helenístico, chamados *progymnasmata*, tiveram uma longa vida e ainda circulavam na Europa durante os séculos XV, XVI e XVII. Não foram uma ou duas, mas diversas as edições e traduções desses tratados¹⁴¹. Mesmo as práticas do ensino antigo vigoravam nesse período, como afirmam Marcello Moreira e João A. Hansen:

Não se pode esquecer que práticas próprias do sistema educacional do mundo antigo eram vigentes no Ocidente europeu dos séculos XV, XVI e XVII, sendo-lhes comuns procedimentos pedagógicos como *imitatio*, *exercitatio* e *declamatio*, para citar apenas alguns¹⁴².

David Flaming descreve como seriam essas etapas do estudo antigo, que baseavam-se na imitação de modelos já bem conhecidos. Sobre a *declamatio* ele diz o seguinte:

¹⁴⁰ Como ele diz: “A escola não tinha pátria. Nela só se falava Latim e em Latim se estudava a Lógica, a Retórica, a Aritmética ou fosse o que fosse, segundo as mesmas regras, os mesmos compêndios, a mesma disciplina. Estar a estudar em Évora, em Salamanca, em Paris, em Roma ou na Boémia, nas escolas da Companhia de Jesus, era exactissimamente o mesmo. A presença castelhana no território português não teve, portanto, nenhum eco na actividade pedagógica da Nação”. CARVALHO, **História do ensino em Portugal**, p. 361.

¹⁴¹ Cf. FLEMING, J. David, The Very Idea of a “Progymnasmata”, **Rhetoric Review**, v. 22, n. 2, p. 105–120, 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3093032>>. Acesso em: 12 set. 2015. Também cf. JOHNSON, Francis R., Two Renaissance Textbooks of Rhetoric: Aphthonius’ “Progymnasmata” and Rainolde’s “A Booke Called the Foundation of Rhetorike”, **Huntington Library Quarterly**, v. 6, n. 4, p. 427–444, 1943. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3815939>>. Acesso em: 12 set. 2015. Outro estudo interessante, cf. HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello, **Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII**, 1ª. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pp. 189-193. Por fim, cf. BUESCU, Ana Isabel, **Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)**, 1ª. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

¹⁴² HANSEN; MOREIRA, **Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII**, p. 193.

In the third and final component of rhetorical “practice”, students further developed their discursive habits and dispositions by composing, on their own, full-scale speeches and themes on mock judicial cases and political questions. The Romans called this part of rhetorical training *declamatio*. Though still an academic activity, involving as much artificiality as the exercises of the *progymnasmata*, declamation – what we might call “composition” proper – served as the capstone of classical rhetorical education, helping students make a smooth transition from the “play” of the classroom to the “business” of real-world civic action¹⁴³.

Vemos algo parecido no *Ratio Studiorum*, que, segundo Hansen, “Prescreve que os conhecimentos são adquiridos por meio da exercitação de modelos ou *autoritates*, autoridades”, cuja repetição e imitação são feitas como treinamento para a ação. Os estudos são divididos em Estudos Inferiores, gramática, humanidades e retórica, e Faculdades Superiores, como filosofia e teologia. O currículo do *Ratio Studiorum*, ainda segundo Hansen, é dividido em doze classes, sendo que a aprendizagem das matérias acontece de maneira graduada, levando-se em consideração tanto a idade dos alunos quanto o nível dos cursos. Desde os estudos de gramática, os alunos aprendem os ritos cristãos, que são posteriormente sistematizados nos cursos de artes, filosofia e teologia. O estudo dos preceitos retóricos, os exercícios de composição em diversos gêneros, a aprendizagem dos lugares-comuns, bem como da filosofia e da teologia orientam os cursos do *Ratio Studiorum*:

Todos os cursos são orientados pelo estudo de preceitos, estilos e erudição, ou seja, prescrições e regras das línguas, da retórica, das letras, da filosofia e da teologia; exercícios com os vários gêneros retórico-poéticos de representação das matérias das humanidades, memorizadas como tópicos ou lugares-comuns já aplicados e desenvolvidos pelas várias autoridades estudadas; memorização de técnicas de falar e de escrever, além dos

¹⁴³ “No terceiro e último componente da “prática” retórica, os estudantes desenvolviam mais seus hábitos discursivos e de disposição ao comporem, sozinhos, discursos completos e temas em casos judiciais falsos e questões políticas. Os romanos chamavam *declamatio* essa parte do treino retórico. Embora ainda uma atividade acadêmica, envolvendo tanta artificialidade quanto os exercícios dos *progymnasmata*, declamação – o que nós podemos chamar de “composição” adequada – serviu como a pedra angular do ensino clássico de retórica, ajudando os estudantes fazerem uma transição suave do “brincar” da sala de aula para o “negócio” de ação cívica do mundo real.” [tradução nossa]. FLEMING, J. D. The Very Idea of a “Progymnasmata”. *Rhetoric Review*, v. 22, n. 2, p. 105–120, 1 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3093032>>. Acesso em: 12 set. 2015, p. 109.

esquemas da própria arte da memória¹⁴⁴.

Não é de estranhar, pois, que um texto escrito no século XVII, por um português, tenha seguido os preceitos retóricos e imitado as autoridades greco-latinas. João A. Hansen enumera Cícero, Platão, Aristóteles, Isócrates, Gregório Nazianzeno, Tito Lívio, Catulo, Salústio, Ovídeo, Virgílio, César, Propércio, São João Crisóstomo, e outros, entre as autoridades imitadas para a composição de textos em prosa e poesia nos colégios da Companhia de Jesus.

Dentre os exercícios prescritos nesses tratados, estavam o da imitação e o da tradução. O aluno deveria imitar aquelas autoridades consideradas modelos de um determinado gênero. Por exemplo, para a épica havia Homero e Camões. Para história, havia Plínio, o Velho, Tucídides, Heródoto, Salústio, Flávio Josefo, Tácito, Guicciardini, João de Barros e outros. Além de imitar essas autoridades, os alunos aprendiam o latim traduzindo (era o exercício de trasladar o texto de uma língua para a outra, como se dizia nessa época) passagens (ou mesmo obras) de autoridades no uso da língua latina, como Cícero.

A sistemática imitação dos autores latinos pelos estudantes portugueses, nos séculos XVI e XVII, fez com que eles, quando escreviam na língua portuguesa também imitassem a estrutura do latim, como mostrou Flávio Reis:

[...] a trasladação é considerada como um tipo de composição que imita a ordenação retórica e dialética do texto latino, equiparando-se a ele. Nesse sentido, não se trata da simples passagem de uma língua a outra, mas de uma imitação, ou melhor, de uma acomodação das características elocutivas e dialéticas latinas na língua vulgar¹⁴⁵.

O próprio João de Barros, segundo Reis, defendia os latinismos: “Barros defende que, a exemplo dos próprios latinos nas suas traduções dos gregos, parece legítimo que os autores portugueses apropriem-se dos termos da língua de saída”¹⁴⁶.

Percebemos, assim, que o exercício de imitar e trasladar para a língua

¹⁴⁴ HANSEN, J. A. Ratio Studiorum e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Org.). **Brasil 500 anos: Tópicos em história da educação**. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 18.

¹⁴⁵ REIS, Flávio Antônio Fernandes, **O sonho de Scipião: acerca da recepção de Cícero no Portugal quinhentista**, 1ª. São Paulo: Humanitas, 2012, p. 42.

¹⁴⁶ *Ibid*, p. 55.

vulgar os modelos gregos e latinos – principalmente estes últimos – não só eram incorporados às matérias (história, retórica, filosofia etc.), como também a língua vulgar se transformava ao acomodar “características elocutivas e dialéticas latinas”. Conforme mostramos, na Península Ibérica, durante os séculos XVI e XVII, muitos tratados de retórica foram traduzidos e tiveram ampla circulação, sendo alguns, inclusive, adotados em escolas. Isso nos indica, portanto, que nessa época os textos eram pensados e escritos retoricamente.

Os usos das artes retóricas, aliás, vão além do campo da escrita ou da fala. Acima, afirmamos que o Concílio de Trento adotou o modelo ciceroniano do orador perfeito. Ora, para ele, o bom orador deveria ter *decoro* (noção extraída da retórica). Isso quer dizer que o orador deveria se adequar à situação, seja no modo de falar ou de agir. Esse modelo de orador é o mesmo usado por Castiglione quando trata do seu cortesão — havia uma retoricização da vida. O *cortesão*¹⁴⁷ é um tratado que procura definir o perfeito cortesão, com preceitos de como um homem da corte deve se comportar, ou seja, o que é próprio dizer, de qual maneira dizer, como agir, levando-se em consideração a pessoa ou o público, como nessa passagem, na qual o Conde Ludovico expõe sua opinião sobre o bem escrever e falar:

Assim, o que mais importa e é necessário ao cortesão para falar e escrever bem creio que seja o saber; porque quem não sabe, e no espírito não tem o que mereça ser entendido, não o pode dizer nem escrever. A seguir é necessário dispor em boa ordem aquilo que se vai dizer ou escrever; depois exprimi-lo bem com as palavras, as quais, se não me engano, devem ser próprias, escolhidas, esplêndidas e bem-compostas, mas sobretudo também usadas pelo povo [...]¹⁴⁸.

O que Castiglione afirma acima são os preceitos ciceronianos de *De oratore*, de que o bom orador deve ter **invenção**, ou seja, deve saber o que dizer; em seguida, deve organizar da melhor maneira possível o seu discurso: é a **disposição**; por fim, é necessário escolher as melhores palavras para dizer ou escrever – é a **elocução**. A partir dessa comparação, fica claro como nos séculos XVI e XVII os modelos tirados principalmente de Cícero, mas também de Quintiliano e Aristóteles, são imitados.

¹⁴⁷ CASTIGLIONE, Baldassare, *O Cortesão*, 1ª. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹⁴⁸ *Ibid*, pp. 52-53.

Preâmbulos da História

Não vemos, nas artes retóricas, preceitos sobre como compor uma carta ao leitor, uma aprovação ou licença, porque nos tempos de Aristóteles, Cícero, Quintiliano — as autoridades emuladas pelos retores posteriores — não trataram dessas questões, pois elas não eram colocadas na Antiguidade, uma vez que são características das obras impressas. O que vemos são regras de como fazer o elogio ou o vitupério e de como deve ser composto o exórdio da obra para que o autor pudesse deixar o público dócil, atento e benevolente. Nos livros impressos no século XVII, em geral, essas regras são aplicadas em todas essas partes, como o prólogo, a carta ao leitor, a dedicatória, a advertência etc. Neste ponto, estamos de acordo com Elizabeth Eisenstein, que vê a *impressão como um agente modificador da cultura*¹⁴⁹.

Expliquemos melhor o que estamos pensando. Na Antiguidade, quando, por exemplo, Cícero escrevia um de seus textos, ele o dedicava a alguém próximo, como a um filho ou a um amigo. A dedicatória, portanto, era uma parte do exórdio da obra. Com o advento da imprensa, durante o período que Roger Chartier chamou de Antigo Regime Tipográfico, o espaço da dedicatória passou a ser usado, em geral, para se fazer o elogio de um importante nobre — o costume era dedicar o livro a alguém com um *status* de nobreza acima do seu —, a um príncipe ou ao próprio monarca. Se o objetivo do exórdio era preparar o leitor/ouvinte para a sequência da obra, deixando-o benevolente, dócil e atento, numa sociedade de Antigo Regime, isso poderia ser conquistado, dentre outras formas, com a vinculação do autor de uma obra ao monarca (ou a um importante nobre). Uma das formas de se fazer isso era justamente usando o espaço da dedicatória — geralmente escrita em forma de carta, cujo objetivo é fazer presente alguém ausente, como veremos adiante. Então, uma dedicatória ao príncipe, por exemplo, tornava-o presente no momento da leitura. Na própria página de rosto, o nome do dedicado tem maior destaque do que o título da obra ou o nome do autor, como acontece em *História de Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira, na qual aparece a palavra “HISTORIA” em vermelho e, numa letra maior do que

¹⁴⁹ EISENSTEIN, Elizabeth L., **A revolução da cultura impressa: Os primórdios da Europa Moderna**, 1ª. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 12.

as outras palavras. Além de ser parte do título, ela também remete o leitor ao gênero da obra e, por isso, essa palavra se destaca do restante do título. Logo abaixo, vem a outra parte: “de/ Portugal Restaurado”, sendo o “Restaurado” também em vermelho. Na sequência, aparece: “oferecida/ ao sereníssimo príncipe DOM PEDRO/ Nosso Senhor”, com destaque para o nome do príncipe regente, cujo nome também aparece em vermelho, no centro da página e com letras do mesmo tamanho da palavra “HISTORIA”. O nome do autor vem abaixo, em vermelho, mas numa letra menor.

Detalhe da página de rosto de *História de Portugal Restaurado* (1679)

Assim, é possível perceber como as práticas de escrita foram se modificando com relação aos usos que se poderiam fazer da imprensa. A própria página de rosto funcionava como o início do exórdio da obra, pois começa a preparar o leitor para o que vem na sequência enumerando as matérias tratadas no volume, deixando claro a quem a obra é dedicada, onde foi impressa e

quando¹⁵⁰. É como se a página de rosto fosse um portão pelo qual é preciso passar para se entrar em algum lugar — é o limiar entre o que está dentro e fora do volume. Nesse sentido, quanto mais atraente ao público for o portão, melhor se sentirá quem estiver passando por ele. No Antigo Regime, uma forma de conseguir a benevolência do público era justamente vinculando-se à imagem do rei ou da alta nobreza. Como afirma Roger Chartier, “A primeira pessoa que o leitor encontrava no material preliminar era, portanto, seu próprio rei”¹⁵¹. Além disso, na página de rosto também era apresentado ao leitor o gênero da obra, com a finalidade de, desde já, preparar o seu espírito para o que viria na sequência¹⁵².

Os preceitos retóricos foram adaptados à difusão do material impresso. Apesar de não haver uma preceptiva de como fazer uma carta ao leitor, percebemos que as regras do exórdio são adaptadas e aplicadas nesta parte do discurso¹⁵³. Além disso, percebemos correntemente o uso das preceptivas epistolares na composição desses textos preambulares, como as dedicatórias e as cartas aos leitores. Mesmo obedecendo a estrutura de uma carta, que deve ter as suas partes, como a *salutatio*, a *captatio benevolentia*, a *narratio*, *petitio* e *conclusio*, esses preambulares não deixam de ter a mesma função: a de exórdio da obra. Outro ponto que gostaríamos de ressaltar é que esses preambulares

¹⁵⁰ Chartier afirma que a página de rosto comunica ao leitor muito mais do que o simples título da obra. Analisando a página de rosto de *D. Quixote*, ele tece os seguintes comentários: “A folha de rosto comunica mais -- na verdade, muito mais -- que o título em si, ao qual é reduzida a tradução. Por exemplo, como tentei mostrar em outra ocasião, o espaço visual da folha de rosto mostra as três coisas que comandavam toda a prática literária no Século de Ouro: uma reivindicação de paternidade do texto, que o prólogo e então a ficção de Cide Hamete Benengeli ironicamente negam; a relação de patronato ligando o escritor ao duque de Béjar, cujos vários títulos ocupam quatro linhas de tipo; e as realidades econômicas da edição que implicavam a autorização real [Con privilegio], o trabalho da gráfica (representado na folha de rosto pelo recurso impositivo de Juan de la Cuesta) e o empreendimento do livreiro/editor que havia financiado a edição e vendido os exemplares (“Vendese en casa de Francisco de Robles, librero del Rey nuestro Señor”).” Cf. CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 242.

¹⁵¹ CHARTIER, Roger, **A mão do autor e a mente do editor**, São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 245.

¹⁵² FREIRE, **A competição entre os discursos e as artes na Historia de la conquista de México de Dom Antonio de Solís**, p. 62.

¹⁵³ Maria Carvalho afirma algo bem próximo à nossa ideia: “Toda essa preceptiva pode parecer um tanto distanciada dos prefácios, prólogos ou cartas que abrem o livro seiscentista, mais ainda quando se refere à ação oratória, mas observo que, sem contar com uma tratadística específica, as convenções preambulares encontram nessa preceptiva retórica discursiva pelo menos determinadas diretrizes de suas formulações básicas e os modelos que imitam concretamente com empenhada emulação”. CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de, **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**, 1ª. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009, p. 21.

têm uma certa independência com relação ao gênero da obra, pois obedecem aos gêneros que lhes são próprios.

Dedicatórias

“Ao Sereníssimo Príncipe Nosso S.” – A dedicatória de História de Portugal Restaurado

D. Luis de Menezes foi o terceiro Conde da Ericeira. Nascido em Lisboa no ano de 1632. Alistou-se no exército aos 18 anos e, até o fim da guerra com a Espanha, "rara foi a batalha, cêrco ou acção importante em que não tomasse parte"¹⁵⁴. Ele foi General de Artilharia e “Veador da Fazenda” durante a regência de D. Pedro¹⁵⁵, “cujo partido seguira nas discórdias e intrigas palacianas, que originaram a deposição de D. Affonso VI”¹⁵⁶, segundo o *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Innocencio. Em 1690, D. Luis de Menezes suicidou-se porque sofria de melancolia. Sua filiação política explica porque *História de Portugal Restaurado* foi dedicado ao príncipe D. Pedro II e não ao rei D. Afonso VI¹⁵⁷. Innocencio afirma que este livro foi reeditado algumas vezes – inclusive em formatos in-4º e in-8º – e em 1759 saía a terceira edição da primeira parte, sendo que as edições feitas em folio são as mais apreciadas. Ele ainda nota que algumas edições traziam o retrato do autor, mas elas eram raras. No *Diccionario Bibliographico Portuguez* há também um parágrafo comentando *História de Portugal Restaurado*, que gostaríamos de citar antes de analisarmos os seus preâmbulos, pois nos fornece informações que podem ajudar:

Comprehende esta historia a narração de todos os successos militares e políticos occorridos em Portugal desde a restauração de 1640 até o anno de 1668, em que se celebraram as pazes

¹⁵⁴ SAMPAIO, Albino Forjaz de (Org.), **História da Literatura Portuguesa Ilustrada**, Lisboa: Livraria Bertrand, 1932, p. 190–191.

¹⁵⁵ D. Pedro II tornou-se o regente em 1668, por conta do afastamento de seu irmão D. Afonso VI. Seu reinado iniciou-se em 1683, depois da morte do irmão, e durou até 1706, ano de sua morte.

¹⁵⁶ D. Afonso VI foi rei entre 1656, sucedendo seu pai D. João IV, e 1683, sendo que, entre 1668 e 1683 ele não era mais o governante, apesar de ter permanecido com o título de rei.

¹⁵⁷ DA SILVA, I. F. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.v. V, p. 397. Segundo Innocencio, o Conde da Ericeira teria recebido o apelido de Colbert português por conta de sua admiração pelas artes fabris e industriais e pelo seu papel na introdução delas em Portugal. Em 26 de maio de 1690, D. Luis de Menezes teria colocado fim a sua vida, ao cometer suicídio pulando de uma das janelas de seu palácio que davam para o jardim.

com Castella. É escripta com clareza e gravidade de locução, posto que alguns críticos mais rigoristas lhe não concedem perfeita e constante pureza da linguagem. Seu auctor é tido como clássico de segunda ordem, mas primeiro no que diz respeito áos termos e vozes facultativas e próprias da milícia. Ha quem o taxe de miúdo em demasia nas suas narrativas: e na parte em que tracta de D. Affonso VI pesa sobre elle a nota de suspeição, por ser, como fica dito, da parcialidade contraria. O auctor da *Deducção chronologica* acusa, com verdade ou sem ella, os jesuítas de haverem adulterado e interpolado o segundo tomo, que se imprimiu posthumo¹⁵⁸.

Tomadas estas palavras sobre o autor e sua obra, vamos nos deter, agora, nos preâmbulos de *História de Portugal Restaurado*. As dedicatórias, em geral, procuram angariar valor ao monarca ou mecenas num tom elogioso. Podem ser compostas em verso ou prosa e algumas são escritas como se fossem cartas¹⁵⁹. Seu autor (seja o próprio autor da obra ou o impressor, que por alguma razão dedica o livro a alguém), ao fazer isso, torna presente alguém ausente, conforme afirma Justo Lúpsio¹⁶⁰, pois esta é a função da carta. Quando lida pelo destinatário, ela faz presente o remetente. Quando escrita por este, é o outro quem se faz presente. No caso da dedicatória, podemos pensar que ela torna dois ausentes presentes, pois o livro é lido por uma terceira pessoa, que assiste a esse colóquio epistolar. As cartas têm uma estrutura própria: em primeiro lugar vem a *salutatio*, seguida pela *captatio benevolentiae*, a *narratio*, a *petitio* e a *conclusio*¹⁶¹.

Salutatio

No caso de *História de Portugal Restaurado*, Conde da Ericeira faz uma

¹⁵⁸ DA SILVA, I. F. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.v. V, p. 397.

¹⁵⁹ Pensamos nisso a partir da pesquisa de Maria Carvalho sobre os preambulares dos livros de poesia em Portugal e no Brasil seiscentistas, quando ela afirma: "Dedicatórias servirão sempre para granjear valor ao mecenas, seja qual for o livro e assim também por diante com todos os gêneros e específicas finalidades. Tanto é que os discursos elogiosos de apresentação dos poemas, dedicatórias ao mecenas ou senhor, elogios e mesmo os prólogos podem ser compostos em versos ou em prosa, tais como vemos no século XVII em Portugal e no Brasil [...]". CARVALHO, M. do S. F. de. **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**. 1ª ed. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009, p. 16.

¹⁶⁰ LÍPSIO, J. A arte de escrever cartas de Justo Lúpsio. In: TIN, E. (Org.). **A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio**. Tradução Emerson Tin. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

¹⁶¹ Cf. PÉCORA, A. A arte das cartas jesuíticas do Brasil. In: PÉCORA, A. **Máquina de gêneros**. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 17–68.

dedicatória ao príncipe D. Pedro, dirigindo-se a ele segundo as regras do decoro, que prevê o uso do “vós” quando uma pessoa inferior se dirige a uma superior. As cartas, segundo os preceitos do gênero, têm uma estrutura que começa com a *salutatio* (a saudação), e, segundo o Anônimo de Bolonha, em suas *Regras para escrever cartas*, “A Saudação é uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas”¹⁶². A dedicatória do Conde ao Príncipe, então, começa da seguinte forma: “Ao sereníssimo Principe Nosso S.”. Esses dizeres ocupam o lugar do título, por assim dizer, dessa parte do livro.

Narratio

Em seguida a *salutatio* viria a *captatio benevolentiae* (a captação da benevolência), que funciona como o exórdio da carta. No entanto, D. Luis de Menezes inverte a ordem, trazendo a *narratio* antes da captação da benevolência. Tal recurso também é prescrito pelas preceptivas de cartas, como as escritas pelo Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lísio. É nesta parte que o remetente deve expor o assunto da carta. O Conde da Ericeira escreve assim:

Senhor.

O mayor cuidado dos Mestres das sciencias foy, mostrar em todos os séculos ao Mundo a ecliptica, por onde os Principes devem caminhar seguros, a gravar immortal nos Têmplos da Fama a sua posteridade. Porém pela diferença que se considera, entre o que se examina pelos olhos, ao que se percebe pelos ouvidos, deve ser preferida a historia moderna às ideas mays subidas dos que mays finamente discursaram nesta doutrina, & aos exemplos mays singulares dos que melhor expuseram os sucessos antigos¹⁶³.

A *narratio* aqui apresentada deixa clara a matéria tratada na dedicatória – a “história moderna”, que no caso sabemos tratar-se dos acontecimentos da

¹⁶² ANÔNIMO DE BOLONHA. Regras para escrever cartas. In: **A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lísio**. Tradução Emerson Tin. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 84.

¹⁶³ ERICEIRA, C. **História de Portugal Restaurado offerecida ao sereníssimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.** Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.v. I.

Restauração. O autor faz isso tecendo algumas ponderações, logo no início, sobre a história, que deve gravar no templo da fama a imortal posteridade dos príncipes. Vemos aplicado aqui a tópica de que a história evita o esquecimento do ocorrido, preservando-os para a posteridade¹⁶⁴. Em seguida, constrói seu argumento afirmando que se deve preferir aquilo que “se examina pelos olhos” ao que “se percebe pelos ouvidos”, e, assim “deve ser preferida a história moderna”. Ele diz isso retomando a ideia que aparece logo no primeiro parágrafo da *Metafísica* de Aristóteles, onde o filósofo grego nos ensina que a visão proporciona mais conhecimento do que as outras sensações¹⁶⁵.

O conde da Ericeira afirma isso justamente porque sua *História de Portugal Restaurado* trata dos recentes acontecimentos da Guerra de Restauração de Portugal contra a coroa de Castela¹⁶⁶. Além disso, como se sabe, ele foi general em alguns conflitos e pôde ver os acontecimentos. Com este argumento, então, ele reforça a ideia de que sua história é verdadeira, pois ele mesmo, um homem da nobreza, viu muitos dos fatos que narra. Essa afirmativa também faz referência a um princípio da escrita da história presente em Tucídides: a de que a história recente (ou moderna, como escreve o historiador português) e o testemunho que o historiador dela tem, é mais confiável do que a história de tempos mais distantes¹⁶⁷. Tanto o Conde da Ericeira quanto Tucídides participaram de eventos que eles narraram. Tanto um como o outro também tiveram a oportunidade de investigar esses eventos e ouvir relatos de outras pessoas que participaram deles¹⁶⁸.

¹⁶⁴ Para que se possa comparar, citamos aqui o proêmio da *História* de Heródoto: “Ésta es la exposición del resultado de las investigaciones de Heródoto de Halicarnaso para evitar que, con el tiempo, los hechos humanos queden en el olvido y que las notables y singulares empresas realizadas, respectivamente, por griegos y bárbaros —y, en especial, el motivo de su mutuo enfrentamiento— queden sin realce.” Cf. HERÓDOTO, **História: Libro I - Clío**, Madrid: Editorial Gredos, 1992, p. 85.

¹⁶⁵ Diz Aristóteles: “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações. De fato, eles amam as sensações por si mesmas, independentemente da sua utilidade e amam, acima de todas, a sensação da visão. Com efeito, não só em vista da ação, mas mesmo sem ter nenhuma intenção de agir, nós preferimos o ver, em certo sentido, a todas as outras sensações. E o motivo está no fato de que a visão nos proporciona mais conhecimentos do que todas as outras sensações e nos torna manifestas numerosas diferenças entre as coisas.” Cf. ARISTÓTELES, **Metafísica**, 3ª. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 3.

¹⁶⁶ Cf. VALLADARES, **A Independência de Portugal: Guerra e Restauração: 1640-1680**.

¹⁶⁷ “Na verdade, quanto aos eventos anteriores e principalmente os mais antigos, seria impossível obter informações claras devido ao lapso de tempo”. TUCÍDIDES, **História da Guerra do Peloponeso**, 1ª. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 19, I, 1.

¹⁶⁸ *Ibid*, p. 28, I, 22.

Ao dizer que: “O mayor cuidado dos Mestres das sciencias foy, mostrar em todos os séculos ao Mundo a ecliptica, por onde os Principes devem caminhar seguros, a gravar immortal nos Têmplos da Fama a sua posteridade”, Conde da Ericeira afirma a utilidade da sua ciência, a história¹⁶⁹. Ela é útil porque mostra, a partir do passado, como as pessoas podem agir. É como afirma o historiador grego: “[...] quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará”¹⁷⁰. A história é, pois, exemplo¹⁷¹. Durante o período que vai de Heródoto ao Conde da Ericeira, ela é considerada *magistra vitae*, mestra da vida, como definiu Cícero.

Um outro ponto que gostaríamos de ressaltar é o termo “eclíptica” do trecho acima citado. Ao utilizar o termo destacado, D. Luiz de Meneses faz uma aguda comparação de D. Pedro com os astros, as estrelas, pois “ecliptica” era a palavra usada para se referir à órbita dos planetas e estrelas ao redor do Sol¹⁷² – estrela que compara com D. João IV, como veremos na sequência.

Captatio benevolentiae

Em seguida, é feita a *captatio benevolentiae* a partir do elogio ao príncipe, autor “de acções tam reguladas & virtuosas, que não depende de exemplares para o acerto dellas”. Segundo o texto, o príncipe também possui vassallos “igualmente ornados de todas as virtudes moraes” e, além de tudo isso, ainda é filho daquele “brilhante Sol que amanheceu esta Monarchia, em o sobre todos Excellente Monarca o senhor Rey Dom Joaõ o Quarto de immortal memoria, Soberano Heroe”¹⁷³. Vemos aqui aplicados aqueles preceitos retóricos

¹⁶⁹ É importante lembrar que até o século XVIII, ciência (sciencia) não tinha o mesmo significado de hoje. Segundo o *Vocabulario Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau, Sciencia, “No seu rigor filosófico, he hũ conhecimento certo, & evidente pelas suas causas”.

¹⁷⁰ TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, p. 28, I, 22.

¹⁷¹ Luiz Costa Lima fez um interessante debate sobre o assunto, cf. LIMA, Luiz Costa, *História. Ficção. Literatura*, 1ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 31-105.

¹⁷² “ECLIPTICA, Eclíptica. (Termo Astronomico, & Geographico) He huma linha, ou circulo mayor da Esphera, que passado por meio da latitud do Zodiaco, a divide em duas partes iguaes. Chamase ecliptica, porque quando o Sol, & a Lua vem a fazer conjunção nella, se causa eclipse do Sol, & quando fazem ambos opposição na mesma ecliptica, se causa eclipse da Lua. Linea ecliptica. Eclipticus, a, um, é de Plinio. O segundo officio, que tem a Ecliptica he ser term, & baliza, donde se conta a largura das estrelas.” Cf. BLUTEAU, Raphael, Ecliptica, in: *Vocabulario Potuguez & Latino*, Lisboa: [s.n., s.d.], v. 3.

¹⁷³ As citações são da dedicatória “Ao serenissimo Principe Nosso S.” de *História de Portugal Restaurado...*

prescritos nos tratados que circularam nesse período em Portugal, como a *Retórica a Herênio*, onde seu anônimo autor afirma o seguinte: “Podemos tornar os ouvintes benevolentes de quatro maneiras: baseados em nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria”¹⁷⁴. Baseados em nossa pessoa, obtém-se benevolência se louvarmos, sem arrogância, o nosso ofício, se mencionarmos o bem que fizemos para a República e se falarmos de nossas desvantagens. Baseando-se na pessoa de nossos adversários, tem-se benevolência ao levar o público ao ódio, indignação e desprezo em relação aos adversários. Se nos basearmos na própria matéria, o público será benevolente se elevarmos nossa causa e rebaixarmos com desprezo a do adversário. Por fim,

Baseados na pessoa dos ouvintes, alcançaremos a benevolência se citarmos as causas que julgaram com coragem, sabedoria, mansidão e magnificência, e se revelarmos de que estima gozam e quais as expectativas quanto ao julgamento.¹⁷⁵

As preceptivas antigas eram feitas, sobretudo, para serem usadas nos tribunais – daí seu teor principal ser com relação ao gênero judiciário. Porém, podemos perceber a aplicação desses preceitos na carta dedicatória escrita pelo Conde da Ericeira ao Príncipe D. Pedro, pois justamente na *captatio benevolentiae* ele afirma a estima do príncipe, sua magnificência e a de seus atos.

Além disso, como se trata de um elogio, notamos serem aplicados os preceitos segundo, por exemplo, as lições preliminares, os *progymnasmata*, de Aftônio ou Theon. Mesmo na *Retórica a Herênio* trata-se de como se deve fazer um elogio. Peguemos as lições de Theon. Ele afirma que de uma pessoa viva se faz um elogio, ou encômio (*enkômion*), enquanto que de alguém morto a forma de elogio feita é o epitáfio e o feito aos deuses é o hino. As coisas elogiáveis, umas relacionam-se com a mente e o caráter, outras com o corpo e algumas com coisas externas a nós.

External goods are, first, good birth, and that is twofold, either from the goodness of (a man's) city and tribe and constitution, or from ancestors and other relatives. Then there is education, friendship, reputation, official position, wealth, good children, a

¹⁷⁴ [CÍCERO], *Retórica a Herênio*, p. 59.

¹⁷⁵ *Ibid*, p. 61.

good death. Goods of the body are health, strength, beauty, and acuteness of sense. Important ethical virtues are goods of the mind and the actions resulting from these; for example, that a person is prudent temperate, courageous, just, pious, generous, magnanimous, and the like¹⁷⁶.

Com relação à pátria, acreditamos que o elogio está implícito, pois trata-se de uma obra que foi escrita justamente para enaltecer Portugal, que conquistara sua independência de Castela durante a Guerra da Restauração. Com relação ao elogio dos ancestrais, ele é feito de forma aguda, pois D. Pedro, como já foi dito acima, é filho daquele “brilhante Sol que amanheceu esta Monarchia, em o sobre todos Excellente Monarca o senhor Rey Dom João o Quarto de immortal memoria, Soberano Heroe”¹⁷⁷. Note-se que o termo “Sol” retoma a imagem da “eclíptica” do príncipe, ou seja, de seu caminho, da história de seus feitos e ações.

O elogio das virtudes é feito de forma breve, quando D. Luis de Menezes afirma que D. Pedro é autor “de acções tam reguladas & virtuosas, que não depende de exemplares para o acerto dellas”. No que concerne as amizades, ou pessoas próximas, o autor afirma que a Divina Providência deu a Portugal um príncipe com “Vassalos tam igualmente ornados de todas as virtudes moraes, que, como a Via Lactea entre as Estrellas, corre no Campo Celeste desta historia a gloria de referilas [...]”¹⁷⁸. Tudo isso seria movido pelo Sol que foi D. João IV – quer dizer, todo o movimento de Portugal Restaurado teve início nessa brilhante estrela: “[...] sendo o movimento principal de seus valerosos impulsos, & maravilhosos sucessos, o brilhante Sol que amanheceu a esta Monarchia [...]”.

O conde da Ericeira também usa a tópica da falsa modéstia quando pede proteção ao príncipe, o qual, reconhecendo as insuficiências do autor, poderia dar a segurança de que não houvesse censura dos leitores, pois afirma que Sua Alteza

¹⁷⁶ THEON, Aelius, *The Exercises of Aelius Theon*, in: KENNEDY, George A. (Org.), **Progymnasmata: Greek textbooks of prose composition and rhetoric**, Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003, p. 50.

¹⁷⁷ As citações são da dedicatória “Ao serenissimo Principe Nosso S.” de **História de Portugal Restaurado...**

¹⁷⁸ DA ERICEIRA, C. **História de Portugal Restaurado offerecida ao sereníssimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.** Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.v. I

usará de expressa ley para que senão conheça, ne se falle nos meus erros, tendo adquirido esta confiança, assim de repetidas honras & beneficios, que sem merecimento alcanço da generosidade Real de Vossa Alteza¹⁷⁹.

Petitio

Segundo o tratado de Justo Lísio, as matérias tratadas nas cartas se dividem em três grupos: séria, doura e familiar. Pode-se notar que Ericeira compõe sua carta dedicatória como se ela fosse do âmbito privado – uma subdivisão da matéria séria. Como chegamos a essa conclusão? Cito Lísio:

SÉRIA chamo a carta que se refere a matérias públicas ou privadas, mas trata-as da forma mais abundante e com cuidado. Entre as públicas, esse gênero inclui: Narrações, Dissertações, das coisas de estado, de guerra, de paz e outras tais. Entre as privadas: Consolações, Recordações, Petições, Repreensões, Desculpas, Conselhos, Elogios; e, numa palavra, tudo o que um pouco mais seriamente escrevamos, e tal como num assunto fixando o pé¹⁸⁰.

A dedicatória escrita por D. Luis de Menezes tem dois fólios e a partir da metade do segundo começa a *petitio* pela proteção da obra: “[...] busco no patrocínio de Vossa Alteza a segurança de não ser censurado [...]”¹⁸¹. Era uma tópica comum pedir proteção a um nobre ou monarca, a fim de que a obra ficasse isenta de censuras vindas de outros leitores. Esse pedido costumava ser feito de forma humilde e sem arrogância, pois era preciso conquistar a benevolência do destinatário. Como já mostramos, essa foi uma prática muito usada nos séculos XVI e XVII, pois segundo a concepção que se tinha na época, criticar algo protegido por um nobre ou monarca era igual a criticá-los. Vamos retomar o que diz D. Luis de Menezes:

“[...] busco no patrocínio de Vossa Alteza a segurança de não ser censurado, reconhecendo tam claramente a minha insufficiencia, que só livro as esperanças de não padecer na censura dos Leytores os castigos da ignorancia desta empresa, em que a grandeza & piedade de Vossa Alteza, que tem conseguido imperar tam igualmente nas vontades como nos entendimentos, usará de expressa ley para que senão conheça,

¹⁷⁹ Os destaques são nossos.

¹⁸⁰ LÍPSIO, J. A arte de escrever cartas de Justo Lísio. In: TIN, E. (Org.). **A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lísio**. Tradução Emerson Tin. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 139. Destaques do autor.

¹⁸¹ ERICEIRA, C. **História de Portugal Restaurado...** [s.p.]

nã se falle nos meus erros, tendo adquirido este confiança, assim de repetidas honras & beneficios, que sem merecimento alcanço da generosidade Real de Vossa Alteza, como em que pelas causas, que com evidencia se reconhecẽ superiores, se deve Vossa Alteza considerar muyto empenhado acerto desta historia, obrigado desta fé¹⁸².

Como Conde da Ericeira faz a *petitio* ao príncipe D. Pedro, que tem um *status* de nobreza mais elevado do que o seu, ele se usa da humildade (ou falsa modéstia). Como nessa parte da carta dedicatória Ericeira pede algo para si – a proteção do príncipe para a sua obra –, ele deve conquistar a benevolência do destinatário e faz isso retoricamente, como podemos notar ao lermos o que diz a *Retórica a Herênio* sobre isso. Ela ensina que a *captatio benevolentiae* se faz de quatro maneiras e uma delas é quando falamos baseados em nossa pessoa. Para deixar claro, cito o trecho:

Baseados em nossa pessoa, obteremos benevolência se louvarmos nosso ofício sem arrogância; também se mencionarmos o que fizemos para o bem da República, de nossos pais, amigos ou daqueles que nos ouvem, desde que tudo isso seja acomodado à causa que defendemos; também se declaramos nossas desvantagens, desgraças, desamparo, desventura e rogar-mos que nos venham em auxílio, dizendo que não queremos depositar nossas esperanças em outrem¹⁸³ [grifo nosso].

D. Luis de Menezes se coloca num lugar de humildade, afirmando sua insuficiência e erros, que serão protegidos por D. Pedro contra as críticas dos leitores. Ao mesmo tempo em que se coloca neste lugar, louva a grandeza do príncipe, tão generoso, piedoso e superior.

Conclusio

Os tratados epistolares usados por nós – o do Anônimo de Bolonha, o de Erasmo de Rotterdam e o de Justo Lísio – indicam a conclusão simplesmente como “a passagem pela qual uma carta é terminada”¹⁸⁴.

¹⁸² DA ERICEIRA, C. **História de Portugal Restaurado offerecida ao sereníssimo principe Dom Pedro nosso senhor escritta por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.** Lisboa: na Officina de João Galraão, 1679.v. I

¹⁸³ [CÍCERO]. **Retórica a Herênio**. Tradução Ana Paula Clestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 59.

¹⁸⁴ ANÔNIMO DE BOLONHA. Regras para escrever cartas. In: **A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lísio**. Tradução Emerson Tin. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 100.

Geralmente, nesta parte o autor recapitula de forma breve a matéria tratada na carta a fim de fixá-la e reforçá-la. Em seguida, faz uma saudação. Vejamos como o Conde da Ericeira termina a sua carta dedicatória:

Saem sem receyo ao Mundo as acções mays singulares, que recorrendo por todos os seculos, se tem representado no seu theatro, a serẽ preludio de outras mayores, que menos eloquente Plinio de melhor Trajano, na vida gloriosa de Vossa Alteza espero escrever. Dilatea Deus infinitos annos para vermos este Imperio desempenho de tantos vaticinios.

*O Conde da Ericeira*¹⁸⁵.

O autor retoma o princípio de sua dedicatória, onde afirma que escreve a “ecliptica”, ou seja, o caminho percorrido pelo príncipe e seus feitos. No trecho citado logo acima, ele se compara a Plínio, o Jovem, que escreveu o *Panegírico de Trajano*, o imperador romano ao qual compara D. Pedro. Ainda na chave da humildade (se podemos chamar de humilde comparar-se a Plínio), D. Luis de Menezes afirma ser um “menos eloquente Plinio” e o seu príncipe um “melhor Trajano”.

O último período da carta dedicatória – “Dilatea Deus infinitos annos para vermos este Imperio desempenho de tantos vaticinios” – é o que Justo Lúpsio chama de *valedictio*, “que é do mesmo modo uma formalidade, em que desejamos bons votos ao destinatário”, à qual se segue a assinatura, “O Conde da Ericeira”, – um costume comum naquele tempo e atualmente, provavelmente raro na Antiguidade, segundo Lúpsio.

“A El-Rey Nosso Senhor D. Afonso VI de Portugal, etc.” — a dedicatória da Ásia Portuguesa

Manuel de Faria e Souza (1590-1649) tem uma história peculiar, que merece ser melhor estudada. Homem inteligente, mas sem grandes títulos, Faria e Sousa serviu importantes nobres portugueses e espanhóis no período chamado de União Ibérica. Nascido em 1590, ainda jovem foi para Castela, em 1619, como secretário de Pedro Álvares Pereira, um dos secretários de Estado

¹⁸⁵ DA ERICEIRA, C. *História de Portugal Restaurado offerecida ao sereníssimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.v. I

de Filipe III. Entre 1631 e 1633 viveu em Roma, na corte papal, como secretário do marquês de Castelo Rodrigo. Em 1640, quando da Restauração portuguesa, Manuel de Faria e Sousa permaneceu em Madri e muito se especulou sobre isso: alguns dizem que tomou essa decisão para ficar ao lado de seu verdadeiro rei, Filipe IV; outros, como o quarto conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, porém, dizem que ele optou por ficar em Madri para enviar informações a D. João IV, com quem se correspondia. Essa versão ganha mais força por conta da recepção que seu filho Pedro de Faria e Sousa teve, quando chegou em Portugal em 1651 tendo sido recebido por D. João IV. Ele trouxera consigo alguns manuscritos do pai, os quais tratou de publicar¹⁸⁶. Dentre estes manuscritos estavam as obras do final de sua vida, dedicou-se a escrever, sobre a história de Portugal, pátria que tanto adorava e sentia saudade¹⁸⁷. Manuel de Faria e Sousa era considerado um continuador de João de Barros, e, inclusive, o próprio conde da Ericeira, nos preâmbulos de *História de Portugal Restaurado*, afirmou que suas obras são melhores do que as do humanista português. D. Luis De Menezes se considerava um continuador de Faria e Sousa, quem teria escrito os sucessos de Portugal até 1640, de onde ele retomava para escrever os acontecimentos desta data até 1668.

Parte das suas obras foram impressas postumamente, por seu filho Pedro de Faria e Sousa, em Lisboa, o que torna os exórdios de *Ásia portuguesa* particularmente interessantes de serem analisados. Primeiro ponto que nos chama a atenção é o fato da obra ter sido impressa em Lisboa — a primeira edição de *Ásia portuguesa* é de 1666, feita por Antonio de Craesbeck — e escrita em castelhano. Segundo ponto, é que essa obra em castelhano enaltece os grandes feitos da história portuguesa. Terceiro ponto, e talvez o mais interessante, é o fato de Pedro de Faria e Sousa, nos textos exordiais que escreveu, se preocupar em justificar seu pai, o qual havia dedicado suas obras a Filipe IV. Sobre escrever em castelhano, Ana Isabel Buescu explica porque alguns autores portugueses escolhiam esta língua ao invés do português: muitos autores, dentre os quais Manuel de Faria e Sousa, António de Sousa de Macedo e também D. Francisco Manuel de Melo, justificavam-se dizendo que, como a

¹⁸⁶ SAMPAIO (Org.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, p. 185–187.

¹⁸⁷ CURTO, Diogo Ramada, *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*, 1a ed. Lisboa: Instituto Ciencias Sociais, 2007, p. 156.

obra destinava-se à impressão, o castelhano seria preferível ao português porque era uma língua mais fácil de se ler e de maior circulação. Melo, inclusive, em uma carta enviada a Gaspar de Seixas de Vasconcelos, afirmou ter escolhido a língua castelhana para que sua obra não caísse em esquecimento¹⁸⁸.

Como dissemos, em geral as dedicatórias eram escritas em forma de carta e, Pedro de Faria e Sousa não fez diferente. Dedicando a obra de seu pai ao rei D. Afonso VI, ele inicia a sua carta assim: “Esta carta, Señor, sirve de dos cosas, de Dedicatoria, y de Petición: de Dedicatoria, porque con ella dedico a V. Magest. este Primer Tomo de la Asia Portuguesa”. O assunto, segundo Pedro, é grandiosíssimo, pois contém os feitos dos portugueses naquelas conquistas; se o assunto é grandioso, menor não é o engenho de Manuel de Faria e Sousa, que, por meio da sua pena, se propôs a elevar esses feitos em estilo tão alto para que ficassem eternizados “en la memoria de los hombres”¹⁸⁹. Isso, segundo o autor da dedicatória, só poderia ser feito por alguém seguro do verdadeiro historiador e com força tão grande quanto é o peso da tarefa. Essa pessoa seria Manuel de Faria e Sousa. A continuar os elogios ao seu pai, Pedro de Faria e Sousa diz o seguinte:

Veranse em ella luzir todos (y quedar tãbien vencidos muchas vezes) los màs celebres Maestros della, a Herodoto, a Tucídides, a Plutarco, a Josepho, a Tito Livio, a Salustio, a Quinto Curcio, a Cornelio Tacito, a Justino, a Lucio Floro, a Valeyo Paterculo, a Mafeo, a Juan de Barros, al Guichardino, a D. Diego de Mendoza, y a D. Antonio de Fuen Mayor, de tal modo, que si cada uno dellos por si vale mucho, Manuel de Faria y Sousa por todos vale.

A quantidade de historiadores referidos na dedicatória chama a atenção, ainda mais porque todos eles são considerados modelos a serem imitados, exemplos de como se deve escrever a história e são constantemente citados pelos historiadores dos séculos XVI e XVII. A afirmação de que Manuel de Faria e Sousa vale mais do que todos pode ser surpreendente pela falta de modéstia, porém ela não é desprovida de decoro. Ao contrário, ela favorece a intenção de tornar os leitores/ouvintes atentos e enfatiza outro ponto: o de que o autor da

¹⁸⁸ BUESCU, Ana Isabel, Aspectos do bilingüismo Português-Castelhano na época moderna, *Hispania*, v. 64, n. 216, p. 13–38, 2004, pp. 36-38.

¹⁸⁹ SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia portuguesa*, 1ª. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

Ásia portuguesa segue o caminho do verdadeiro historiador, pois ele supera a todos.

No início foi dito que essa carta dedicatória tinha dois objetivos: o primeiro — fazer dedicatória ao rei D. Afonso VI — já foi cumprido fazendo-se grande elogio da obra dedicada; o segundo — petição — vem a seguir. Pedro pede que Sua Majestade “ampare estos Escritos”. Logo depois, justifica seu pedido lamentando-se que “las cosas grandes tēgan necesidad de tercero para conseguir el premio devido, quando el tercero mayoer es su misma grandeza”. Em seguida, termina elogiando D. Afonso VI, “que vemos resplandecer llenando esse Trono Imperial con heroicas y virtuosas Acciones, que aumentan en los Vassallos firmes esperanças de eternas felicidades”.

A dedicatória e os elogios feitos ao rei constituem uma prática da cultura escrita impressa na sociedade de Antigo Regime. Como mostra Arthur Marotti, escritores e impressores buscavam legitimidade, prêmio e prestígio de seus “mecenas”¹⁹⁰. Isso tornou-se uma característica dos livros impressos, pois eles passaram a gravar de modo muito mais permanente do que o manuscrito o nome dessas pessoas às quais se dedicavam os livros¹⁹¹. Podemos comprovar isso simplesmente abrindo os livros de gênero histórico da Antiguidade. Heródoto não dedica suas *Histórias*, nem Tucídides sua *História da guerra do Peloponeso*, Tito Lívio também não dedica sua *História de Roma* e nem na *Conjuração de Catilina* de Salústio. Encontraremos dedicatórias em obras impressas, por exemplo nos historiadores italianos do século XVI, como Maquiavel, que dedicou sua *História de Florença* (1525) ao papa Clemente VII. Em Portugal, após a Restauração em 1640, diversos livros de gênero histórico foram impressos e dedicados a D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Isso acontece porque o impresso possibilita uma ampla circulação das obras e, assim, serve para promover e fazer propaganda de nobres e príncipes. Apesar de o manuscrito ter, também, grande circulação,

¹⁹⁰ Coloco *mecenas* entre aspas porque não necessariamente a pessoa a quem a obra era dedicada havia patrocinado o escritor ou o impressor. Acontecia, muitas vezes, de se dedicarem obras a reis ou nobres sem eles saberem. Isso acontecia porque o simples fato de se dedicar um livro a alguém numa condição social superior, no contexto da sociedade de Antigo Regime, já dava um certo prestígio e protegia os escritos de possíveis ataques. No caso de Portugal, Ivan Teixeira mostrou que na época de Pombal havia uma política de propaganda das políticas pombalinas e fazia parte dessa política a publicação de obras dedicadas ao próprio Marquês. Cf. TEIXEIRA, Ivan, **Mecenato pombalino e poesia neoclássica**, 1ª. São Paulo: Edusp, 1999.

¹⁹¹ MAROTTI, Arthur F., **Manuscript, print, and the English Renaissance lyric**, 1ª. Ithaca / Londres: Cornell University Press, 1995, pp. 291-292.

ele ainda fica restrito a um certo círculo de letrados, enquanto que o material impresso se espalha por uma área maior e com a finalidade de atingir leitores não apenas de um pequeno círculo, mas diversos letrados. Assim, o fato de se dedicar uma obra a um nobre ou ao príncipe ganha uma outra dimensão, pois o autor da dedicatória se mostra a toda a sociedade letrada.

Quando Pedro de Faria e Sousa se lamenta ter que depender de terceiros para conquistar prestígio (no caso ele queria conquistar prestígio para a obra do pai), aplica a tópica da decadência dos tempos, segundo a qual os costumes do presente são viciosos e não virtuosos como outrora. Ao fazer isso, ele não critica o fato de ter que dedicar sua obra a D. Afonso VI, mas enaltece a grandeza dos escritos de seu pai, que, sem o amparo do rei, não teria o devido reconhecimento.

As dedicatórias de Antonio Alvarez na Crônica del Rei D. João I

O livro de Fernão Lopes¹⁹², escrito no século XV, nos tempos do reinado de D. Duarte I (1433-1438) e D. Afonso V (1438-1477), só foi impresso em 1644, durante o reinado de D. João IV (1640-1656) – período da Restauração. Segundo Maleval, Fernão Lópes foi afastado do cargo de guarda-mor da Torre do Tombo por conta da disputa entre o Infante D. Pedro e o seu sobrinho D. Afonso V, que culminou na batalha de Alfarrobeira (1449), vencida pelo segundo. Como Fernão Lópes era patrocinado por D. Pedro, quando este foi derrotado ele perdeu seu cargo e os seus escritos foram relegados ao esquecimento durante algum tempo, como foi o caso da *Crônica del Rei D. João I*¹⁹³. A obra circulou em versão manuscrita, provavelmente entre um público mais restrito, até ser impressa em 1644, por Antonio Alvarez¹⁹⁴, que viu nela uma maneira de apoiar D. João IV no início de seu governo.

¹⁹² Fernão Lopes é considerado o patriarca dos historiadores portugueses e, segundo Innocencio da Silva, foi o primeiro cronista-mor do reino. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da, **Diccionario Bibliographico Portuguez**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, v. II, p. 282-283.

¹⁹³ MALEVAL, Maria do Amparo Tavares, **Fernão Lopes e a retórica medieval**, 1ª. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 76.

¹⁹⁴ Antonio Alvarez parecer ter tido um vínculo com a Casa de Bragança. Dentre os livros que imprimiu, encontra-se a **Chronica do Côdestabre de Portvgal Dom Nvnalvrez Pereyra Principiador da Casa de Bragança. Sem mudar dantiguidade de suas palavras, nem estilo. E deste inuictissimo Condestabre procedem el Rey Dom Ioão terceiro, & o Emperador Carlos V. Reys, Principes, Potentados & grandes Senhores da Christandade, desta nossa Europa. Ao Excellmo Senhor Dom Theodosio Dvque de Bragança, &c.** 1ª. ed. Em Lisboa: Por Antonio Alvarez Impressor, & Mercador de liuros, E a sua custa, 1623.

Curiosamente, no livro encontram-se duas dedicatórias, uma ao “Senhor”, Vossa Majestade, o rei D. João IV, outra, que aparece logo na sequência, a João Rodrigues de Sá e Menezes, Camareiro-mor. Com estilo simples, as dedicatórias são escritas segundo os preceitos retóricos do exórdio, onde procura-se captar a benevolência do público, deixá-lo dócil e atento para o que vem a seguir. Antonio Alvarez, na primeira dedicatória, dirigida a D. João IV, faz isso mostrando a utilidade de sua empreitada. Logo no começo, ele declara que imprimiu a *Crônica del Rey D. João I*

para auuiar de nouo a lembrança, com que se conseruão sempre viuas estas memorias, & se vencer com a publicação dellas, o impedimento, que com a inuasam nestes Reynos DelRey Catholico Dom Felipe de Castella se ocasionou para se ocultarem em cuidadoso silencio as victorias, & gloriosas empresas, porque o Serenissimo Rey DOM IOAM o primeiro mereceo ser acclamado, & eleito por Rey, sendo nouo Restaurador, & em certo modo Fundador do Reyno, & com que o soube segurar com a celebre batalha de Aljubarrota, conserualo com as de Valuerde, Trancoso, & outras, & vltimamente augmêtalo, & engrandecelo com a gloriosissima conquista de Ceita, em que se lhe offerecerão ao mesmo passo das difficuldades, & riscos, victorias, & glorias, em q̃ se vê tanto de verdadeiras, quanto de impossieis¹⁹⁵.

Antonio Alvarez afirma que desde a “inuasam” de Filipe II “nestes Reynos”, os feitos dos reis de Portugal ficaram ocultados “em cuidadoso silencio”. A impressão da *Crônica del Rei D. João I* colocaria fim a esse silêncio, contando as vitórias e gloriosas empresas desse rei. Aliás, D. João I é comparado a D. João IV, ambos considerados “Restauradores” por Antonio Alvarez. Segundo este ponto de vista, o primeiro foi quem encabeçou a Revolução de Avis, no final do século XIV, enquanto que o segundo foi quem tornou Portugal independente de Castela.

Logo após a Restauração, a coroa portuguesa se esforçou em justificar a aclamação de D. João IV, pois parte da nobreza não via com bons olhos esse acontecimento¹⁹⁶. Aproximar D. João I deste novo rei, era uma maneira de fortalecer a propaganda da Restauração, pois mostrava que os Filipes haviam

¹⁹⁵ LÓPES, Fernão, **Chronica DelRey d. Ioam I de boa memoria, e dos reys de Portvgal o decimo. Primeira parte em que se contem a defensam do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade DelRey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez.**, 1ª. Lisboa: Antonio Alvares Impressor DelRey N.S., 1644.

¹⁹⁶ Cf. XAVIER; CARDIM, **D. Afonso VI**.

usurpado a coroa portuguesa, que pertencia por direito a D. João IV, descendente do primeiro rei da dinastia de Avis.

Nos parece que Antonio Alvarez teve um importante papel na propaganda da dinastia de Bragança, pois não imprimiu apenas essa *Chronica DelRey d. Ioam I*. Ele também fez sair do prelo a *Chronica do Cõdestabre de Portugal Dom Nvnalvarez Pereyra Principiador da Casa de Bragança*, em 1623. A relação desse impressor com os Bragança é um assunto a ser investigado, pois certamente não é obra do acaso Antonio Alvarez imprimir duas obras tão importantes para essa família.

Passemos, agora, à segunda dedicatória que o impressor colocou na *Chronica DelRey d. Ioam I*, a João Rodrigues de Sá e Menezes, Camareiro-mor. Ela começa com o elogio das virtudes de João Rodrigues, em quem se acham unidas as Letras e as Armas, “que se pode dizer talvez armado Apolo, talvez graduado Marte”¹⁹⁷. Com esse elogio, fica demonstrado como é completo esse homem a serviço do rei, pois junta em si duas virtudes aparentemente opostas. Em seguida, elogia-se sua utilidade para a República, pois seus feitos na guerra contra Castella foram, segundo Antonio Alvarez, gloriosas, tendo participado de empresas arriscadas. O elogio também exalta a capacidade do Camareiro-mor no Paço, “em que é exemplar tão continuo”, digno de ser imitado.

Letras-Armas, Apolo-Marte, Paço-guerra. O elogio que Antonio Alvarez faz de João Rodrigues de Sá e Menezes segue essa tópica da das Letras e das Armas. Primeiro é anunciado que João Rodrigues detém ambas as virtudes, como um armado Apolo, ou um graduado Marte – ou seja, como um homem de letras que entende de armas, ou como um homem de armas que é letrado. Em seguida, comprovam-se suas virtudes, pois foi vitorioso no campo de batalha, onde, inclusive, se expôs a perigos em nome de Sua Magestade. No Paço, ou seja, nos afazeres do governo, ele também é exemplar. Por fim, Antonio Alvarez pede humildemente que João Rodrigues ofereça essa sua *Chronica* à Sua Magestade, que assim a receberá melhor, pois tem mais consideração pelo seu Camareiro-mor do que pelo simples impressor. Logo depois, deseja que “Deus

¹⁹⁷ LÓPES, *Chronica DelRey d. Ioam I de boa memoria, e dos reys de Portvgal o decimo. Primeira parte em qve se contem a defensam do Reyno atè ser eleito Rey. Offerecida A Magestade DelRey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez.*

dê largos annos de vida com felice augmento de prosperidade”.

Nas três dedicatórias analisadas é possível perceber que os seus autores, o conde da Ericeira, o Capitão Pedro de Faria e Sousa e o impressor Antônio Álvares, se colocam de forma submissa ao governante¹⁹⁸, reafirmando a sua posição de súdito do reino de Portugal. Também colocam o governante como autoridade capaz de proteger, amparar, dar destaque e prêmio às obras, como se sem isso elas fossem cair no esquecimento ou ficassem sem ter importância e sofressem com as censuras dos leitores.

Numa sociedade de Antigo Regime, como mostrou Norbert Elias, quanto mais próximo do rei, mais distinção tinha a pessoa; além disso, todas as ações representavam a hierarquia daquela sociedade, que era extremamente regrada¹⁹⁹. É uma lógica parecida com essa que podemos ver aplicada nas dedicatórias: elas representam a hierarquia daquela sociedade e mostram como o autor sabe qual é o seu lugar nela ao declararem-se súditos e pedirem os favores dos reis e príncipes. Podemos concluir, portanto, que a dedicatória é afirmação do pacto teológico-político de sujeição, sendo própria de uma cultura impressa que se desenvolveu no Antigo Regime.

Carta ao leitor

Dentre os exórdios dos livros de gênero histórico encontramos, além da carta dedicatória, a carta ao leitor. Esse tipo de exórdio nem sempre aparece nos livros do século XVII, embora seja bastante usado. Como sabemos, os preâmbulos poderiam ser escritos pelo próprio autor da obra, ou pelo impressor, que muitas vezes era também o editor, ou por um terceiro, como no caso de *Ásia portuguesa*, no qual os exórdios são escritos por Pedro de Faria e Sousa, filho

¹⁹⁸ No caso de Pedro de Faria e Sousa, a dedicatória dirige-se ao rei D. Afonso VI, enquanto que o Conde da Ericeira dedica sua *História de Portugal Restaurado* ao “Serenissimo Principe Nosso S.”, que era D. Pedro. Quando este livro foi impresso, D. Afonso VI já havia sido afastado do governo, ficando seu irmão no lugar.

¹⁹⁹ Norbet Elias, depois de analisar o *lever* do rei no tempo de Louis XIV, na França, conclui o seguinte: “O que mais salta aos olhos nessa cerimônia é a meticulosa exatidão da organização. Mas, como vemos, não se trata de uma organização racional no sentido moderno, apesar da exatidão com que cada movimento é estabelecido previamente, e sim de um tipo de organização em que cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder da época.” ELIAS, Norbert, **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 102.

do autor. Seja quem for o autor desta carta, o que fica evidente é a representação do leitor, ou seja, de quem se espera a leitura da obra. Geralmente, trata-se de um leitor tão culto quando o autor, frequentador dos mesmos círculos sociais e, logicamente, letrado. Na *História de Portugal Restaurado* o autor se dirige aos leitores no prólogo e, portanto, não há uma carta ao leitor.

Apesar de não haver uma preceituação sobre o que deve ser uma carta ao leitor e o que deve ser um prólogo, os usos desses espaços nos preambulares do livro indicam que a primeira, em geral, é lugar para um diálogo mais próximo do autor com o seu leitor. Como o próprio gênero carta pressupõe, é uma conversa entre amigos ausentes. Quer dizer, quando ela é escrita o interlocutor está ausente e quando ela é lida quem está ausente é o autor. Já no prólogo, em geral, temos um discurso sobre a própria obra. No caso do gênero histórico, é neste lugar que o autor mostra que seus escritos fazem parte desse gênero e há, inclusive, uma preceituação dele²⁰⁰.

No texto “El capitan Pedro de Faria e Sousa a los que leyerem”, o autor faz, no primeiro parágrafo, uma exposição sobre o entendimento humano, um dom divino que Deus reparte dando a uns mais e a outros menos, sendo que o homem, “como dize Aristoteles en sus Metafísicas, naturalmente desea saber”²⁰¹. Em seguida, no segundo parágrafo, seguindo o raciocínio do anterior, afirma que Manuel de Faria e Sousa foi autor superior a João de Barros, o qual tem a glória de ter sido o primeiro que escreveu sobre as ações dos portugueses na Ásia, enquanto Faria e Sousa, que emulou o seu antecessor, tem a glória de ter sido o maior porque Deus o banhou com essa graça. Pedro ainda adverte de que assim como seu pai superou João de Barros, pode vir outro historiador que supere Manuel de Faria e Sousa, pois o entendimento divino é infinito e, da mesma forma como Deus deu a graça a seu pai nesse momento, Ele pode concedê-la a outro. Nesta parte, é possível perceber que os preceitos aos quais o autor da *Ásia portuguesa* respeitou são tanto teológico-políticos quanto retórico-poéticos.

Na sequência, o filho de Manuel de Faria e Sousa procura mostrar que

²⁰⁰ Sobre o prólogo, cf.: PORQUERAS MAYO, Alberto, **El prólogo como género literario: su estudio en el siglo de oro español**, 1ª. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.

²⁰¹ Em Aristóteles: “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber”. Cf. ARISTÓTELES, *Metafísica*, v. II, p. 3.

as obras de seu pai foram finalizadas antes da aclamação de D. João IV e, por isso, foram dedicadas a Filipe IV. No entanto, Pedro de Faria e Sousa faz de seu pai um profeta, que teria previsto a Restauração. Ele cita um longo trecho de uma carta que diz ter sido escrita por Manuel de Faria e Sousa como dedicatória a Filipe IV e chama a nossa atenção para uma passagem específica:

“Esta História contiene las Hazañas gloriosas de singulares Vassallos vuestros en la Asia, desde que dieron principio al descubrimiento dela por el Oceano los felicísimos Principes de quien sois Descendiente, y Sucessor asta el año de 1640”²⁰².

Neste trecho, na parte grifada, estaria a profecia do autor de *Ásia portuguesa*, pois ele afirma que o reinado de Filipe IV só iria até 1640. Toda a sequência dessa carta “aos que lerem” tem o objetivo de mostrar que Manuel de Faria e Sousa era tão grandioso que previu a Restauração. Depois, Pedro de Faria e Sousa comenta a carta do pai, e dá especial destaque especificamente ao trecho acima citado, procurando provar que seu pai estava do lado de Portugal, e se estivesse vivo durante a Restauração teria permanecido do lado brigantino:

Despues de muerto Manuel de Faria, quedando todas sus obras en mi poder, hallé entre ellas esa carta suelta, y sin fecha, que me obliga a estas dos ponderaciones siguientes. La primera es, q̃ si él la escreviò antes de la Aclamacion, (que es lo más cierto, pues antes della procuró licencia para impression desta Obra) vienen a ser las vltimas palabras del primer periodo la más clara profecia della, que en algun tiempo se pudo poner delante de los ojos del mundo, y de Phelipe que hauia de ser despojado de la Corona Lusitana, pues dizendo estas palabras, *de quien sois Descendiente, y sucessor asta el año de 1640*, le dize clarissimamente que hasta esse año es Sucessor de aquellos Priucipes e Portugal. Y ese cõ toda claridad ser cierto este sentido por causa deste adverbio asta, que as limitacion de tiempo, que tuuo Phelipe en esse año entre Portugueses²⁰³.

Como dissemos, o texto de Pedro de Faria e Sousa respeita os preceitos teológico-políticos e retórico-poéticos. Com relação ao primeiro, é possível notar que ele, o tempo todo, procura mostrar como o seu pai estava do lado dos Bragança e não de Filipe IV, argumentando, inclusive, que havia uma profecia nos seus escritos e, se ele dedicou a sua obra ao monarca castelhano, já sabia

²⁰² SOUSA, *Ásia portuguesa*, [grifo nosso].

²⁰³ *Ibid.*

que ele seria rei de Portugal apenas até 1640. Se seu pai dedicou a obra a Filipe IV, ele a dedicou a D. Afonso VI, respeitando os costumes de dedicar as obras ao monarca. Algo que chama a atenção nessa carta é a reflexão sobre o entendimento e a demonstração de que Manuel de Faria e Sousa é melhor do que João de Barros. Pedro de Faria e Sousa, ao afirmar isso, argumenta que é vontade divina, pois Deus teria dado ao seu pai um entendimento superior. E foi justamente isso que o teria possibilitado escrever uma história melhor. Ele ainda conta que muitos criticaram seu pai por escrever bem: “Alfin estos quierem, que Manuel de Faria sea malo por muy grande”. Para defender seu pai, Pedro argumenta que ninguém critica a Natureza por ser bela e nem Deus por tê-la feito assim. O ser humano, que nasceu para imitá-Lo, não deveria ser criticado por isso. Esses argumentos são de ordem providencialista. Se na dedicatória ao rei, por um lado, explicita-se sua submissão ao monarca, na carta ao leitor, por outro lado, fica evidente uma justificativa com base na religião. Assim, percebe-se que o discurso possui uma afirmação teológico-política do reino, além de uma preceituação retórica.

Sobre a adequação aos preceitos retórico-poéticos, esse texto, assim como todos os demais preâmbulos, exerce a função de exórdio. Como já dissemos, o anônimo da *Retórica a Herênio* preceitua quatro maneiras de captar a benevolência do leitor: baseando-se em nossa pessoa, na dos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria do discurso. Nessa carta ao leitor que acabamos de analisar, Pedro de Faria e Sousa procura captar a benevolência de seu leitor a partir da matéria do discurso, que é seu pai. Na *Retórica a Herênio* encontra-se o seguinte preceito: “Baseados nas próprias coisas, tornaremos o ouvinte benevolente se elevarmos a nossa causa com louvores e rebaixarmos a do adversário com desprezo”²⁰⁴. Como pudemos ver, é exatamente isso o que faz o filho de Manuel de Faria e Sousa, ao procurar mostrar que seu pai não só foi melhor do que João de Barros, como também profetizou o fim do reinado de Filipe IV, o que comprovaria o grande entendimento que recebeu de Deus.

²⁰⁴ [CÍCERO], *Retórica a Herênio*, p. 61.

O prólogo

Prólogo de Ásia portuguesa

Passemos, agora, para a análise dos prólogos. Seguindo com a *Ásia portuguesa*, Pedro de Faria e Sousa descansa a pena e deixa seu pai “falar”. Manuel de Faria e Sousa, aplicando os preceitos do exórdio, enaltece a sua obra, vitupera os seus críticos e mostra as dificuldades de ser autor de uma obra de história. Inicialmente, ele ataca aqueles que o acusam de escrever em estilo elevado, justificando que as matérias graves e elegantes pedem um estilo grave e elegante, como decorre da noção de *decoro*²⁰⁵. Diz ele: “Bien veo que los casos sublimes, las materias graves, y las sentencias ponderosas; sublime estilo, grave elegancia, y ponderoso juicio quieren”²⁰⁶. O autor também atualiza um outro preceito ciceroniano quando afirma que os feitos e ações do passado são “artes, ó instrucciones vivas para los futuros” — é a noção de *historia magistra vitae*, da qual trataremos mais adiante.

Manuel de Faria e Sousa, pelo que foi dito acima, inicia o seu prólogo tratando da matéria de sua obra, defendendo-a de possíveis censuras que poderia receber dos leitores. Ele faz isso mostrando que se adequa ao *decoro* exigido pela matéria tratada; mostrando, também, que, mesmo sem ter muito talento, sua obra consegue algo mais grandioso do que um discurso construído com impecável eloquência: ela não deixa cair no esquecimento os feitos gloriosos. Ou seja, o historiador deve se preocupar muito mais em deixar para a posteridade a verdade dos acontecimentos — lembremos que Manuel de Faria e Sousa fala sobre o “verdadeiro historiar” — do que em escrever como um orador.

Essa finalidade da história é difundida por muitos autores dos séculos XVI e XVII, como Guicciadini (ou Guichardino, segundo a grafia portuguesa do século XVII) — já citado por Pedro de Faria e Sousa e que também será citado

²⁰⁵ A noção de *decoro* é importantíssima para se inventar retoricamente o discurso. Nos séculos XVI e XVII ela era retomada principalmente dos tratados de Cícero, como mostra Grigera nesse trecho: “El concepto de Cicerón, de que el decoro se corresponde a la cosa de que se habla, a quien habla y a quien se habla, lo recoge Granada. Es decir que por razón del decoro se debía adecuar la elocución a la materia, al emisor del mensaje y al receptor del mismo”. LÓPEZ GRIGERA, Luisa, **La Retórica en la España del Siglo de Oro**, 2ª. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 124.

²⁰⁶ SOUSA, **Ásia portuguesa**, Prólogo.

pelo seu pai como modelo de historiador que ele imita — que, em suas *Reflexões*, no parágrafo 143, escreve o seguinte:

143. Parece-me que todos os historiadores, sem nenhuma exceção, tenham errado no seguinte: deixaram de escrever muitas coisas que no tempo deles eram conhecidas, pressupondo-as conhecidas. Segue-se daí que nas histórias dos romanos, dos gregos e de todos os outros se deseja hoje a notícias em muitos pontos: *verbigrazia* das autoridades e diversidades dos magistrados, das ordens do governo, dos modos da milícia, da grandeza das cidades e de muitas coisas semelhantes, que na época de quem escreveu eram conhecidíssimas e por isso omitidas por eles. Mas se tivessem considerado que com a extensão do tempo extinguem-se as cidades e perde-se a memória das coisas, e que justamente para eternizá-las escrevem-se as histórias, teriam sido mais diligentes ao escrevê-las, de modo que os que nascem numa época distante possam ter todas as coisas diante dos olhos, assim como os que as presenciaram: é justamente essa a finalidade da história²⁰⁷.

A história, então, deve ter uma utilidade. Ela será útil se o historiador for capaz de colocar diante dos olhos de seus leitores todas as coisas tal como aconteceram. Como pretendemos mostrar mais adiante, esse preceito de como deve ser a história aparece não só em Guicciardini, mas em Mascardi²⁰⁸ e Luciano de Samósata²⁰⁹, duas autoridades do gênero histórico muito referidas no século XVII.

No quinto parágrafo, Faria e Sousa fala de seus mestres na arte da história e conta como imitou cada um deles:

[...] vi con gran exame (hablarè agora de la classe en que nos entramos con esta labor) entre los Griegos a Herodoto, y a Tucides, y a Plutarco, y a Josefo: entre los Latinos a Tito Livio,

²⁰⁷ GUICCIARDINI, Francesco, **Reflexões**, 1ª. São Paulo: Hucitec; Instituto Italiano de Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995, p. 111.

²⁰⁸ Agostino Mascardi é autor do **Dell'arte istorica**, publicada no século XVII, no qual, logo no início, deixa claro o que entende por história: “[...] l'Arte istorica ha per suo fine l'insegnare a tessere convenientemente il racconto degli accidenti umani più memorabili”. MASCARDI, Agostino, **Dell'arte istorica**, Modena: Mucchi Editore, 1994, p. 11.

²⁰⁹ Luciano de Samósata viveu no século II d. C. e é autor de diversos tratados, dentre eles o *Como se deve escrever a história*. Encontramos, no parágrafo 42 desse tratado, o seguinte sobre a utilidade da história: “Diz ele [Tucídides] que o que escreve é uma aquisição para sempre, mais que uma peça de concurso, voltada para o presente; diz ainda que não acolhe o fabuloso, mas deixa para a posteridade a verdade dos acontecimentos. Acrescenta também que a utilidade é o fim da história, de modo que, se alguma vez, de novo, acontecerem coisas semelhantes, se poderá, diz ele, consultando-se o que foi escrito antes, agir bem com relação às circunstâncias que se encontram diante de nós”. SAMÓSATA, **Como se deve escrever a história**, p. 71.

y a Salustio, y a Quinto Curcio, y a Cornelio Tacito, y a Justino, y a Lucio Floro, y a Velejo Paterculo, y a Mafeo; de los vulgares a Juan de Barros, y al Guichardino, y a D. Diego de Mendoça, y a Don Antonio de Fuen Mayor, que son los verdaderamente dignos de imitacion. Quien fuere visto en todos, a todos encontrará con frecuencia en nuestros escritos; y con singularidad a los primeros seys, y a los ultimos quatro en lo general: en lo florido a Curcio, en los reparos a Tacito, en la forma a Justino, y en todo a Floro, y a Paterculo, porque en desahogo, y libertad de frases, y clausulas me hizieron siempre señalada embidia, y me llevaron la mano como unicos Maestros mios. Y finalmente a Plutarco en la introducion de politicas enseñanças, haz endonos dueño dellas, porque en parte estos nuestros assuntos son vidas de Varones claros, y en las que él escribiò le imitamos²¹⁰.

Nesse trecho, pode-se ter uma noção da prática da escrita da história no século XVII. Para esses autores, as autoridades são os historiadores antigos. Em certa medida, como o próprio Faria e Sousa comenta, a história deve ser escrita à luz dos antigos, mas com alguma novidade: “nuestro intento no es alcançarnos con el Magisterio de como se ha de escribir Historia; sino escribirla a las luzes del Antiguo con alguna osada novedad”. Assim, a história é imitação²¹¹ daquilo que já foi escrito, mas sendo sempre atualizada. Dito de outra forma, Manuel de Faria e Sousa não reescreve o que já foi dito por João de Barros, mas o imita a fim de superá-lo. Como *magistra vitae*, e por ser vivida por seres humanos, como notou Tucídides, a história tende a se repetir, mesmo com algumas variações.

Prólogo de História de Portugal Restaurado

No prólogo de *História de Portugal Restaurado*, de D. Luís de Menezes, terceiro conde da Ericeira, não há uma parte denominada “carta ao leitor”. O diálogo do autor com o seu leitor acontece justamente no prólogo, como veremos. Por ora gostaria de ressaltar que é nesta parte que o autor trata mais especificamente da tarefa do historiador. Aqui, vemos aplicados alguns preceitos presentes no tratado *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata²¹². Chamamos a atenção para o parágrafo 41:

²¹⁰ SOUSA, *Ásia portuguesa*, Prólogo.

²¹¹ Imitação, no século XVII, tem o sentido de emular, ou seja, de competir para se igualar e/ou superar o modelo imitado.

²¹² É curioso notar que o próximo conde da Ericeira, já no século XVIII, pede a tradução dos tratados de Luciano. Cf.: SINKEVISQUE, *Três traduções portuguesas do século XVIII do Como se deve escrever a história*.

41. Portanto, assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela; alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe, nem respeite, nem humilhe; que seja um juiz equânime, benevolente com todos a ponto de não dar a um mais que o devido; estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou²¹³.

Cícero também escreveu sobre a história em seus tratados. Numa passagem de *De oratore*, enquanto reclama que não há nos manuais de retórica preceitos sobre como escrever a história, fornece, ele mesmo, tais preceitos:

Vocês percebem que tarefa enorme é a escrita da história para o orador? [...] No entanto, não a encontro em parte alguma ensinada em separado nos preceitos dos rétores, pois são bastante evidentes. De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer nada de falso? Em seguida, ousar dizer toda a verdade? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? [63] É evidente que esses alicerces são de conhecimento geral. A edificação propriamente dita, por outro lado, reside nos temas e nas palavras²¹⁴.

O mesmo preceito de Luciano de Samósata, de que o historiador não deve ocultar nada por amizade ou por ódio, já aparecia em Cícero, como percebemos quando ele diz que não deve “haver suspeita de favorecimento [...] Ou de ressentimento”. D. Luis de Menezes, então, escreve que nem a amizade dos leitores pode encobrir os defeitos do escritor, “nem escurecerlhe os acertos o odio”, ficando a obra entregue ao “tribunal da justiça dos desinteressados”, que louvam por merecimento os benevolentes e censuram os culpados. Pode-se subentender que a história contada no livro não é em favor de amigos e nem vingança contra os inimigos, mas é justa e pode ser julgada pelos desinteressados.

No segundo parágrafo do prólogo o conde faz um extenso elogio da empresa do historiador, que conta com dificuldades enormes para dar fim a sua obra. Logo na primeira linha ele afirma de forma categórica: “Hũa das maiores empresas do Mundo he a resolução de escrever hũa história”. Na sequência vêm as justificativas: além dos inumeráveis inconvenientes a serem vencidos, do

²¹³ SAMÓсата, *Como se deve escrever a história*, p. 71.

²¹⁴ SCATOLIN, Adriano, Cícero, *Do orador*, 2.51–64: a historiografia, *Letras Clássicas*, v. 15, n. 1, p. 91–96, 2015.

trabalho excessivo, ter que usar adequadamente o estilo, colher as notícias, escrever e corrigir as provas, passar a limpo o texto e, enfim, receber o título de Autor, “então começa a ser Reo, & reo julgado com tam excessiva tyrania”.

Neste ponto do texto, o conde da Ericeira aplica o lugar comum²¹⁵ de comparar o escritor/historiador ao pintor/escultor, tão presente nos tratados de retórica e mesmo em *Como se deve escrever a história*, no qual aparece o seguinte:

Desse modo, não devem [os historiadores] buscar o que dizer, mas como dizê-lo. Em suma, é preciso considerar que quem escreve a história deve assemelhar-se a um Fídias, um Praxíteles, um Alcâmenes ou outro artista desse tipo, já que nenhum criou o ouro, a prata, o marfim ou algum outro material, que, pelo contrário, já existia e estava disponível [...]. Eles apenas moldavam, cortavam o marfim, poliam, colavam, ajustavam e ornavam-no com ouro – sendo esta a sua arte: tratar a matéria como se deve²¹⁶.

Voltando ao *História de Portugal Restaurado*, lê-se:

Julgo por muyto errada a opinião commua, que assenta, que a historia he paralelo da pintura: porque he tanto mays privilegiado o pintor que o Escritor, q teve lugar Apelles, pondo em publico hua figura que havia pintado, de lhe emendar a roupa, que hum artifice dellas lhe cōdenou por imperfeyta, & de castigar a ouzadia de outro, que não sendo pintor se atreveu a aguirlhe o perfil da figura. Não he concedida aos Escritores tante liberdade: porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabaram de sellar a historia que escrevéram, logo perdéram toda a ação de emendàla, & na difficuldade de satisfazer a hum Mundo de juizos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver historia bem avaliada de todos²¹⁷.

Comparando os dois trechos, vemos que Luciano de Samósata mostra como o historiador deve tratar a sua matéria, que não cabe a ele inventar nada (o que seria próprio dos poetas), mas mostrar, de maneira adequada, aquilo que já está disponível. D. Luis de Menezes, no seu texto, aplica o mesmo lugar

²¹⁵ Entendia-se por lugar comum os lugares (*loci*) físicos imaginários onde guardavam-se os argumentos. Ver, pp. 23-24 deste estudo. Cf. HANSEN, Lugar-comum.

²¹⁶ SAMÓSATA, Luciano, **Como se deve escrever a história**, Belo Horizonte: Tessitura, 2007, p. 77.

²¹⁷ ERICEIRA, **História de Portugal Restaurado offerecida ao sereníssimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.**

comum, mas faz uma distinção entre o pintor e o escritor/historiador ao afirmar que o primeiro tem a vantagem de poder ajustar sua obra depois de expô-la, como o fez Apelles quando um especialista criticou as vestes que pintara. Ao escritor/historiador isso não é permitido, pois depois de impressa não há meios de corrigir o livro²¹⁸. Note-se que em momento algum o conde nega esse lugar comum afirmando que são matérias distintas e muito diferentes uma da outra. Não é isso o que faz: ele apenas distingue um aspecto que é relativamente novo e não estava presente quando Luciano, Quintiliano, Cícero, Aristóteles e Platão escreveram seus tratados: D. Luis de Menezes atualiza a comparação mencionando o papel da imprensa.

Depois de uma relação de inconvenientes a serem superados pelos historiadores, o conde afirma que se costuma escrever história dos séculos passados; porém, a sua *História de Portugal Restaurado* trata do presente. Isso, segundo a linha do discurso construído no prólogo, traz mais dificuldades à sua empresa. Um dos desafios era lidar com os relatos distintos sobre as mesmas batalhas. Ele mesmo esteve presente em algumas, mas nunca pôde ouvir uma relação da guerra sem notar as contradições em relação ao que viu. Assim, D. Luis de Menezes coloca em xeque a ideia de que o ver e ouvir garantem a veracidade da história. Na dedicatória este é o argumento usado: deve-se preferir a história moderna à antiga, como o visto ao ouvido. A saída encontrada foi entranhar-se no amor à pátria, “fundado no justo temor de q não accultassem mortaes, as urnas do esquecimento, as acções gloriosas de tantos heroes excellentes”, e, acima de tudo, o empenho em “descobrir os motivos do principio, & remate desta historia de Portugal restaurado”. O objetivo é, como afirma o autor, mostrar ao mundo “a justiça com que o Serenissimo Rey D. João o IV. de immortal memoria se restituiu à Coroa de Portugal”.

Evocando seu amor à pátria, a sua opinião – “q amey sempre mays q a propria vida” – e o fato de ter presenciado as vitórias do reino, como diz, o conde pretende que sua história seja verdadeira e justa – como deve ser toda história, conforme os autores utilizados, Cícero e Luciano. Só para nos lembrarmos, o

²¹⁸ Essa observação feita pelo Conde da Ericeira indica as mudanças provocadas pelo uso do livro impresso: uma vez saído do prelo, não há como alterar mais nada. Mesmo as erratas são elaboradas no momento da impressão e apenas indicam alguns erros que os impressores perceberam.

primeiro, no trecho citado acima, questiona justamente isso: “De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer nada de falso? Em seguida, ousar dizer toda a verdade?” Como em um tribunal, D. Luis de Menezes defende sua causa e acusa os adversários, que só escreveram mentiras e “erradas notícias”. Os autores castelhanos, por exemplo, encobriram as vitórias portuguesas com ficções, e por isso era necessário escrever contra essas mentiras. Vale lembrar que este texto foi escrito durante o período em que as virtudes também estão no sangue de linhagem nobre, como fica claro em certa passagem desse prólogo, quando o autor afirma ter herdado “de antigos & valerosos Avos ser a verdade alma da vida, como he da historia”. Para sustentar a veracidade de sua *História de Portugal Restaurado*, argumenta sobre a “segurança de testemunhas desinteressadas, que tiveram sem dependencia parte em todos os sucessos politicos & militares”. Como afirmou Luciano, a história não deve ter pátria, nem rei, nem beneficiar os amigos nem rebaixar os inimigos²¹⁹. Podemos pensar que D. Luis de Menezes não pôde renegar a sua pátria e o seu rei, mas deu argumentos, com base nos costumes do Antigo Regime e seguindo os preceitos retóricos, no sentido de mostrar que a sua história era verdadeira. Tendo argumentado que as suas testemunhas, elas sim, são desinteressadas e sem dependência, garantia a imparcialidade necessária a uma história justa e verdadeira. Ele mesmo afirmou: “naõ quero mayor recompensa que o conhecimento, de que a tégora naõ saiu ao Mundo historia mays verdadeyra”.

No penúltimo parágrafo desse prólogo, encontramos aplicado um preceito que aparece em Quintiliano (livro II, XIII, 12)²²⁰, quando faz uma comparação entre o escritor e o pintor Apelles, o qual teria representado Antígona de perfil para esconder seu olho perfurado. No discurso aconteceria a mesma coisa: por vezes o escritor deveria dissimular alguns detalhes por não serem próprios mostrar. Assim, o conde da Ericeira afirma que mesmo o historiador descobrindo alguns defeitos de interesse público, não deveria mostrá-los porque serviriam aos leitores muito mais como estímulo do que como correção. Desse modo, ficam já justificadas as omissões que podem ser alvos

²¹⁹ SAMÓATA, *Como se deve escrever a história*, p. 71.

²²⁰ QUINTILIEN, *Institution oratoire*. T. 2: *Livres II et III*, 4. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

de crítica por parte de alguns leitores.

Prólogo da Crônica Del Rei D. João I

Neste livro, o prólogo, escrito por Fernão Lopes, aparece no primeiro capítulo, “Capitvlo Primeiro, Rezoës em Prologo do Avtor desta obra, ante que fale dos feitos do Mestre”. Se retormarmos rapidamente o que foi discutido sobre a ideia de paratexto proposta por Genette, temos, aqui, um exemplo de como este prólogo não seria considerado um paratexto, pois aparece como capítulo do livro. Como não partilhamos dessa ideia, entendemos que esta parte ainda está no contexto dos exórdios, pois é justamente no prólogo que o autor conta ao leitor sobre a matéria do livro e as razões de tê-lo escrito.

Este é o primeiro texto escrito por Fernão Lopes que aparece no livro, uma vez que as dedicatórias e licenças foram incluídas posteriormente, quando da impressão da obra. No prólogo, Fernão Lopes mostra como seu desejo foi “escreuer verdade”²²¹. Ele justifica isso afirmando que muitos são os que escrevem para louvar sua terra ou seu rei, mas que ele, ao contrário, não deixa levar por essas questões. O autor também afirma que as coisas escritas em sua obra não são mentiras, pois “que escreuendo o homem do que não he certo, ou contar mais curto do que foi, ou falar a mais largo do que deuemos, mentirá, & este costume he muito afastado de nossa vontade”²²².

Vemos aqui aplicados aqueles mesmos argumentos que o Conde da Ericeira tirou de Cícero e Luciano de Samósata, como mostramos anteriormente. Na sequência, Fernão Lopes fala do cuidado com que analisou “grandes volumes de liuros” e escrituras de diversos cartórios, e muitos trabalhos e certidões. Nessa questão percebemos uma diferença da concepção de história com relação ao que vimos em *História de Portugal Restaurado*, que preza pelos acontecimentos vistos, mais próximo daquela história enaltecida por Tucídides. Aqui, o discurso do historiador é regulado pelos documentos, que fortalecem, inclusive, a ideia de uma história verdadeira.

Interessante ressaltar que ambas as concepções de história, a vista

²²¹ LÓPES, *Chronica DelRey d. loam I de boa memoria, e dos reys de Portvgal o decimo. Primeira parte em qe se contem a defensam do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade DelRey Dom loam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez*, fl. 2.

²²² *Ibid*, fl. 3.

pelos próprios olhos do historiador e a tirada dos documentos, são verdadeiras. O discurso de gênero histórico retoricamente composto deve se adequar à matéria e, portanto, se o autor viu e participou dos acontecimentos, ele irá ressaltar isso; se, ao contrário, ele tirou as informações de documentos, é isso o que ele irá enfatizar como história verdadeira.

Voltando ao texto de Fernão Lopes, ele também afirma que quem espera encontrar “fermosura, & nouidade de palauras, & não acertidão das historias” terá desprazer em ouvir/ler a sua obra. Como vimos, esse também é um lugar-comum do historiador, enfatizado por Luciano de Samósata. A história não deve ser escrita em gênero alto, com muito ornamento. O historiador deve ser simples e, como afirma Fernão Lopes, mostrar a simples verdade ao invés de embelezar falsidades.

Neste capítulo, mostramos como as dedicatórias, cartas ao leitor e os prólogos eram compostos segundo os preceitos retóricos do exórdio, visando captar a benevolência, docilidade e atenção do leitor. Nesse sentido, cada um desses textos deveria ser composto de uma determinada forma, a fim de atingir o seu objetivo de exórdio. No próximo capítulo, veremos mais detalhadamente os preceitos do gênero histórico segundo os tratados publicados no século XVII. Como veremos, os tratados de história procuram definir o que seria o melhor historiador e o melhor estilo para se escrever a história, tal como Cícero, no *De Oratore*, procurou definir o melhor orador, ou Castiglione, em *O Cortesão*, o melhor cortesão. Assim, os autores dos tratados analisados, preocupam-se em definir, por exemplo, qual o melhor assunto para se escrever uma história e qual o melhor gênero, se o alto, o médio ou o baixo. Ou, ao se descrever um rei, como fazê-lo; ou qual o propósito de se escrever uma história e quais as qualidades que um bom historiador deve ter.

Capítulo III: Como se escrevia a história no século XVII?

Neste capítulo veremos como a história foi definida nos tratados do século XVII. O que era a história? Quais eram os seus objetivos e finalidades? Quem era e como deveria ser o historiador? Quais recursos estilísticos os historiadores poderiam usar e quais deveriam evitar? Para responder estas questões elegemos quatro tratados: *De historia, para entenderla y escribirla*, de Luis Cabrera de Córdoba, impresso em 1611²²³; em 1636 saiu o *Dell'arte histórica*, de Agostino Mascardi²²⁴, que teve outras duas edições, em 1662 e 1674; em 1651 foi impresso *Genio de la historia*, de Frei Jerónimo de San José²²⁵; por fim, o *De l'histoire*, de 1670, do Padre Pierre Le Moyne²²⁶. Talvez o tratado de Mascardi tenha tido maior difusão e por isso teve três edições no século XVII, juntamente com o de Le Moyne, que chegou a ser traduzido em espanhol, numa edição de 1676²²⁷, e em inglês, em 1695²²⁸. Os demais tratados não tiveram outras edições no século XVII, mas foram reeditados posteriormente.

Os Cabrera de Cordoba dedicaram-se à carreira das armas; o avô de D. Luis foi capitão e o seu pai, alferes, além de ter servido no palácio de Aranjuez como ajudante do vedor e provedor das obras do Escorial. Luis Cabrera de Cordoba, por sua vez, logo passou a ser criado da Majestade Católica, Filipe II. Ele foi um homem envolvido nos negócios de Estado, o que o fez viajar por diversas regiões da monarquia católica para elaborar informes ao rei, como uma espécie de espião, a fim de evitar potenciais revoltas. *De historia, para entenderla y escribirla* (1611) foi dedicado ao duque de Lerma, valido de Filipe III e, na página de rosto, traz o brasão dessa casa²²⁹.

²²³ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**.

²²⁴ MASCARDI, **Dell'arte istorica**.

²²⁵ SAN JOSÉ, **Genio de la historia**.

²²⁶ LE MOYNE, **De l'histoire**, Paris: Chez Louïs Billaine, en la grand Salle du Palais, au grand Cesar & à la Palme, 1670.

²²⁷ LE MOYNE, Pierre, **Arte de Historia escrito en lengua francesa por el Padre Pedro Moyne, de la Compañia de Iesvs. Y tradvcido en la castellana por el Padre Francisco Garcia, de la Compañia de Iesus, Maestro de Teologia.**, En Madrid: En la Imprenta Imperial, 1676.

²²⁸ LE MOYNE, Pierre, **Of the Art both of Writing & Judging of History with Reflections upon Ancient as well as Modern Historians**, Londres: Printed for R. Sare at Grays-Inn-Gate in Holbourn, and J. Dindmarsh against the Exchange in Cornhill, 1695.

²²⁹ VIDAL, Silvina Paula, **Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-**

Agostino Mascardi foi historiador, poeta, professor de retórica e escreveu tratados sobre história e poética. Seu pai fora um célebre jurisconsulto, o que indica que ele fazia parte de uma família ligada à política. O seu *Dell'arte historica* (1636) foi dedicado ao duque Giovan Francesco Brignole, ao governador da República de Gênova e à ilustríssima Accademia de Signori Umoristi de Roma, da qual ele era o “príncipe” naquele momento. De modo geral, como afirma Eduardo Sinkevisque, o seu tratado é uma amplificação dos preceitos sobre o gênero histórico de, principalmente, Cícero e Luciano de Samósata²³⁰.

Frei Jerónimo de San José (Jerónimo Ezquerro de Rozas) foi da ordem dos Carmelitas Descalços e sua obra *Genio de la historia* (1651) foi dedicada ao Marques de Torres, que arcou com as despesas da impressão. Inicialmente, o tratado havia sido escrito para um parente do autor, mas acabou circulando entre uma importante camada letrada composta pelos membros da ordem e nobres, como próprio Marques de Torres, e, por recomendação de todos, o autor deixou que ela fosse impressa²³¹.

Pierre Le Moyne, jesuíta francês, foi poeta e historiador. Dedicou-se à reflexão desses gêneros. Seu *De l'histoire* (1670), impresso um ano antes de sua morte aos 69 anos, acompanharia, inicialmente, uma história do reino de Louis XIII — projeto que ficou inacabado e cujos originais foram perdidos. Seu tratado sobre a história foi dedicado ao duque de Montausier, que nasceu protestante, mas, devido à sua aproximação com o rei, converteu-se. Foi homem de grande talento militar, tendo conquistado a confiança de Louis XIV durante a Fronda. Foi nomeado governante do Delfim em 1668. Le Moyne baseou-se nas autoridades antigas, principalmente Cícero e Luciano de Samósata, mas também em Agostino Mascardi. Segundo Anne Mantero, a disposição do tratado francês em dissertações, subdivididas em artigos, segue uma lógica tirada do autor italiano²³².

1623), **Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos SA Segreti”**, v. 10, n. 10, p. 325–342, 2010; SÁNCHEZ ALONSO, B., **Historia de la historiografía española, volume II**, [s.l.]: Madrid : Consejo superior de investigaciones científicas, 1944.

²³⁰ SINKEVISQUE, Eduardo, Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o *Dell'Arte Historica* (1636) de Agostino Mascardi, **Topoi**, v. 7, n. 13, p. 331–378, 2006, p. 331.

²³¹ SÁNCHEZ ALONSO, **Historia de la historiografía española, volume II**.

²³² FERREYROLLES, Gérard (Org.), **Traité sur l'histoire (1638-1677): La Mothe Le Vayer, Le Moyne, Saint-Réal, Rapin**, Paris: Honoré Champion éditeur, 2013., p. 255.

Historia magistra vitae

Desde, pelo menos, o *Quattrocento* florentino até meados do século XVIII, a história era entendida, segundo a concepção ciceroniana, como *magistra vitae*²³³, expressão inventada pelo orador romano, numa das passagens da Antiguidade mais citadas sobre a história: “testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado” (*De Oratore*, II, IX, 36)²³⁴. Cícero fez considerações sobre a história em diversos textos, mas este era sempre um assunto secundário de um tema maior. Na Antiguidade, os preceitos do gênero histórico apareciam nos tratados de retórica, de forma breve. A partir da época moderna, a história passou a ter um espaço maior: os tratados de retórica passaram a dedicar capítulos exclusivos a esse gênero. No século XV, Jorge de Trebizonda (conhecido como Trapezúncio) foi um dos primeiros a dedicar um capítulo exclusivo à escrita da história, em seu *Rhetoricorum libri quinque*²³⁵. Para ele, a história é a narração escrupulosa dos feitos, e a primeira obrigação do historiador é guardar a ordem dos acontecimentos e dos tempos. Fala primeiro das intenções, depois do que ocorreu e as suas consequências. Sobre as intenções: “señalará en qué está de acuerdo o en desacuerdo”. Nos acontecimentos, “mostrará no sólo lo que se haya hecho y dicho, sino además de qué modo y por qué”. Explicará as consequências “de manera tal que se descubran todas las causas, ya sean debidas al azar, a la prudencia o a la temeridad”²³⁶. Até meados do século XVI a preceptiva sobre o gênero histórico fazia parte das artes retóricas, dando continuidade à tradição latina, que desde

²³³ PIRES, Francisco Murari, **Modernidades tucididianas: Ktema es Aei**, São Paulo: Edusp, 2007. Ver em especial o capítulo 2, “Leonardo Bruni história e retórica”, onde o autor afirma: “História, desde os inícios do Humanismo, é predominantemente *historia magistra vitae*, de antiga herança latina...”.

²³⁴ Sobre a *historia magistra vitae*, Hansen afirma o seguinte: “Falando muito genericamente, sabemos que, desde os gregos até a segunda metade do século XVIII, o discurso da história foi um repertório de tópicos epidícticos cuja verdade de *magistra vitae* era reescrita interminavelmente como a combinatória de um comentário verossímil”. HANSEN, João Adolfo, Letras coloniais e historiografia literária, **Matraga**, v. 18, p. 13–44, 2006, p. 13.

²³⁵ Sobre Jorge de Trebizonda e sua obra cf.: PINEDA, Victoria, La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos, **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografía**, n. 2, p. 95–219, 2007; JEREZ, Luis Merino, Sobre la historia en los Rhetoricorum Libri V de Jorge de Trebisonda: introducción, edición, traducción, notas e índices, **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografía**, n. 2, p. 27–65, 2007; LÓPEZ GRIGERA, Luisa, **La Retórica en la España del Siglo de Oro**, 2ª. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

²³⁶ JEREZ, Sobre la historia en los Rhetoricorum Libri V de Jorge de Trebisonda, p. 43.

Cícero o concebia como algo próprio ao orador²³⁷. Foi a partir da segunda metade do século XVI que começaram a aparecer os primeiros tratados dedicados exclusivamente à história; no século seguinte eles foram publicados e difundidos numa escala ainda maior. Isso nos mostra a importância crescente desse gênero no decorrer do processo de centralização do poder nas monarquias absolutas.

Podemos entender a crescente importância da história, principalmente no século XVII, a partir do fortalecimento do Estado absolutista, que, ao lutar contra as profecias políticas e religiosas, reprimindo previsões apocalípticas, apropriou-se da manipulação do futuro²³⁸. Com isso, o cálculo político delimitou um novo horizonte para o futuro, que não era mais possível de ser profetizado; aparecia, então, a previsão racional, ou o que Koselleck chamou de prognóstico — que “implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro”²³⁹. Assim, a história, passou a ter uma importância cada vez maior na política e tornou-se disciplina fundamental na formação dos príncipes, governantes e generais, além de fornecer os exemplos de conduta virtuosa a nobres, pois, como *magistra vitae*, ela continha os exemplos daquilo que devia ser imitado ou evitado²⁴⁰. Com isso, ela tinha uma aplicação prática em duas direções: pública e política — referindo-se aos Estados, ao povo, aos reis, aos príncipes —; e outra ética e privada — no que dizia respeito às famílias, à vida de cada homem, às virtudes e aos vícios²⁴¹.

Na obra quatrocentista de Leonardo Bruni, o conhecimento da história era considerado utilíssimo nas questões pública e privadas. Segundo seu raciocínio, se os homens mais idosos são mais sábios porque vivenciaram mais coisas, a sabedoria da história é muito maior se a lermos cuidadosamente, pois ela contém os feitos e as decisões de muitas épocas; com ela, podemos

²³⁷ No *De Oratore*, II, IX, 36, Cícero afirma que só o orador tem condições de escrever a história. No *De legibus*, I, II, a história também é considerada um gênero essencialmente oratório.

²³⁸ Sobre a diferença entre prognóstico e profecia: “O prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta, ao passo que a profecia apocalíptica destrói o tempo, de cujo fim ela se alimenta”. KOSELLECK, Reinhart, **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, 1ª. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC Rio, 2006.

²³⁹ *Ibid.*, p. 36.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 42.

²⁴¹ VIDAL, Silvina Paula, Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-1623), **Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos SA Segreti”**, v. 10, n. 10, p. 325–342, 2010, p. 329.

aprender quais os comportamentos são dignos de imitação e quais não são; os atos dos grandes homens, registrados na história, são modelos para que no presente se possa realizar atos virtuosos²⁴².

No início do século XVII, no tratado de Luis Cabrera de Cordoba, a concepção de *historia magistra vitae* também está presente:

Es noble la historia por su duraciõ, que es la del mundo. Fenecen Reinos, mudanse los Imperios, mueren grãdes, y pequeños, ella permanece: vida de la memoria, maestra de la vida, anũciadora de la antigüedad, preparaciõ importante para los actos politicos...²⁴³

Perante as mudanças do mundo, a perenidade dos reinos e impérios, a história permanece e, por isso, ela é nobre e funciona como uma espécie de guia para as ações dos homens, mas principalmente, como é ressaltado no final do trecho citado, ela é importante para as ações políticas.

Agostino Mascardi, em *Dell'arte historica* também falou sobre a concepção de *historia magistra vitae*, afirmando que Marco Túlio deu o mais nobre título à história ao chama-la “maestra dela vita”, porque — ele argumenta — o historiador não escreve para alimentar a curiosidade do homem ocioso, mas para formar na alma de quem lê o simulacro da virtude, permitindo a imitação dos exemplos²⁴⁴. O historiador italiano diferencia dois tipos de verossímil: o do poeta, que dá uma noção de realidade, mas trata, como definiu Aristóteles na *Poética* do que poderia ter acontecido; e o do historiador, que tem a verdade como objeto do seu discurso, no sentido de tratar do particular, daquilo que aconteceu. Ele pede ao seu leitor que leve sempre em consideração os exemplos da antiguidade fornecidos pela história, pois são eles que trazem a verdade do passado fornecendo os exemplos das virtudes para serem imitados e dos vícios para serem evitados, ao contrário do poeta, cujo discurso é verossímil.

Para Mascardi, a história é *magistra vitae* porque é útil e tem aplicação

²⁴² PIRES, **Modernidades tucididianas: Ktema es Aei**, p. 101.

²⁴³ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Discurso III.

²⁴⁴ “Un titolo de'più nobili che desse Marco Tullio all'istoria, fu il nomarla maestra della vita, perchè in fatti non si scrive per alimentar la curiosità degli uomini scioperati, nè per riempier la memoria degli oziosi, ma per formar nell'animo di chi legge il simulacro delle virtù, imitato dagli esempj di tanti incliti eroi, ch'agli scrittori la materia de'libri somministrarono”. MASCARDI, **Dell'arte istorica**, p. 125.

prática na vida política; por isso, seu objetivo deve ser ensinar o leitor. Ele diz que entre narrar uma guerra ou falar sobre um conselho de estado, o segundo instrui mais do que o primeiro porque tem por objeto “la dottrina del reggimento del mondo”, enquanto que a narrativa da guerra contém apenas a notícia de um fato e algumas informações para soldados²⁴⁵.

Frei Jerónimo de San José, já na segunda metade do século XVII, em *Genio de la historia*, continua a ver o gênero histórico como *magistra vitae*. Para ele, também é importante estudar o passado para poder agir melhor no futuro, pois é de lá que tiramos os melhores exemplos para as ações. A justificativa para isso é a mesma dada por Mascardi: as coisas que acontecem são semelhantes às que já aconteceram. Com isso, o passado é útil porque torna possível se prevenir das coisas que podem e estão para acontecer. Assim escreve San José sobre a história:

Ella es la que hace presente lo pasado, cercano lo distante, notorio lo secreto, perpetuo y casi eterno lo caduco, constante lo voluble, y la que ofrece a la vista muchas veces lo que se vio sola una vez, y aun apenas alguna. Ella renueva lo viejo, acuerda lo olvidado, resucita lo difunto, y con una casi divina virtud restituye a las cosas su antigua forma y ser, dándoles otro modo de vida no ya percedera, sino inmortal y perdurable. Ella, finalmente, como testigo de los tiempos, nuncio de los siglos, luz de la verdad, vida de la memoria, escuela de la virtud, archivo de la posteridad, monumento de la antigüedad, incentivo del valor, estímulo de la gloria, tesoro de la prudencia, oficina de las artes, teatro de las ciencias, madre de los aciertos, y espejo limpio de las acciones y costumbres humanas, es la universal maestra de la vida. En su escuela se aprende la policía del gobierno, la observancia de la religión, la institución de la familia, y la buena dirección de todos los estados. De aquí toma documentos la paz, esfuerzos la milicia, noticias el estudio, ejemplos el valor, y nuevos y mayores alientos la piedad²⁴⁶.

Ao final da citação, o autor destaca o papel político e privado da história porque ela ensina quais foram os acertos que devem ser imitados. A ideia de utilidade da história vem de uma concepção tucididiana, em certa passagem da

²⁴⁵ “la dottrina del reggimento del mondo”, enquanto que a narrativa da guerra contém apenas a notícia de um fato e um informações para soldados. “Io per me dunque mi persuado, che la più proporzionata materia dell'istoria sia quella che meglio insegna a chi legge; e che, si come tralasciar non si ponno i racconti di guerra, così più di proposito spiegar si debbano i consigli di stato, perché in quelli la sola notizia del fatto e qualche avvertimento per un soldato si contiene; in questi la dottrina del reggimento del mondo, e gli arcani del principato s'insegnano”. *Ibid*, p. 63

²⁴⁶ SAN JOSÉ, *Genio de la historia*, Capítulo 1, §4.

sua *História da Guerra do Peloponeso*:

quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará²⁴⁷.

A história é útil porque é *magistra vitae* e isso acontece por causa de sua matéria humano, o que torna os acontecimentos presentes semelhante aos do passado. Tal também é a concepção de história presente em *De l'histoire*, de Pierre Le Moyne. Ele diz que a única maneira de usar o seu conhecimento para servir o público é com a história, “la Directrice des mœurs, & la Maitresse de la vie”²⁴⁸.

A concepção de história para esses autores do século XVII, como vimos, é tirada, principalmente, de Cícero, mas também de Tucídides, que afirma a sua utilidade. Ao longo do tempo, essa máxima foi sendo repetida em diversos tratados e livros de história. Políbio, historiador muito citado nos tratados do XVII, no século II a. C., afirmou que nenhuma educação é mais útil aos homens do que o conhecimento das ações passadas²⁴⁹. Também Luciano de Samósata afirmou que a história é uma aquisição para sempre, deixando para a posteridade a verdade dos acontecimentos e, por isso, a utilidade é o seu fim²⁵⁰. Ensinar, a partir dos exemplos do passado, é o objetivo da história, que, por isso, é útil e *magistra vitae*.

Como vimos, no século XVII a história passou a ser importante não apenas para a edificação moral das pessoas, mas ela era fundamental para os governantes do Estado porque permitia fazer prognósticos. Voltando a Cabrera de Cordoba, é justamente isso o que ele diz logo no primeiro discurso de seu tratado:

Vno De los medios mas importantes para alcançar la prudencia tan necessaria al Principe en el arte del Reynar, es el

²⁴⁷ TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, 1ª. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 28, I, 22.

²⁴⁸ LE MOYNE, *De l'histoire*, p. 42.

²⁴⁹ POLÍBIO, *Histórias*, Madrid/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1972, p. 8 [I, I, 1].

²⁵⁰ SAMÓSATA, Luciano, *Como se deve escrever a história*, Belo Horizonte: Tessitura, 2007, p. 71.

conocimiento de las historias. Dã noticia de las cosas hechas, por quien se ordenan las venideras, y assi para las consultas son vtilissimas. El que mira la historia de los antiguos timpos atentamente, y lo que enseñan guarda; tiene luz para las cosas futuras, pues vna misma manera de mûdo es toda²⁵¹.

Por outro lado, Le Moyne faz da história uma escola frequentada por príncipes, reis, imperadores, ministros e capitães que aprendem com os exemplos das ações passadas, na esperança de reformar e aperfeiçoar o Moderno sobre o Antigo e o presente pelo passado²⁵².

A centralização do poder na Monarquia Absoluta, como apontou Koselleck, levou os governantes a se preocuparem com prognósticos e, dessa forma, a história tornou-se um importante instrumento de governo, pois ela permitia os governantes fazerem previsões com base naquilo que já havia acontecido. Dessa forma, a história não se dirigia ao presente, mas ao futuro — um futuro que era determinado pelo passado.

A verdade da história

Luis Cabrera de Cordoba afirma o seguinte: “Yo digo, es la historia narracion de verdade por hombre sabio, para enseñar a bien viuir”²⁵³. Ao contrário da poesia, a história é narrativa verdadeira e visa ensinar os seus leitores, por isso ela é útil; enquanto que a outra é narrativa que visa o deleite do público. Assim como no *De historia...*, os outros tratados do século XVII também falaram sobre a verdade da história, diferenciando esse gênero da poesia, essencialmente fabulosa, falsa, ou mentirosa, como os autores costumam se referir a ela.

A distinção entre esses dois gêneros foi feita por Aristóteles na *Poética*, capítulo IX [1451b]: “Com efeito, o historiador e o poeta diferem entre si não por descreverem os eventos em versos ou em prosa [...], mas porque um se refere aos eventos que de fato ocorreram, enquanto o outro aos que poderiam ter ocorrido”²⁵⁴. Segundo Cabrera de Córdoba, parafraseando Aristóteles, Heródoto é historiador e o seria mesmo se tivesse escrito em verso, pois não está aí a diferença entre a história e a poesia, mas sim no teor do seu discurso. Segundo

²⁵¹ CABRERA DE CORDOBA, *De historia, para entenderla y escribirla*, Discurso I.

²⁵² LE MOYNE, *De l'histoire*, p. 44.

²⁵³ CABRERA DE CORDOBA, *De historia, para entenderla y escribirla*, Discurso IV.

²⁵⁴ ARISTÓTELES, *Poética*, 1ª. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 97 [1451b].

ele, ambas usam o gênero demonstrativo e deliberativo, por vezes o judicial, condenando os vícios e louvando as virtudes, ambas ensinam, movem o espírito do leitor e o ajudam, mas a história mais. A obrigação do historiador é narrar o acontecimento como ele aconteceu, sem tirar nem pôr nada, sua narrativa deve ser verdadeira e bem ornamentada²⁵⁵.

Se por um lado Cabrera de Cordoba aproxima-se de Aristóteles para diferenciar a história da poesia, por outro ele se afasta do estagirita, quem afirmou ser a poesia superior porque se refere ao universal e, portanto, é mais filosófica e mais nobre do que a história, a qual trata do particular²⁵⁶. Para o tratadista espanhol, a poesia se preocupa do universal, a buscar a “pura idea de las cosas”, enquanto que o historiador, ao atentar-se para o particular mira o universal porque seu objetivo é ensinar universalmente com os exemplos: ensina a dizer e a fazer ao contar sobre a natureza das pessoas. A poesia é a junção e encadeamento de muitas coisas em uma; a história, ao contrário, segue a ordem incerta das coisas, pois este é o seu fim: contar como elas aconteceram. Nesse sentido, afirma Cabrera:

La poesia escriue vna sola accion de vn solo hombre, las demas por accidente; la historia muchas y de muchos, aunque trata alguna vez vna accion sola, como la conjuracion de Catilina, y la guerra de lugurta que historiò Salustio, y otras semejantes historias: su aficio es tratar de muchas y diuersas acciones²⁵⁷.

Por tratar do universal e não do particular, a poesia seria superior à história, segundo Aristóteles. Cabrera usa o mesmo argumento para mostrar que a história é superior à poesia²⁵⁸. A poesia seria, portanto, a imitação da história, já que, como afirma Adma Muhana, “Do ponto de vista da poesia, natureza é a história”²⁵⁹. A poesia narra os “verossímeis possíveis” — como diz Muhana — e

²⁵⁵ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Discurso IV.

²⁵⁶ ARISTÓTELES, **Poética**, p. 97 [1451b].

²⁵⁷ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Discurso IV.

²⁵⁸ Sobre a diferença entre história e poesia à luz de Aristóteles no *De historia...*, cf.: VIDAL, Los teóricos españoles de la historia, p. 329.

²⁵⁹ “Do ponto de vista da poesia, natureza é a história. Ou seja, o poeta imita pessoas, coisas e eventos, como os que se encontram na história. Mas não os mesmos: a história narra sucessos ocorridos, já singularizados em sua ocorrência, enquanto o poeta os narra ‘verossímeis e possíveis’, nunca esgotadas em sua possibilidade de ser; é neste sentido que para López Pinciano época é ‘imitação da história’”. MUHANA, Adma, **A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero**, São Paulo, SP: Editora UNESP, 1997, p. 46.

a história, os sucessos já ocorridos; então, o poeta imita pessoas, coisas e eventos como os que estão nas histórias. Esta é uma das principais diferenças no que concerne à invenção²⁶⁰ do discurso poético e histórico: o historiador deve contar apenas o ocorrido, enquanto o poeta trabalha com as possibilidades dos acontecimentos e, portanto, o primeiro não pode criar a matéria sobre a qual fala, uma vez que ela já foi estabelecida pelos acontecimentos; já o segundo, imitando o discurso da história, pode criar²⁶¹. Como afirma Luis Cabrera de Cordoba, o poeta imita; o historiador, não²⁶².

Para Mascardi, a verdade é o olho da história, que sem ela seria semelhante a um animal selvagem sem a luz dos olhos. Parafraseando Políbio, o historiador italiano afirma que a história perde a sua natureza se perder a verdade. Ele afirma que a história é o espelho da vida humana: “Specchio della vita umana è l'istoria; ma se lo specchio non rende l'immagine del volto somigliante all'opposto esemplare, nè può nomarsi specchio, nè la figura che representa, per immagine si riconosce”²⁶³. Mascardi compara dois pintores, Polignoto e Dionigi. O primeiro fazia retratos mais belos do que a natureza havia fabricado originalmente. O outro, colocava todo engenho em transportar um rosto para sua tela. Concluindo seu raciocínio, afirma que Polignoto representa a poesia, que tem a liberdade de enriquecer com o tesouro da arte a pobreza dos homens, e Dionigi é o historiador: “Dionigi è l'istorico, che religiosamente

²⁶⁰ Invenção, nas artes retóricas, é a faculdade de encontrar os argumentos convenientes.

²⁶¹ “[...] a história depende das ocorrências, e a omissão de eventos acarreta sua falsidade, suprema imperfeição da *tekhné* histórica. Já na poesia há de se saber selecionar da história o que for capaz de prover a obra de inteireza, tornando-a verossímil”. MUHANA, **A epopéia em prosa seiscentista**, p. 194.

²⁶² “Si la historia de Herodoto se reduxesse en verso, sería ni mas ni menos historia, pues no tiene parte de imitación, en que está la diferencia. Homero porque imita, es poeta”. CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Discurso IV.

²⁶³ “Espelho da vida humana é a história; mas se o espelho não mostra a imagem do vulto semelhante ao exemplar oposto, nem pode nomear-se espelho, nem a figura que representa por imagem se reconhece”. MASCARDI, **Dell'arte istorica**, p. 98. Eduardo Sinkevisque afirma que essa ideia de verdade presente no tratado de Mascardi, e em outros do século XVII, é autorizada por Cícero: “A história é, pois, uma seqüência de narrações harmoniosamente entrelaçadas que deve dizer a verdade por meio de um conjunto completo e não confuso, de boa ordem e com boa disposição. Conceitua-se a verdade, no século XVII, como óculos da história, cuja função visual é notória, como a metáfora que a realiza, portanto verdade metaforizada. Nesse sentido, autorizados principalmente por Cícero, letrados e artifícios têm a verdade como referência para formar e ler a história, para fazê-la vista e para vê-la, pelas lentes desses óculos. Nesse sentido, a história deve ser lida segundo os costumes e segundo seu modo prolongado de ser composta, ou seja, segundo o decoro”. SINKEVISQUE, Eduardo, Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o *Dell'Arte Historica* (1636) de Agostino Mascardi, **Topoi**, v. 7, n. 13, p. 331–378, 2006, p. 362.

tramanda alla posterità la semplice sembianza del vero”²⁶⁴.

As metáforas usadas por Mascardi para se referir à verdade — espelho e olho — remetem o leitor a Cícero, que definiu a história como *lux veritatis*, luz da verdade. No orador romano também encontramos uma diferenciação entre história e poesia: para ele, a principal e imutável característica da história é a verdade, e o objetivo da poesia é o deleite²⁶⁵. Já a ideia da história ser um espelho, usada por Mascardi, nos remete a Luciano de Samósata, para quem o pensamento do historiador é semelhante a um espelho impoluto, pois mostra os fatos da maneira como os recebe, sem nenhuma distorção, mudança de cor ou de aspecto²⁶⁶. Segundo Luciano, o historiador assemelha-se mais ao escultor do que ao poeta e ao orador, os quais criam a matéria sobre o que dizer. Fídias e Praxíteles não criaram o ouro, a prata ou o marfim, mas deram forma a esses materiais, ornando-os com a sua arte. Assim também deveria ser o historiador. Antes deles, Tucídides também distinguiu a história da poesia. Ao final do longo exórdio, onde relata os acontecimentos que antecederam a guerra do Peloponeso, o historiador afirma que “os fatos na antiguidade foram muito próximos de como os descrevi”, diferente das versões de pouco crédito cantadas pelos poetas²⁶⁷.

Apesar de não fazer parte dos autores aqui analisados, achamos

²⁶⁴ MASCARDI, **Dell'arte istorica**, pp. 98-99.

²⁶⁵ No *De Oratore*, Cícero coloca nas palavras de Antônio a seguinte afirmação sobre a história: “De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer nada de falso? Em seguida, ousar dizer toda a verdade?” SCATOLIN, Adriano, Cícero, *Do orador*, 2.51–64: a historiografia, **Letras Clássicas**, v. 15, n. 1, p. 91–96, 2015; no *De legibus*, Cícero trata brevemente da história, agora procurando diferenciá-la da poesia. No diálogo entre Ático, Marco (que é o próprio Cícero) e Quinto (seu irmão), o assunto é tratado da seguinte maneira: “**Quinto**: — Entendo-te, irmão. Há regras aplicadas à história; outra à poesia. **Marco**: — Exato. Na primeira, o critério imutável é a verdade; na segunda, o objetivo é o deleite, embora reconheça existir incalculável número de fábulas, tanto em Heródoto, o pai da História, quanto em Teopompo”. CÍCERO, **Tratado das leis**, 1ª. Caxias do Sul: Educus, 2004.

²⁶⁶ Como mostrou Jacyntho Brandão, a metáfora do espelho usada por Luciano remonta a Platão, que, no *Teeteto* (206d), afirma ser função do *lógos* fazer o pensamento evidente na medida em que é falado, como num espelho. Também Aristóteles, na *Retórica* (1406b) fala da *Odisséia* como um espelho da vida humana; Cícero, por sua vez, diz que a comédia é um espelho dos costumes. Brandão, então, afirma o seguinte: “Bastem esses exemplos para ressaltar que a observação de Luciano relativa ao espelho não implica em alguma sorte de realismo, mas tem relações com a mimese. Também o historiador pratica a mimese, mas não como os poetas, uma vez que não lhe compete criar os temas de que trata, mas apresenta-los, no registro de discurso próprio da história, do modo mais claro possível”. O historiador não é capaz de reproduzir exatamente o que aconteceu, assim como a imagem do espelho não é a coisa, mas seu reflexo. SAMÓSATA, **Como se deve escrever a história**, p. 97, nota 90.

²⁶⁷ TUCÍDIDES, **História da Guerra do Peloponeso**, p. 27-28.

interessante trazer a reflexão que sobre a distinção entre poesia e história fez Alonso López Pinciano, na sua *Philosophia Antigua Poética*, impressa no final do século XVI, a fim de mostrar como a concepção aristotélica permaneceu vigente até, pelo menos, o século XVIII. O autor afirma que a poesia há de ser imitação de uma obra, e não a própria obra e, por isso, Lucano e Lucrécio não poderiam ser considerados poetas, já que os seus textos não possuem fábulas, “porque no imitan en sus escritos a la cosa, sino escriben a la cosa como ella fue, o es, o será”. Para López Pinciano, o poeta escreve o que inventa e o historiador fala o útil²⁶⁸.

Jerónimo de San José afirma o poder de cura que tem a história, por causa do deleite que ela provoca na alma, como aconteceu no caso de Alonso de Aragón, que, quando estava doente, pediu que lhe dessem a *História de Alexandre*, de Quinto Curcio. O rei teve muito gosto em ler aquelas páginas e logo se recuperou. “Váyanse en hora buena Hipócrates y Galeno y cuantos médicos hay, y viva Quinto Curcio; pues a su lectura (después de Dios) y no a ellos debo la cura de mi enfermedad” — teria dito Alonso de Aragón²⁶⁹. Para o autor do *Genio de la historia*, é natural o apetite pelo saber e ciência, na mesma proporção em que é penoso ao ser humano conseguir essas coisas²⁷⁰. Por ser agradável, a história ensina fazendo o engenho trabalhar mesmo e é justamente nisso, segundo San José, que está a utilidade da história. Sendo a história um gênero tão importante para a vida humana, é, consequentemente, maior a sua importância com relação às outras artes e faculdades, que tiram da história aquilo que as enriquece e enobrece. San José fala da pintura, escultura e arquitetura, mas é curioso o que escreve sobre a poesia: “La poesía, si finge, es

²⁶⁸ “[...] la prestancia de la poética sobre la historia em eso consiste: que el poeta escribe lo que inventa y el historiador se lo halla guisado. Así que la poética hace la cosa y la cría de nuevo en el mundo y por tanto le dieron el nombre griego, que en castellano, quiere decir “hacedora”; como poeta, “hacedor”, nombre que a Dios solamente dieron los antiguos; mas la historia no de la cosa, sino sólo el lenguaje y disposición de él”. LÓPEZ PINCIANO, Alonso, **Obras completas, I: Philosophía Antigua Poética**, Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 1998, pp. 172-174.

²⁶⁹ SAN JOSÉ, **Genio de la historia**, 1, 2, 5.

²⁷⁰ Logo no início da *Metafísica*, Aristóteles afirma que “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber”. Sinal disso é o amor que sentem pelas sensações. A visão é a sensação mais amada porque ela nos proporciona mais conhecimento do que todas as outras sensações. Ora, como vimos, a história está ligada ao ver: *luz* da verdade, *olho* da verdade, *espelho* impoluto. A própria palavra *história* significa registrar o que se viu. Até mesmo as artes às quais a história é relacionada, a pintura e a escultura, são consideradas artes visuais. ARISTÓTELES, **Metafísica**, 3ª. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 3 [980ª].

sobre algún suceso verdadero, y si no finge, sustancialmente es historia, aunque poetizada”²⁷¹. Assim, no *Genio de la historia*, é a presença da verdade que vai definir se um texto é ou não história.

Pierre Le Moyne define a história como uma narrativa contínua de coisas verdadeiras, grandes e públicas, escrita com eloquência e espírito, para a instrução dos Príncipes e particulares e para o bem da sociedade civil²⁷². Ele lista o ensinamento de três autoridades antigas sobre a história: Cícero, Políbio e Dionísio de Halicarnasso. Ele teria aprendido com Cícero que a Verdade é o fundamento da História; com Políbio, ele aprendeu que a verdade é para a história o que a conduta conforme a lei é para a regra e os olhos aos animais. Com Dionísio de Halicarnasso, ele pretende que a História faça o ofício de Sacerdotisa no templo da Verdade²⁷³. Por tudo isso, ele conclui, a história é diferente do romance. Podemos concluir, então, que no século XVII a condição fundamental para a história era ser narrativa verdadeira. Isso a diferencia de outros gêneros, mas principalmente da poesia, tal como havia definido Aristóteles na *Poética* e, depois dele, Cícero no *De Oratore*. Para a história do século XVII ser verdadeira não bastava simplesmente dizer a verdade: importava também quem a dizia. A representação social do historiador, a sua nobreza e reputação davam crédito à sua narrativa, sendo uma das condições fundamentais para que ela fosse considerada verdadeira e útil.

Como deveria ser o historiador

A crítica dos tratados de história da época moderna feita nos séculos XX e XXI, curiosamente, pouco ou nada fala sobre a representação do historiador desenhada nesses tratados²⁷⁴. Em muitos deles, é na parte em que definem

²⁷¹ SAN JOSÉ, *Genio de la historia*, 1, 3, 1.

²⁷² LE MOYNE, *De l’histoire*, p. 77.

²⁷³ « Ciceron, qui m’a appris que la Verité est le fondement de l’Histoire : qu’à Polybe qui dit, qu’elle luy est ce que la droiture est à la regle, & ce que les yeux sont à l’Animal : qu’à Denys d’Halicarnasse, qui veut que l’Histoire fasse l’office de Prestresse dans le temple de la Verité ». *Ibid.*

²⁷⁴ Listamos aqui alguns dos pesquisadores que trabalharam com os tratados de história dos séculos XVI e XVII, nos quais, em maior ou menor grau, não há reflexões sobre como esses tratados pintaram o historiador. PINEDA, La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos; VIDAL, Los teóricos españoles de la historia; SINKEVISQUE, Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o Dell’Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi; ESTEVE, Cesc, Teorías de la prosa histórica en la temprana modernidad, *Críticón*, n. 120–121, p. 117–136, 2014; GRAFTON, *What was History? The art of history in early modern Europe*; ELBOJ, Gonzalo Fontana, El “Genio de la

como deve ser o historiador que acabam por desenvolver questões importantes sobre a história, pois um não estava separado do outro.

Os tratados de história do século XVII, além de falarem sobre os preceitos da história, suas definições, estilos etc., também pintavam o que deveria ser o historiador perfeito. Le Moyne, tal como fez Cícero no *De Oratore* com relação ao orador perfeito, afirma que a pintura que irá fazer é de um historiador que ainda não existe²⁷⁵. No artigo 2, da dissertação 3 de *De l'Histoire*, o título já diz qual é a principal regra que o historiador deve seguir: “QUE LA VERITÉ/ doit estre la principale re-/ ligion de l'Historien”. Logo no início do texto, o autor lista três regras que o historiador deve seguir, segundo Cícero e todos os outros que vieram depois dele:

- Não dizer nada de falso.
- Não calar ou esconder a verdade.
- Dar a cada coisa sua justa medida, sem aumentar nem diminuir.

Dessas regras, Le Moyne explica as duas últimas, pois a primeira dispensa explicações devido à sua clareza e obviedade. Com relação à segunda regra, o preceptista francês quer que o historiador tenha sempre a vista voltada para o seu fim: instruir e ser útil²⁷⁶ e, por isso, ele deve escolher muito bem sobre o que falar e o que não falar. Por exemplo: à posteridade não interessaria quantas vezes Carlos V bebeu ou deixou de beber em uma refeição; também não seria do interesse da posteridade saber se um imperador muito religioso foi ou não casto. Tais são os exemplos dados por Le Moyne, para afirmar que nem tudo deve ser narrado pelo historiador, pois nem tudo é útil para o futuro. Segundo podemos concluir de sua concepção, a história e o historiador estão a serviço do Estado absolutista e, por isso, não se deve falar sobre tudo. O que

Historia” de fray Jerónimo de San José en el marco de la tratadística histórica del Humanismo, **Alazet: Revista de filología**, n. 14, p. 139–156, 2002; GONZÁLEZ, María Victoria Pineda, Verdad, ficción y estrategias narrativas: nuevas perspectivas historiográficas, **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografía**, n. 3, p. 105–121, 2008.

²⁷⁵ « la peinture que je viens de faire, je ne me suis pas représenté tel que je me sans, mais tel que je me souhaite : que c'est le portrait d'un Historien, qui n'est pas encore venu ». LE MOYNE, **De l'histoire**, p. 40.

²⁷⁶ « Que l'Historien ait toujours la veuë tournée vers sa fin, qui est d'instruire & de profiter ». *Ibid*, pp. 102-103. No século XVII, *profiter* tinha um sentido um pouco diferente do atual. Segundo o *Dictionnaire de la academie française* (1697), *profiter* significava: tirar vantagem da utilidade de alguma coisa; significava, também, ser útil, servir; também tinha o sentido de ter progresso, aumentar. Cf. versão on-line do dicionário, disponível em: <http://artflx.uchicago.edu/cgi-bin/dicos/pubdico1look.pl?strippedhw=profiter&submit=>.

fosse prejudicar a monarquia não deveria ser dito porque iria não apenas contra o rei, mas contra a coisa pública. Numa sociedade onde o Estado é considerado como um organismo vivo, um corpo do qual o rei é a cabeça, a parte pensante e fundamental para governar a sociedade, enfraquecer a monarquia era enfraquecer a sociedade. Quais seriam as consequências se todos soubessem que um imperador, mesmo o mais religioso, não era casto? Quando esse tipo de assunto passou a ser objeto de panfletos e romances, na França do século XVIII, o resultado foi o fim do absolutismo francês com a decapitação de Luís XVI em 1793²⁷⁷. Sobre o terceiro preceito, Le Moyne afirma ser a amplificação virtude do orador e do poeta, mas que aos historiadores é proibida porque permitiria o uso de imaginações férteis por uns e, por outros, o excesso de elogios. Quinto Curcio, Tito Lívio, Salústio e Plutarco são exemplares nessa questão, porque se contentaram com as cores naturais dos homens que pintaram, sem precisarem recorrer a amplificações²⁷⁸.

Os antigos chamavam o historiador de sábio, mas nunca definiram que tipo de sábio ele era. Segundo Luis Cabrera de Cordoba, o historiador é filósofo, porque fala das coisas morais e naturais; matemático, pois trata da magnitude nas descrições; dialético, por provar com argumentos; e orador, porque persuade com ornada e suave oração. Faz parte do objeto do historiador todas as matérias das coisas feitas ou que se fazem e, por isso, ele deve ter o conhecimento sobre tudo o que escreve — o que o torna, segundo Cabrera, um sábio que domina praticamente todos os campos. Para ele, assim deve ser o historiador:

Ha de saber buenas letras, tener lección de las diuinas, ser docto en las antiguedades, pratico en el mundo, y que le aya peregrinado, exercitado en todas materias, principalmente de estado, inteligente en las cosas de la guerra, hombre aulico, versado en los negocios publicos, y gouuernos de Reinos, prouincias y pueblos, inquiridor de los hechos ocultos, lleno de sentècias y dichos graues, instruido en exêplos, erudito,

²⁷⁷ Não queremos dizer que as causas da Revolução Francesa foram esses panfletos e romances que satirizavam a aristocracia francesa, mas sim que tiveram um importante papel para aumentar o sentimento de revolta já presente na população. Sobre isso, cf.: CHARTIER, Roger, **Culture écrite et société: l'ordre des livres (XIVe-XVIIIe siècle)**, Paris: Albin Michel, 1996; CHARTIER, Roger (Org.), **Pratiques de la lecture**, Paris: Payot & Rivages, 2003; DARNTON, Robert, **The forbidden best-sellers of pre-revolutionary France**, 1ª. New York: Norton, 1996; DARNTON, Robert, **Bohème littéraire et révolution: Le monde des livres au XVIIIe siècle**, Paris: Editions Gallimard, 2010.

²⁷⁸ LE MOYNE, **De l'histoire**, pp. 103-104.

eloquēte, graue, entero, seuero, vrbano, diligēte, medido, estudioso, de grã seso, bõdad y justicia, varõ realmente bueno”²⁷⁹.

Chama a atenção o caráter político do historiador descrito em *De historia...* O historiador deve ser exercitado em todas as matérias, principalmente nas de Estado, deve ser entendido na guerra, nos negócios públicos e nos governos de reinos e povoados. Segundo Silvina Paula Vidal, a obra de Cabrera de Cordoba ilustra um duplo processo: por um lado, a *politização da história*; por outro, a *historicização da política*²⁸⁰. A história seria como um conhecimento da teoria política, entendendo política como o acúmulo de experiências que os governantes passados deixaram e ao que se junta a experiência própria e individual do governante atual. Por isso ela deve ser ensinada por exemplos, entendidos como o real concreto e experimentado, e não com conceitos infinitos e abstratos. Um dos meios mais importantes para o príncipe alcançar a prudência na arte de reinar é o conhecimento da história. “La historia es, para Cabrera, ‘madre de la prudencia’, porque al estudiar el pasado, el político logra actuar en el presente y anticipar resultados futuros”²⁸¹. Como já dissemos, o conhecimento da história como algo que possibilita conhecer o futuro ganhou força num momento no qual o cálculo político passou a ter mais importância, fazendo com que as profecias dessem lugar aos prognósticos, que se centram nas experiências calculáveis no campo da probabilidade, como mostrou Koselleck. Para Vidal, os teóricos da história do tempo de Cabrera de Cordoba viam a história como uma ferramenta política indispensável para a legitimação do Estado monárquico, o qual passou a nomear cronistas oficiais, responsáveis não apenas por escrever a história do reino, mas também por fornecer, com a *historia magistra vitae*, os ensinamentos necessários para o governo²⁸². Se no século XVI, como afirma Victoria Pineda, os tratadistas procuravam demonstrar

²⁷⁹ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Discurso V.

²⁸⁰ VIDAL, Los teóricos españoles de la historia, pp. 330-331.

²⁸¹ *Ibid*, p. 335.

²⁸² Segundo Vidal, os teóricos da história do tempo de Cabrera de Cordoba viam a história como uma ferramenta política indispensável para a legitimação do Estado monárquico. “[...] el ejemplo de Cabrera muestra que los teóricos españoles de la historia, lejos de abstraerse de la realidad de su tiempo y centrar su atención en supuestos teóricos de escasa aplicación y predilecciones estilísticas, comprendían cabalmente el carácter instrumental que se le asignaba a la verdad histórica, entendida como una herramienta política indispensable para la conservación y legitimación del Estado monárquico”. *Ibid*, p. 341.

como a história era uma *ars* — com Robortello encabeçando esse campo —, no XVII a tratadística da época dedicou-se a explicar como a história devia ser confeccionada. Ao citarem historiadores antigos — por vezes inserem discursos inteiros deles — os modernos estão estabelecendo um cânone de historiadores capazes de validarem as orientações ideológicas da época²⁸³. Como disse Gonzalo Elboj: “Clío ha entrado en la corte”²⁸⁴.

Diz Cabrera de Cordoba que “Las historia están por cuenta y a cargo de los príncipes”²⁸⁵, pois são eles quem escolhem os historiadores, que devem ser os melhores que existem, já que a reputação do príncipe e da nação dependem deles. Cabrera de Cordoba também afirma que escreve melhor quem não é natural da região da qual vai escrever a história. Para autorizar o seu argumento, o espanhol cita Políbio, que, segundo ele, teria dito que o melhor historiador “no ha de tener patria, ciudad, ni Rey, porque està mais libre de toda passion”.

O que o preceptista espanhol falou sobre o historiador, bem como o que falou Le Moyne, nos remete a Luciano de Samósata, quem afirma:

Portanto, assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela; alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe, nem respeite, nem humilhe; que seja juiz equânime, benevolente com todos a ponto de não dar a um mais que o devido; estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou²⁸⁶.

Vemos os preceitos de Luciano serem imitados pelos escritores do XVII. O historiador, que é um juiz equânime, deve ser amigo da verdade e autônomo, para não beneficiar ou prejudicar injustamente alguém. Por isso é que Le Moyne proíbe o historiador de usar a amplificação, pois ela seria o recurso usado para favorecer alguém injustamente. É por isso, também, que Cabrera de Cordoba afirma que quem melhor escreve sobre uma cidade é um estrangeiro, justamente

²⁸³ PINEDA, La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos, p. 97.

²⁸⁴ Uma característica da história humanística é de uma produção ligada às cortes, ou em função do Estado. Como diz Elboj, “Clío ha entrado en la corte”. Como um exemplo disso podemos olhar para a criação de cargos oficiais destinados aos historiadores e cronistas, como o de “Cronista del reino”, que em Aragão foi instituído em 1547 com Zurita. ELBOJ, El “Genio de la Historia” de fray Jerónimo de San José en el marco de la tratadística histórica del Humanismo, p. 146.

²⁸⁵ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Discurso VI.

²⁸⁶ SAMÓSATA, **Como se deve escrever a história**, p. 71.

porque ele não tem, teoricamente, relações com as pessoas da região. Daí que o historiador deve ser apátrida e sem rei. Aliás, isso pode parecer contraditório vindo de autores que escreveram em prol do Estado absolutista. Mas, se pensarmos a realeza como uma instituição, podemos entender como alguém pode ser “sem rei”: o historiador pode defender a república contra um monarca corrupto, ou seja, quando for necessário, ele deve fazer críticas ao monarca, pensando no bem público.

Vemos algo parecido também em Jerónimo de San José. Para ele, os historiadores, em geral, são aqueles que assumem os cargos oficiais de cronistas, o que, entretanto, não exclui os particulares de exercerem esse ofício, sendo que para isso, tanto os cronistas quanto os particulares, devem possuir todos os requisitos necessários para a função, “y ahora los podemos reducir todos a solos três, que son sabiduria, entereza y autoridad”. Por *sabedoria* entende-se um conhecimento geral de várias artes, ciências, faculdades e coisas, especialmente sobre as quais se vai escrever, e também da prudência e arte de escreve-las. *Entereza* é constância e gravidade “de ánimo desapasionado y libre para escribir sin ira y sin afecto, sin temor ni esperanza: quiero decir, sin algún respeto humano, que se encuentre con la justicia o con la verdad”. A *autoridade*, o historiador deve ter de antemão, pois ele deve ser conhecido e estimado na república, seja pela sua nobreza, posto que ocupa ou pela excelência de seu engenho e sabedoria. “De manera, que para que tenga autoridad debida al que escribe historia, ha de ser por sangre, puesto, letras o virtud, eminente”²⁸⁷.

Os dois primeiros requisitos vimos serem tratados por Cabrera e por Le Moyne, além de estarem presentes também naquilo que Cícero e Luciano disseram sobre o assunto. Já o terceiro requisito é, de alguma forma, uma novidade, uma vez que em nenhum outro tratado analisado os autores mencionam que a autoridade do historiador há de se dar pelo sangue. San José diz que os primeiros historiadores profanos foram todos de estirpe nobre: dentre os hebreus eram os patriarcas os responsáveis por escreverem sobre os acontecimentos; no Egito antigo, essa função era desempenhada apenas pelos mais importantes sacerdotes; em Roma eram os pontífices máximos que

²⁸⁷ SAN JOSÉ, *Genio de la historia*, 1, 4, 4.

escreviam os *Anais*; por fim, na república cristã, como conta San José, os primeiros historiadores foram São Lino e São Clemente. Mesmo nos reinos inimigos, como o de Gengis Khan, comenta, eram eleitos doze homens, da mais alta confiança, que seriam os responsáveis por escrever as crônicas. Na Espanha, o autor chama a atenção para o reino de Aragão, que sempre nomeou o seu cronista-mor — tradição que se manteve e depois foi adotada no tempo do rei Filipe, o Prudente, que nomeou Jerónimo de Zurita²⁸⁸. Talvez seja por conta dessa linhagem de nobres historiadores que San José fale da importância do reconhecimento social que eles deveriam ter. Além disso, a representação que uma pessoa tinha na sociedade de Antigo Regime fazia com que ela fosse considerada confiável ou não. A princípio, uma pessoa da nobreza tinha mais virtudes do que outra que não fosse nobre e, portanto, um historiador da nobreza teria mais prestígio do que um que não fosse. Isso era um dos pontos mais importantes para a sua credibilidade naquela sociedade.

Mascardi afirma ser desejável que o historiador tenha o engenho mais maduro do que agudo, acompanhado de um bom juízo e prudência. Segundo ele, Luciano e Políbio queriam que o historiador fosse bem entendido nas matérias militares e civis, ao que Plutarco, então, dizia que devia ser eleito um historiador de uma grande cidade com grande população e, completa Mascardi, na qual houvesse residência uma grande corte, como um embaixador ou príncipe, porque na corte encontram-se pessoas de grande juízo. Por fim, o italiano conclui reafirmando que ao historiador é necessária a maturidade do juízo, o qual seja capaz de discernir o falso do verdadeiro e também que diferencie a razão do afeto²⁸⁹. Além do que foi dito acima, para Mascardi os melhores historiadores seriam os homens de Estado, como validos, príncipes ou capitães, ao invés de pessoa privada, mesmo que essa tenha bom conhecimento do mundo²⁹⁰. Sendo o historiador um homem de Estado, ele estará mais apto para cumprir com o objetivo da história: ensinar por via do exemplo²⁹¹.

²⁸⁸ *Ibid*, 1, 4, 1-4.

²⁸⁹ “[Ao historiador] È però necessaria, com'io diceva, la maturità del giudicio che non solamente discerna il falso dal vero, ma pogna la giusta differenza tra la ragione e l'affetto”. MASCARDI, **Dell'arte istorica**, p. 172.

²⁹⁰ “[...] se meglio possa sodisfare al debito di buon istorico, un príncipe, un capitano od altro uomo di stato, che una persona privata, benchè guernite di buon giudicio o di sufficiente cognizione delle cose del mondo”. *Ibid*, p. 161.

²⁹¹ “[...] l'insignar per via d'esempi è mestier dell'istoria”. Mascardi afirma isso usando Sêneca

Mascardi argumenta que com os exemplos do passado seria possível fazer prognósticos do futuro. Ele reforça seu argumento trazendo exemplos, em geral de guerras passadas nas quais os comandantes, conhecendo a história, foram capazes de fazer prognósticos e vencer o inimigo. Com isso, Mascardi retoma Cícero, que, segundo ele, chamava de prudente aquele que antevia o futuro a partir da experiência das coisas passadas²⁹². Essa noção das qualidades que deve ter o historiador, e também a história, fazem parte de uma concepção política típica do Estado de Antigo Regime, metaforizada pelo corpo político da República²⁹³.

Vimos quais são os requisitos necessários um historiador possuir para escrever história no século XVII. Mas que tipo de história ele escrevia? Já vimos que ela era considerada *magistra vitae* e diferenciava-se da poesia; falta-nos ver, com mais detalhe, quais as características desse gênero e como ele era representado.

Sobre a história no século XVII

Pintan la donzela gentil con alas, porque aunque es memoria de cosas consecutiuas, dignas de saberse, va por todo el mūdo pura y candida, sin falsedad en el dezir, ni en el sentir, por miedo, amor ni interes. Esto sinifica el estar sobre vn marmor quadrado, asiento del que juzga, lleno de yeruas siempre uiuas, como ella es, y como por ella son las personas y las cosas, mira atras mostrando ser de lo passado, nacida para la posteridad, cō lo que escriue en vn libro que tiene en la sinies[tra,] Saturno le entrega la verdad que saca de vna nube, con titulo hija del tiempo, de que la historia es testimonio: desnuda, porq̃ la simplicidad le es natural, con el Sol en la diestra en alto, que mira por ser luz ella, y amiga de la luz, con vn ramo de palma, porque vence, y el pie sobre el mundo que ha de saber.

(Luis Cabrera de Cordoba)

Luis Cabrera de Cordoba, em seu tratado, dividiu a história em divina — a qual subdivide-se em sagrada, que trata da religião e do que se refere a ela, como a santa escritura, e eclesiástica, que fala sobre os cânones, os concílios,

como autoridade: “*lonqum iter per praecepta, breve et efficax per exempla*”. *Ibid*, p. 175.

²⁹² “Prudenti e providente chiama Marco Tullio coloro, che, per l’esperienza dele cose, antiveggono l’avvenire [...]. Ma tale fu egli medesimo in virtù dell’istoria, poichè seppre anticipatamente predire el fine [...]”. *Ibid*, pp. 185-186.

²⁹³ Sobre esse assunto, cf.: SINKEVISQUE, Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o Dell’Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi, p. 347.

os pontífices e as suas vidas, a vida dos santos e do governo da Igreja — e história humana — que, por sua vez, é subdividida em natural, como as que escreveram Aristóteles e Plínio sobre os animais e plantas, e história moral. Esta pode ser particular, que narra a vida e as virtudes de alguns homens, ou pública, quando narra os feitos de muitos. Assim, conclui Cabrera, “La diuina enseña religion, la humana prudencia, la natural ciencia, y todas deleitan”²⁹⁴. Além dessas divisões, a história subdivide-se em clássica ou universal, que trata de todo o mundo, como fizeram Naclero, Filipe Borgomense, Surio e outros; história especial ou genealógica, que trata da razão de uma linhagem, como fizeram Beda, Angelo, Sigisberto Gemblasense, Estrabão e outros. E, por fim, história Tópica ou Provincial, que trata de um reino, província ou república, ou mesmo de alguma comunidade, como fizeram Josefo, Livio, Polidoro e o Veronense²⁹⁵.

Após falar sobre as divisões e subdivisões da história, Cabrera de Cordoba relembra a sua finalidade: “Al fin estan en la historia todas las cosas q̃ tocan a la buena instruccion de la vida, y administracion buena de la Republica recogidas”. Em seguida, ele conclui com uma reflexão: os homens que conhecem a história, parece que viveram muitos séculos e visitaram todos os continentes, tendo participado de todos os acontecimentos. Esse homem, que conhece a história, será tido como um oráculo. A reflexão parece ter sido tirada de Leonardo Bruni, que nas *Histórias Florentinas* (1416) escreveu:

Se entendermos que os homens mais idosos são mais sábios porque vivenciaram mais coisas, quão maior é a sabedoria que a história pode nos dar se a lermos cuidadosamente! Pois ali os feitos e as decisões de várias épocas podem ser examinadas; de suas páginas podemos aprender com facilidade que comportamentos devemos imitar ou evitar, ao passo que as glórias obtidas por grandes homens, ali registradas, inspiraram-nos a realizar atos virtuosos²⁹⁶.

Tal reflexão, como mostra Francisco Murari, é a releitura do *historia magistra vitae* ciceroniano feito pelos humanistas que, como podemos ver, continuou a ser reproduzida no século XVII. A história é o mais útil ensinamento

²⁹⁴ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Discurso VII.

²⁹⁵ *Ibid*, Discurso VIII.

²⁹⁶ BRUNI, Leonardo. **Histórias Florentinas**, 1416, *Apud*. PIRES, **Modernidades tudidianas: Ktema es Aei**, pp. 108-109.

que os príncipes e os governantes podem ter, por isso ela deve ser repleta de exemplos e não deve dizer falsidades²⁹⁷. Sobre a matéria da história, Cabrera de Cordoba, como já havia dito Luciano de Samósata, afirma que “La materia no la inuenta el historiador [...]”, ela é dada e ele coloca prudência e eloquência nela, “[...] como lapidario que toma la piedra para polirla, y darle conueniente forma cõ el ingenio y arte”²⁹⁸.

Sobre a matéria da história, o autor afirma que ela pode ser simples — que trata de uma só coisa, ação, caso, sucesso etc. — ou vária — quando narra sobre muitos sujeitos e ações. Quem for escrever sobre a guerra entre romanos e cartagineses, afirma *De historia...*, deve saber que ela se enquadra na matéria simples, pois uma só era a causa: uns quererem o império dos outros. É importante falar sobre as causas que levaram à guerra, bem como respeitar a ordem dos acontecimentos. A história de matéria vária contém diversos acontecimentos, de várias coisas, de eventos semelhantes, conta sobre diversos princípios nascidos de diversas nações e encaminhados por diferentes pessoas, como a história que Tito Lívio escreveu sobre os romanos. Por ser larga a matéria, cabe ao historiador eleger o que dizer e o que calar, sempre formando a verdade, que é a alma da história²⁹⁹.

Mascardi, por sua vez, trata dos subgêneros da história, que são: efemérides, também conhecidas como diários, anais, crônicas, comentários e vidas — todos com o mesmo objetivo de eternizar a memória dos acontecimentos passados³⁰⁰. As efemérides podem ser de vários tipos: o conto, o qual tem por objetivo registrar algumas passagens da vida das pessoas em contos; o outro é o calendário, cujo nome vem de *calendas*, no qual as pessoas anotavam dívidas e as quantias que tinham para receber. Segundo ele, essa prática deu origem ao calendário. Os comentários, como aqueles que escreveu César, também são um tipo de efeméride; havia também um outro tipo: as

²⁹⁷ “Cõ mayor perfeccion dezimos enseña la historia que la politica; la medicina muestra lo salutifero para vsar dello, lo venenoso para huirlo: la historia, la naturaleza del bien y del mal por sus efetos muestra.” CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**. Discurso XI.

²⁹⁸ *Ibid*, Discurso XI.

²⁹⁹ *Ibid*, Discurso XIII.

³⁰⁰ “Quindi nacquero l' effemeridi, o vogliam dire i diarii, gli annali, le cronache, i comentari e le vite, che tutte s' indirizzano ad eternar le memorie degli avvenimenti passati, per ammaestramento della posterità.” MASCARDI, **Dell'arte istorica**, p. 37.

efemérides astrológicas, que marcavam as épocas e estações do ano e eram muito úteis para quem trabalhava no campo³⁰¹. Mascardi também mencionou as efemérides privadas, as públicas e as das vilas, sem entrar em detalhes. Porém, para ele, a “infância da história” foram os anais³⁰². Sem ornamentos ou elegância, sem cultura ou eloquência, os anais contavam todas as coisas que aconteceram em um ano.

O autor explica o gênero vida com mais detalhes do que os outros. Ele deve ser deleitoso porque é necessário ser lido com o objetivo de regular a vida das pessoas, que devem ter como modelo, principalmente, as vidas de santos. No gênero vida, o escritor conta a história de uma pessoa, partindo do momento mais antigo, o nascimento, até o mais recente³⁰³.

Jerónimo de San José fala sobre algumas divisões possíveis de se fazer na história. As mais universais seriam dividi-la em significada, escrita e falada. A primeira representada por hieróglifos, pinturas, esculturas, símbolos etc. Neste sentido, segundo San José, “el pintor, o escultor, y cualquier otro semejante artifice es también historiador; porque su pintura, escultura y labor es un cierto modo de narración significada”³⁰⁴. História escrita é aquela narração contida em alguma escritura, a qual se declara por meio de caracteres próprios de uma língua, que se possa conservar e ler. A história falada “será la narración vocal o verbal que en voz, y con palabras actualmente se recita”.

Além dessa, outra divisão é entre história humana e divina. Esta é caracterizada “o por la forma que es la narración, o por la materia que son las cosas y sucesos, o juntamente por la materia y forma”. Já a história humana é a narrativa de coisas e sucessos humanos³⁰⁵ e subdivide-se, por sua vez, em

³⁰¹ *Ibid*, pp. 37-48.

³⁰² “La prima, si può dir infanzia dell'istoria, balbettò negli annali, i quali senza eleganza, senza coltura, con elocuzione piuttosto rozza che simpice, contenevano res omnes singulorum annorum, come Cicerone favella [...]” *Ibid*, p. 48.

³⁰³ É interessante ver o que Eduardo Sinkevisque escreveu sobre esse assunto: “O subgênero ‘vida’, nesse sentido, é aquele que Mascardi mais preenche de explicações. O preceptista define a utilidade desse subgênero em regular os costumes, devendo-se fazer a composição da persona a partir das ações mais longínquas, desde o nascimento, até as mais recentes, do fim da vida. Lembra ao escritor de história que as vidas que interessam são as dos homens de guerra dotados de eminentes virtudes, com as quais se pode despertar no leitor a imagem virtuosa exemplar”. SINKEVISQUE, Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o Dell’Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi.

³⁰⁴ SAN JOSÉ, **Genio de la historia**, 1, 5, 3.

³⁰⁵ *Ibid*, 1, 5, 4.

verdadeira e falsa — o que não se aplica à divina, porque nela não cabem falsidades por causa da sua própria natureza. Como diz San José, “[...] la historia propiamente verdadera es narración verdadera de cosas verdaderas. [...] no basta que la narración sea verdadera, si es de cosas no verdaderas, sino que así la narración como las cosas lo sean”. Pode acontecer de um historiador, por engano ou ignorância, escrever uma história que pense ser verdadeira, mas que na verdade seja falsa³⁰⁶. Também pode acontecer, segundo o autor, de se escrever uma história falsa como se fosse verdadeira, igual ao diálogo de Luciano, chamado por ele de “História verdadeira”, mas que advertiu ser de coisas falsas.

Outra divisão da história é entre a natural e a moral. Aquela trata das coisas da natureza, como a que Aristóteles escreveu dos animais e Plínio das coisas naturais. A história moral, como afirma San José, “comprende las acciones, obras, y sucesos que libremente manan de la voluntad del hombre, en cuyo modo de obrar libre consiste lo que llaman los teólogos moralidad”. Levando-se em consideração a matéria, várias divisões podem ser feitas na história, o autor faz uma breve definição de cada uma delas: moral é aquela que trata dos costumes; tópica, a que descreve os lugares; é cronológica a história em que se averiguam os tempos; genealógica é a história que conta a origem das famílias, as sucessões delas; pragmática, aquela que dá notícias das leis, ritos e cerimônias; política é a história que trata dos governos das cidades e dos reinos; história econômica trata do particular governo de uma família; história eclesiástica conta das coisas da Igreja, e profana das coisas seculares; a eclesiástica subdivide-se em clerical, que contém o que toca aos clérigos e seu governo, e em religiosa, que pertence ao estado religioso, “del cual hay tantas maneras de historias, cuantas son las diferencias de las ordenes”³⁰⁷.

Para Le Moyne, existem três tipos de história: a divina, a natural, a humana. A primeira é aquela inspirada por Deus, como aquelas histórias que tratam de coisas tiradas da Bíblia. A natural trata das obras da natureza, como a que Aristóteles escreveu sobre os animais, ou a de Teofrasto e Plínio. Já a

³⁰⁶ “Pudiendo pues la mente estar mal informada, y hacer concepto errado y falso de algún suceso, la narración que lo declarase de la manera que se concibe, no sería por esta parte falsa, sino verdadera, y así lo sería también la historia sustancialmente; pues lo formal y sustancial de ella, que es la narración, sería en el modo dicho verdadera”. *Ibid*, 1, 5, 5.

³⁰⁷ *Ibid*, 1, 5, 7.

história humana trata das coisas feitas pelos homens. Essa, então, subdivide-se em outras cinco categorias: a verdadeira, tirada da crença comum dos homens; a fabulosa, aquelas imaginadas para a diversão do leitor, como as que aparecem nos poemas e romances; a universal, que abarca todos os tempos e nações; a particular, restrita a apenas uma nação, como a de Tito Lívio, ou a um reino, como a de Quinto Curcio; e a singular, mais restrita ainda porque trata de algumas pessoas escolhidas, que, segundo Le Moyne, merecem viver mais de uma vez, em mais de um século³⁰⁸.

Vemos que no século XVII os tratadistas dividiram o gênero histórico, principalmente, em três subgêneros: história divina, humana e natural. Os dois últimos têm como modelos os antigos, Plínio, Aristóteles, Tácito, Tito Lívio, Tucídides, Cícero etc., enquanto que a história divina tem as suas raízes nos autores cristãos, como Santo Agostinho, Santo Isidoro de Sevilha e nas vidas de santos medievais. Esses gêneros, porém, têm o mesmo objetivo: ensinar os seres humanos a partir de exemplos do passado. Como mostramos acima, desde pelo menos Leonardo Bruni, responsável por ter recuperado a obra de Tucídides no ocidente³⁰⁹, a história, considerada *magistra vitae*, foi a principal forma de educação das virtudes morais e religiosas, ela também foi importante para os generais e para os governantes³¹⁰.

A escrita da história

Feitas essas considerações, os autores preceituam as maneiras de se escrever a história, as palavras a serem usadas, as metáforas, a ordem adotada, como as descrições de pessoas e lugares devem ser feitas etc. O discurso do historiador, assim, é retoricamente regado. Das partes da retórica desenvolvidas nos tratados de história do século XVII — invenção, disposição e elocução —, já

³⁰⁸ LE MOYNE, **De l'histoire**, pp. 68-70.

³⁰⁹ PIRES, **Modernidades tucididianas: Ktema es Aei**.

³¹⁰ Nesse sentido, concordamos com Sinkevisque, que afirma o seguinte: "Moralizada pela doutrina católica contrareformista, como a da Luz Natural da Graça, a história seiscentista é doutrinação, temperadamente, no Dell'Arte Historica pelo engenho e pelo juízo, porque em respeito às prescrições epidíticas ou demonstrativas de variantes encomiásticas, cujas funções didáticas e deletadoras são desempenhadas pelas técnicas demonstrativo-deliberativas de tirar ou extrair do natural (do testemunho) e pôr às vistas (aos olhos do destinatário). Sua finalidade é a de fazer ver para saber fazer, ensinar a fazer, comovendo e movendo o leitor/ouvinte/espectador". SINKEVISQUE, *Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi*, p. 361.

falamos sobre a primeira quando afirmamos que o historiador conta o que aconteceu, enquanto o poeta imita os *topoi* para falar sobre o que poderia ter acontecido. Sobre a disposição — que é a ordenação e distribuição, no discurso, das coisas encontradas na invenção — Muhana afirma que a retórica aristotélica estabelece uma distinção entre a poesia e a história, pois esta deve seguir uma ordem cronológica, enquanto a outra segue a ordem da razão³¹¹. Sobre a elocução, Cabrera de Cordoba afirma que as palavras devem se adequar às coisas e ele adverte o historiador para tomar cuidado, pois a oração é a intérprete do entendimento e instrumento da história, ou como diz em seu tratado:

El historiador cuenta por medio de la oración, enseña de necesidad y deleita con suauidad, con palabras elegantes, con arte colocadas y eligidas, por más conuenientes a las cosas que se han de dezir, para que sea suaue y graue la narración.

As coisas podem ser ínfimas, medianas ou grandes, as palavras devem se adequar às coisas: sendo coisa sublime, usam-se palavras sublimes; sendo coisas medianas, usa-se palavras medianas³¹². Depois de fazer essa consideração, Luis Cabrera de Cordoba dedica-se a ensinar como usar os tropos, as metáforas, antonomásias, epítetos, palavras simples etc. Ele também divide o discurso do gênero histórico em nove: “Exordios, descripciones, digresiones, oraciones, elogios, discursos, juicio, pronósticos, sentencias”. Elas são próprias do cosmógrafo, do orador, do estadista e do filósofo e é obrigação do historiador saber de todas elas como se fazer e se usam³¹³.

Cabrera de Córdoba, em certa passagem, conta a história de um rei espanhol, D. Enrique II, quem teria matado seu irmão Pedro e mandado escrever uma história que justificasse seu ato, pintando seu irmão como alguém cruel. O bispo de laén, porém, algum tempo depois, escreveu uma outra história de Pedro, sem paixão e, por isso, mais verdadeira, a qual foi lida por Filipe II, que tirou o título de Cruel de Pedro e colocou o de Justiceiro.

³¹¹ “[...] com sua ênfase na verossimilhança das ações, o ser a fábula uma e extensa é, assim, a primeira distinção relativa à *dispositivo*, que a poética aristotélica estabelece entre a ação na história e a ação na poesia: a ação na história obedece a uma ordem cronológica desprovida de conexão causal, enquanto a ordem poética, sendo a da razão, implica conjunção entre uma ação principal e outras episódicas, que aparecem ora como partes, ora como dependências, ora como ornatos seus”. MUHANA, **A epopéia em prosa seiscentista**, pp.193-194.

³¹² CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Livro II, Discurso XIX.

³¹³ *Ibid*, Livro II, Discurso VI.

“Por esto deuen los príncipes no tener mal satisfechos a los historiadores, porque su pluma entierra viuos y desentierra muertos y la escritura, bueno o mal sugeto que se le fie, queda en testimonio dél y de la inteligencia y voluntad del que ha escrito: y assí tenga en el escriuir gran consideración y mire quando juzga está en el juizio de Dios [...]”³¹⁴

Com isso, o preceptista quer que os vitupérios e elogios feitos nas histórias sejam isentos de paixão, como preceituam Cícero e Luciano de Samósata, este, inclusive, afirmou que o historiador não deveria ter pátria nem rei, pois se tiver sempre acaba favorecendo os seus e desfavorecendo os inimigos, tal como D. Enrique II fez com relação ao seu irmão Pedro. Cabrera de Córdoba ainda usa Políbio e Tácito como exemplos de historiadores incapazes de ficarem isentos ao vituperarem outros reis e povos e acabam adotando um estilo muito mais adequado aos oradores do que aos historiadores.

Sobre o exórdio, já mencionamos em outro capítulo. Das descrições, Cabrera de Córdoba fala de cada um dos tipos que podem existir no gênero histórico: de pessoas, chama-se prosopografia e o modelo é Salústio; a descrição das coisas chama-se hypotoposis, e fazem parte dela os acontecimentos como a destruição de Cartago, o choro das mulheres, etc; a dos tempos é a cronografia, onde descreve-se uma primavera ou uma noite; a dos lugares, chama-se topografia, quando se descreve uma cidade, por exemplo; uma descrição fingida, chama-se topothesis e não há maiores explicações para ela. As descrições também podem ser simples ou compostas: as simples são como as descrições de uma guerra em terra ou naval; já as compostas juntam os tempos aos feitos³¹⁵.

Nos tratados de história dos séculos XVI e XVII, como chamou a atenção Pineda³¹⁶, o uso dos discursos de outros, como o de Péricles que Tucídides colocou na sua *História da Guerra do Peloponeso*, era uma questão controversa. O historiador ateniense afirmou que os discursos foram reproduzidos com as

³¹⁴ *Ibid*, Livro II, Discurso V.

³¹⁵ *Ibid*, Livro II, Discurso VIII. A passagem que fala sobre as descrições simples ou compostas assemelha-se muito ao que está nos *Progymnasmata* de Aftônio, que diz assim: “As descrições são simples ou compostas. Simples como aquelas que narram uma batalha na terra ou no mar. Compostas, como aquela que juntam uma ação e um tempo, tal como a descrição de Tucídides da batalha da noite em Sicília” [tradução nossa]. PATILLON, Michel (Org.), **Corpus rhetoricvm**, Paris: Les Belles Lettres, 2008, p.148.

³¹⁶ PINEDA, La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos.

palavras que, no seu entendimento, os oradores deveriam ter usado, considerando-se os assuntos e os sentimentos mais pertinentes à ocasião em que foram pronunciados³¹⁷. Para Cabrera de Córdoba, os discursos podem ser usados quando falam pessoas grandes ou que tenham importância para a história, como são os discursos de reis, embaixadores, capitães, ministros etc. Para ele, os discursos não podem ser longos como os de Tucídides, mas breves, pois assim se conservam melhor na memória. Esses discursos podem ser feitos de forma direta ou oblíqua — como ele diz —, sendo esta última forma a preferível, uma vez que a forma direta exige do historiador saber exatamente o que foi dito e com quais palavras, para quais pessoas e em qual lugar³¹⁸.

Para Jerónimo de San José, dentre os três estilos — que chama de supremo, médio e ínfimo —, o mais apropriado à história é o médio porque: “Conviene, pues, a la historia, dejando sendas que tuercen a uno y otro lado, por muy altas o muy bajas, andar llano, derecho y seguro por el camino medio, procurando no perderle jamas”³¹⁹. O historiador fica entre o poeta e o orador: a história é um rio que passa calmamente, ao contrário do estrondoso e caudaloso rio da poesia e oratória. Para San José, o estilo do historiador é de uma mediocridade de ouro, que precisa sempre ajustar o seu dizer à matéria:

Finalmente en las cláusulas, cadencias, figuras, ornato, y números y en todo al genio y curso de su estilo, ha de ser el historiador, aunque tan aseado y corriente, pero no tan alto, brioso y florido como el orador y poeta. Su mediocridad (aun aquí de oro) debe siempre observar, ajustando su decir a la materia con tal moderación y temple, que en su inteligencia no sea necesario humillarse, ni sudar los ingenios.

No entanto, na Espanha do século XVII, segundo o preceptista, a eloquência superou a dos gregos e latinos antigos³²⁰, o que causa certa dificuldade para o

³¹⁷ “Quanto aos discursos pronunciados por diversas personalidades quando estavam prestes a desencadear a guerra ou quando já estavam engajados nela, foi difícil recordar com precisão rigorosa os que eu mesmo ouvi ou os que me foram transmitidos por várias fontes. Tais discursos, portanto, são reproduzidos com as palavras que, no meu entendimento, os diferentes oradores deveriam ter usado, considerando os respectivos assuntos e os sentimentos mais pertinentes à ocasião em que foram pronunciados, embora ao mesmo tempo eu tenha aderido tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito”. TUCÍDIDES, **História da Guerra do Peloponeso**, p. 28.

³¹⁸ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Livro II, Discurso X.

³¹⁹ SAN JOSÉ, **Genio de la historia**, 2, 2, 3.

³²⁰ “[...] nuestra España tenida un tiempo por grosera y bárbara en el lenguaje, viene hoy a exceder a toda la más florida cultura de los griegos y latinos”. *Ibid*, 2, 2, 5.

historiador manter seu estilo mais simples. Com um estilo mais alto, o historiador acaba tirando dos fatos narrados a atenção do leitor, que passaria a atentar mais para as figuras, metáforas e palavras que foram usadas. O leitor deve terminar de ler e ter sido informado do sucesso referido, “[...] casi sin haber hecho reflexión del modo y estilo con que el historiador lo refirió: tan sencillo y corriente ha de ser”³²¹. Também para prender a atenção do leitor, a história deve ser breve, pois, como diz o autor, o cavalo, quando corre muito, não aguenta o percurso e o cavaleiro também vai cansado; a bala, quando sai da pistola, faz um percurso rápido e forte, mas cai sem força se ele for longo. O mesmo acontece com o discurso, afirma, pois o engenho de quem escreve já não é o mesmo que era no começo e a atenção do leitor também não. San José, então, mostra que há dois tipos de brevidade: a material, que possui poucos períodos independentemente da matéria tratada; e a brevidade formal, que não leva em conta a quantidade, mas sim a substância do discurso, ou seja, ela se ajusta à matéria³²².

Já Agostino Mascardi chama a atenção para o decoro na história. Para ele, a história deve mover o espírito do leitor com a verdade e, por isso, o decoro é importante. A amplificação, então, vem para tornar isso possível no discurso da história, porque é com ela que o historiador consegue representar o fato de modo a afetar o leitor³²³. Para o preceptista italiano, a brevidade deve ser usada com engenho e juízo, faculdades que regulam a composição do discurso, de modo a se ajustar à matéria³²⁴.

Le Moyne, por sua vez, compara o historiador ao arquiteto: ambos precisam conhecer o material que utilizam e também a disposição que eles devem ter; caso contrário, a construção vai parecer algo monstruoso. Para o historiador, a disposição divide-se em apenas duas partes: o prefácio, onde irá preparar o espírito do leitor para o que vem a seguir, deixando-o disposto e favorável; e a narrativa. Esta, segundo o preceptista francês, pode ser feita de duas maneiras, segundo Aristóteles e Horácio: seguindo a ordem natural ou a artificial. No gênero histórico, a primeira é a mais adequada e ela pode ser

³²¹ *Ibid*, 1, 7, 5.

³²² *Ibid*, 2, 8, 1-6.

³²³ SINKEVISQUE, Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o Dell’Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi, p. 354.

³²⁴ MASCARDI, **Dell’arte istorica**, pp. 448-454.

construída de duas maneiras: pelo encadeamento das coisas entre elas, ou da relação das coisas com o tempo³²⁵.

Sobre a elocução, ou ornamento, da história, Le Moyne afirma que ela é como uma roupa usada numa cerimônia de festa, mas uma cerimônia séria, grave e modesta³²⁶. O ornamento da História se faz usando principalmente três coisas: a elegância dos termos; a sua justa disposição e usando certas sentenças luminosas e figuras que brilham nos olhos do leitor. Sabendo que a elocução é como a roupa, e a representação é como as coisas pensadas; sabendo, também, que deve haver proporção e conveniência entre a roupa e o corpo; e sabendo que só deve entrar na história as coisas grandes, as ações mais altas e as empresas mais distintas; tudo isso, então, diz que estas ações e empresas devem ser vestidas de acordo com a sua proporção e conveniência e, assim, a elocução dessas coisas deve ser grandiosa e elevada. Além disso, a elocução do gênero histórico deve ter três qualidades: pureza, clareza e brevidade. O discurso é puro quando não possui estrangeirismos nem barbarismos, nem palavras de outros tempos ou que fossem usadas de outras maneiras. O discurso tem clareza quando os termos são inteligíveis e ordenados sem nenhum embaraço, de modo a não impedir a inteligência do leitor de se juntar com a do escritor. A história é breve quando seu discurso não é uma coisa extensa nem muito delimitada, mas de um tamanho que a história possa se desenvolver sem ser muito alongada ou curta. Para Le Moyne, a brevidade não tem a ver com o tamanho da obra, mas com a sua qualidade³²⁷.

Esses preceitos mostram como no século XVII o gênero histórico era retoricamente regrado; a retórica era um sistema de pensamento que permitia as pessoas organizarem as informações conseguidas pela experiência e reorganizá-las junto com os conhecimentos já existentes, de maneira a inventar um discurso³²⁸. Enquanto *magistra vitae*, a história precisava obedecer esses

³²⁵ LE MOYNE, **De l'histoire**, pp. 279-281.

³²⁶ « L'Histoire demande l'ornement: mais ce n'est pas un ornement de Bal ny de Theatre qu'elle demande: c'est un ornement de ceremonie & de feste; mais de ceremonie serieuse, de feste grave & modeste... » *Ibid*, pp. 291-1292.

³²⁷ *Ibid*, pp. 305-318.

³²⁸ Sobre esta questão, Fernando Bouza afirma que “la cultura de esta época sacó todo el partido posible de la retórica y de la emblemática; en principio, deudora una de lo oral y de lo incónico-visual la otra”. BOUZA, Fernando, **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita**

preceitos, tirados principalmente de Aristóteles e Cícero, para conseguir atingir o seu objetivo de ser útil porque ensina com exemplos tirados do passado, a mostrar quais são as virtudes e quais os vícios a serem censurados.

Anthony Grafton mostra como para pesquisadores de meados do século XX, encontrar o lugar-comum *historia magistra vitae* repetido inúmeras vezes em diversos tratados e textos de história, espalhados pela Europa, durante os séculos XVI e XVII, causou surpresa e estranhamento³²⁹. Da Inglaterra à Itália, os tratados de história eram semelhantes. Segundo ele, isso acontecia porque ao longo desses séculos os letrados continuavam vendo a história como uma forma de retórica e fonte de exemplos de moral e prudência, colocados em prática na forma de discursos e batalhas — por isso eles floresceram nessa época. E, segundo Grafton, isso aconteceu em todas as regiões da Europa, fossem elas luteranas ou jesuítas³³⁰.

A importância que o gênero histórico atingiu fez com que diversos tratados sobre esse gênero específico fossem publicados, como os que analisamos. A história passou a ser um importante instrumento para o Estado absolutista — que, ao combater as profecias, “conquistou o monopólio da manipulação do futuro”³³¹ —, como a principal fonte para se produzir prognósticos, naquele movimento descrito por Koselleck de inscrever o passado no futuro³³², o que fazia dos ensinamentos da história e, principalmente, dos

europaea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII), 1ª. Madrid: Editorial Síntesis, 1997, p. 27. Vidal também tratou do assunto: “En los siglos XVI y XVII, la retórica - lejos de limitarse a cuestiones de estilo y elocución - era considerada un sistema de pensamiento que permitía organizar los datos extraídos de la experiencia y reciclar los conocimientos heredados”. VIDAL, Los teóricos españoles de la historia, p. 326.

³²⁹ “George Nadel, finally, in a great article published in the same year as Carr’s lectures, called attention to a central and supremely puzzling fact. The authors of these works [ars historicae] were gripped by a strange repetition compulsion - one that crossed political and confessional lines and lasted, apparently, for centuries. Bodin, Vossius, and Bolingbroke, the three representatives he chose to examine, repeated the same commonplaces about *historia magistra vitae* century after century, like children of very different generations, trying on the same grand Ciceronian garments, as they played in an attic that became dustier with time. What does this strange continuity tell us about the genre it characterized?” GRAFTON, **What was History? The art of history in early modern Europe**, pp.30-31.

³³⁰ “Its precepts found prominent and dramatic illustration not only in English lecture-halls, but also in Gomarist Leiden, Remonstrant Amsterdam, Lutheran Heidelberg, and the Jesuit citadel, the Collegio Romano, where Agostino Mascardi lectured with equal relish on spurious Chaldean texts cooked up long before by Anniius of Viterbo and on genuine Chinese histories newly imported by his fellows Jesuits”. *Ibid*, pp. 197-198.

³³¹ KOSELLECK, **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, p. 29.

³³² “O prognóstico implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro. Por essa qualidade futura continuamente garantida ao passado é possível tanto assegurar quanto limitar o espaço de manobra do Estado”. *Ibid*, p. 36.

exemplos de grandes homens, algo fundamental para a política.

Capítulo IV: A história nos preâmbulos: análise dos livros de história portugueses do período da Restauração

No capítulo anterior analisamos quatro influentes tratados de história publicados no século XVII, sendo dois deles espanhóis, *De historia, para entenderla y escribirla* e *genio de la historia*, um italiano, *Dell'arte historica*, e um francês, *De l'histoire*. Grafton, em *What was history?* mostra que também foram produzidos tratados na Inglaterra, na Alemanha luterana e em Amsterdã. Apesar dessa larga difusão, em Portugal, objeto da nossa pesquisa, não encontramos nenhum tratado de história impresso entre os séculos XVI e XVII e, no entanto, vemos uma elevada discussão sobre história nos preâmbulos dos livros desse gênero. Nosso objetivo, aqui, é analisar algumas licenças, dedicatórias e prólogos que trataram desse assunto no período da Restauração. Veremos como alguns preâmbulos têm uma ação política bastante marcada a favor de D. João IV; outros, procuram mostrar como as obras às quais precedem são verdadeiras; outros, ainda, são breves tratados da arte histórica.

Crônica Del Rei D. João I

Nos séculos XVI e XVII, a tipografia, de modo geral, passou a ser usada em benefício do poder, de forma ampla, massiva e impositiva. O Estado tornara-se um grande mecenas das letras, ou, como diz Fernandou Bouza, o príncipe convertera-se “en un nuevo Augusto a la espera de cuantos virgilio quieran, y merezcan”, estabelecendo com os escritores uma relação de troca, onde um lado fornecia a proteção régia e a possibilidade de se publicar uma obra com certa fama, e o outro lado fornecia uma espécie de propaganda³³³. Já em meados do século XVI, segundo Ana Paula T. Megiani, Filipe II teria desenvolvido os mecanismos de difusão da imagem e da propaganda real proporcionados pelo material impresso³³⁴. Dentro dessa lógica, a história ganha destaque por conta

³³³ BOUZA, Fernando, **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**, 1ª. Madrid: Editorial Síntesis, 1997, p. 96.

³³⁴ “Nesse sentido, a autoria e publicação de um libreto, ou uma relação de jornada, ou um romance, enfim, qualquer texto ligado à visita do rei que atingisse admiração régia podia levar seu autor a compartilhar das graças e mercês concedidas e ardorosamente disputadas em tempos de corte ausente” [...] “Adotada desde o início, a prática de governar e de se fazer presente por meio de objetos impressos, das mais diversas formas e características, fez de Filipe

de sua importância para a política como uma maneira de legitimar os Estados. No tempo da Restauração (1640-1680), muitos livros de história foram impressos em Portugal, como *História de Portugal Restaurado*³³⁵ (1679), de D. Luis de Menezes, 3º Conde da Ericeira, *Ásia portuguesa*³³⁶ (1666), de Manuel de Faria e Sousa, *Epanaphoras de varia historia portvgveza*³³⁷ (1660), de D. Francisco Manuel de Melo, a *Qvinta parte da Monarchuia Lvstana*³³⁸ (1650), de Fr. Francisco Brandão, cronista-mor do reino, entre outras obras, que procuraram ressaltar a independência do reino de Portugal enaltecendo a dinastia dos Bragança e, em específico, o rei restaurador D. João IV, cuja imagem foi construída para, durante a cerimônia de aclamação, aproximá-lo de D. João I³³⁹. Sobre isso, é interessante notar que a *Chronica DelRey D. Ioam I*³⁴⁰, de Fernão López, só foi impressa pela primeira vez em 1644, como parte de uma política de afirmação da Restauração contra a monarquia castelhana³⁴¹. Nas palavras de Antonio Alvarez, impressor da obra e autor da dedicatória ao rei D. João IV, sua tarefa visava:

avivar de novo a lembrança com que se conservaram sempre vivas estas memorias e se vencer com a publicação d'ellas o impedimento que com a invasão n'estes reinos d'El-rei Catholico

Il um rei ausente bastante representado em papel". MEGIANI, Ana Paula Torres, **O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal, 1581 e 1619**, São Paulo: Alameda, 2004, pp. 196-197.

³³⁵ ERICEIRA, **História de Portugal Restaurado offerecida ao serenissimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.**

³³⁶ SOUSA, **Ásia portuguesa.**

³³⁷ MELO, D. Francisco Manuel de, **Epanáfora de vária história portuguesa**, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

³³⁸ BRANDÃO, Frei Francisco, **Qvinta parte da Monarchia Lvstana. Que contem a historia dos primeiros 23. annos DelRey D. Dinis.**, Em Lisboa: Na Officina de Paulo Craesbeeck, 1650.

³³⁹ Na descrição de como estava vestido D. João IV na cerimônia de aclamação, chamou-me a atenção o seguinte: "Na mão, suportava o ceoptro de ouro que ficara em despojo ao seu sétimo avô, D. João I, na Batalha de Aljubarrota". Isso mostra como desde o início D. João IV preocupou-se em se aproximar da imagem de D. João I. COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da, **D. João IV**, Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2015, p. 7.

³⁴⁰ LÓPEZ, **Chronica DelRey d. Ioam I de boa memoria, e dos reys de Portvgal o decimo. Primeira parte em que se contem a defensam do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade DelRey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez.**

³⁴¹ Maria do Amparo Tavares Maleval afirma que a obra de Fernão Lopes só foi impressa em 1644, no período da Restauração porque ela continha forte teor político, o que dificultou sua ida ao prelo. Cf.: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares, **Fernão Lopes e a retórica medieval**, 1ª. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 76.

D. Filippe de Castella occasionou pera se ocultarem em cuidadoso silencio as victorias e gloriosas imprezas porque o Serenissimo Rei D. João, o primeiro, mereceu ser aclamado e eleitor por Rei sendo novo Restaurador, e em certo modo Fundador do Reino [...], me deliberei, movido do zêlo da patria e do erviço de Vossa Magestade a dar á impressão esta Chronica do Serenissimo Rei D. João, o primeiro, de quem Vossa Magestade gloriosamente descende, não só por ser pae do Senhor D. Affonso, primeiro duque da sereníssima casa de Bragança, que casou com a excellentissima Senhora Dona Beatriz filha única do grande Condestable D. Nuno Alvares Pereira, progenitores de Vossa Magestade, mas ainda pela descendência de El-rei D. Duarte, de quem Vossa Magestade traz a sucessão direta da Casa Real e herança d'estes reinos e mais conquistas, estados e senhorios³⁴².

Ao referir-se a D. João I como “Restaurador”, Antonio Alvarez estabelece uma relação entre ele e D. João IV, rei aclamado em 1640 como Restaurador da monarquia, que esteve sob domínio Habsburgo desde 1580. Fazendo essa aproximação, o impressor procura mostrar como D. João IV é o verdadeiro sucessor do trono, que foi usurpado³⁴³ por Filipe II, que invadiu o reino e procurou fazer com que os portugueses o vissem como rei natural³⁴⁴. O uso político da impressão de livros, então, fica explicitado na dedicatória de Alvarez ao rei. Seu objetivo não era tanto publicar a crônica de Fernão López³⁴⁵, mas legitimar o poder de D. João IV aproximando-o de D. João I.

O interesse político da publicação dessa obra relaciona-se também com o papel de *magistra vitae* da história, que, como vimos, é condição definidora desse gênero. Chama a atenção a Licença que D. Fr. Adrião Pedro escreve, autorizando a circulação da *Chronica DelRey D. Ioam I*, pois além de garantir que não há coisas contra a “nossa Santa Fé, ou os bons costumes”, ainda

³⁴² LÓPES, Fernão, **Chronica de El-rei D. João I, vol. I**, Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1897, pp. 12-13.

³⁴³ A expressão foi usada por João Pinto Ribeiro em: RIBEIRO, João Pinto, **Usurpação, retenção, restauração, de Portugal**, Em Lisboa: na Officina de Lourenço de Anveres vendese em casa de Lourenço de Queirós, livreiro do Estado de Bragança, 1642.

³⁴⁴ Sobre a propaganda dos Habsburgo em Portugal, cf.: BOUZA, Fernando, *Retórica da Imagem Real: Portugal e a memória figurada de Filipe II.*, **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 4, p. 19–58, 1990; BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, **Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580 - 1668)**, Lisboa: Ed. Cosmos, 2000.

³⁴⁵ Fernão López é considerado o primeiro cronista-mor português, tendo sido nomeado por D. Duarte em 19/03/1434. A confirmação foi feita por D. Affonso V, em 1449. Além de cronista, ele também foi gurada-mor da Torre do Tombo e o iniciador das crônicas dos reis de Portugal, cujo primeiro livro é justamente a *Chronica DelRey D. João I*. Cf.: SILVA, Innocencio Francisco da, **Diccionario Bibliographico Portuguez (Tomo 02: Letras C-Fr)**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, pp. 282-283.

ressalta a utilidade da obra, aplicando, justamente, a tópica da *historia magistra vitae*: “antes será mui proveitosa para animar os portugueses d’este nosso tempo, a que com maior fervor defendam o seu Reino, imitando tão gloriosos antepassados”³⁴⁶. Na mesma linha vai a Licença de Fr. Ignacio Galvão, o qual também afirma a obra não atentar contra a Santa Fé ou os bons costumes e, sim, ser útil, pois

[...] antes com esta historia se mostra com singelo e não affectado estylo o zêlo da honra de Deus, e amor da pátria, que nos Portuguezes d’aquelle tempo, ardia, para louvor dos quaes tão merecido por seus excelentes feitos, quando não tivéramos d’este livro outros proveitos, era bem que se imprimisse, quanto mais que os exemplos que nos deram são poderosos para eficazmente nos obrigar aos imitar. E assim me parece esta Chronica digníssima de sair a Luz³⁴⁷.

Nas versões manuscritas da obra de Fernão López que pudemos consultar, nenhuma apresentava qualquer tipo de preâmbulo³⁴⁸. Isso nos indica que a obra impressa tinha um objetivo diferente das versões manuscritas e os seus preâmbulos também reforçam essa ideia ao determinarem sua recepção inserindo-a nas políticas de afirmação da Restauração. Muito mais do que a história de D. João I, Antonio Alvarez queria dar ao público uma obra que pudesse fortalecer as ações de afirmação da Restauração e da autoridade de D. João IV³⁴⁹. Nesse sentido também vão as licenças, ao apontarem os acontecimentos narrados na *Chronica DelRey D. Ioam I* como exemplo para ações do tempo no qual ela foi impressa — e isso não é por acaso, ou uma simples aplicação da tópica *historia magistra vitae*. D. João I foi o primeiro rei da dinastia de Avis, vencedor da Batalha de Aljubarrota, ao lado do condestável D. Nuno Álvares Pereira — cuja filha Beatriz casou com o filho bastardo de D. João I, Afonso, e o filho do casal foi o primeiro duque de Bragança³⁵⁰ —, que, segundo

³⁴⁶ LÓPES, *Chronica de El-rei D. João I*, vol. I, p. 9.

³⁴⁷ *Ibid*, p. 10 [grifos nosso].

³⁴⁸ Manuscrito do século XVII: LÓPES, Fernão, *Chronica d’el-rei D. João I*. Primeira parte, **BNP**, PBA. 74; manuscrito do século XVI: LÓPES, Fernão, *Coronica DelR dom fernando deste nome o primeiro: e dos Reis de portugal o noueno*, **BNP**, COD. 12981.

³⁴⁹ Com o manuscrito, de menor circulação, não seria possível atingir esse objetivo. A impressão de obras desse tipo, nesse momento da história de Portugal, tinham, em sua maioria, esse caráter político de reafirmar a autoridade de D. João IV, que soube muito bem usar a imprensa em seu favor.

³⁵⁰ Aliás, a relação de D. João I e D. Nuno Álvares Pereira, tal como foi contada no século XVII, como o fez Antonio Alvarez na dedicatória a D. João IV, ameniza, ou ignora a inimizade que

interpretação de Antonio Alvarez, garantiu a independência de Portugal no século XIV ao vencerem os castelhanos, tal como a Restauração voltava a garantir. Estabelece-se, desse modo, uma relação entre D. João I e Aljubarrota com D. João IV e a Restauração, visando reforçar a imagem e a legitimidade deste como sucessor natural do trono português, frente ao Habsburgo Filipe IV, agora considerado invasor e usurpador.

Injustas sucesoens dos reys de Leão, e de Castella e izenção de Portugal

Em 1642 foram impressas as *Injustas sucesoens dos reys de Leão, e de Castella e izenção de Portuga*³⁵¹, de João Pinto Ribeiro, um importante jurista e dos poucos não-fidalgos que participaram das articulações para o levante contra Filipe IV no 1º de dezembro de 1640³⁵². Uma das licenças foi dada por Fr. Francisco Brandão, que depois foi cronista-mor do reino e autor das quinta e sexta partes da *Monarquia Lusitana*. Brandão autoriza a impressão do livro de Ribeiro nos seguintes termos:

As injustas sucesoens de Castella publica o autor deste tratado com grande fundamento, & com igoal certeza justifica a restituição da Magestade delRey nosso Senhor, que como hũ dos principais executores desta notauel acção, assim trabalha por manifestar a justiça della. Encontrando tudo o que nossos opositores podem allegar em seu favor, não escreueu cousa que contradiga a nossa santa Fé, & bons costumes, & assim he muy merecedor de se dar à estampa. Em N. Senhora do Desterro, hoje 27. de Agosto de 642.

O D. Fr. Francisco Brandão.

A participação política do autor da obra na restituição da monarquia é referida pela licença, que ainda reforça o argumento de justiça dessa ação e, por isso, é o livro digno de impressão. A licença ainda mostra que o autor irá tratar dos argumentos que os opositores castelhanos possam alegar contra a Restauração

houve entre ambos, cujo acordo de paz foi justamente o casamento dos filhos. Esconder esse tipo de informação faz parte dos preceitos históricos do XVII, como vimos, pois não trariam benefícios para a república. RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalves, **História de Portugal**, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, Parte I, capítulo V.

³⁵¹ RIBEIRO, João Pinto, **Injustas sucesoens dos reys de Leão, e de Castella e izenção de Portugal**, Em Lisboa: impresso por Paulo Craesbeeck. Impressor, & Livreiro das tres Ordens Militares impesso à custa de Lourenço de Queiròs Livreiro do Estado de Barchança [sic], 1642.

³⁵² COSTA; CUNHA, D. **João IV**; RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, **História de Portugal**.

e é exatamente esse o tema do prólogo que escreve Ribeiro:

[...] Verseha, que tudo atropella hum desenfreado desejo de mandar, que a afeição precipitada concede honrosos titulos, & achacados louvores a aquelles, que na occupação do alheyo desbotarão coasquer virtudes moraes, de que foraõ ornados. Teraõ os autores Castelhanos o credito que merecem seus escritos, tintos mais da adulação, & amor proprio, que da verdade natural condição da historia. Reconhecerã o mundo coão justificadas foraõ sempre as armas de Portugal contra Leão & Castella, & a justificação da sucessaõ de nossos Serenissimos Reys: intento proprio deste breue trabalho. Demos principio a elle³⁵³.

No trecho grifado, o autor usa dos preceitos da história para destruir qualquer argumento castelhano ao alegar que eles são muitos mais adutores e têm mais amor próprio do que pela verdade — a qual é a alma da história, como vimos nos tratados analisados. Ribeiro, também aplicando um preceito das artes retóricas, que propõem a destruição dos argumentos dos inimigos para em seguida expormos os nossos, faz um uso político da história, numa chave judicial que visa provar as injustiças das reclamações de Castela e a justa restituição do reino de Portugal a D. João IV.

Pe. Balthazar Telles

A produção historiográfica portuguesa do período da Restauração parece ter se dedicado a criticar a espanhola, como uma forma de se firmar e de fortalecer a sua independência com relação à Castela. Na *Historia geral da Ethiopia a alta*³⁵⁴, impressa em 1660, o Padre Balthazar Telles, responsável pela publicação, afirma, no “Prologo ao Leytor”, que autores espanhóis muito fabularam acerca desse império. Ele diz que um autor valenciano, “com os rasgos do seu estylo retumbante”, descreveu o reino da Etiópia como um dos maiores impérios do mundo e como “hũa Republica mays bem governada, que a imaginaria Platam”; porém, ao contrário do que escreveu esse valenciano, Telles afirma que, como mostrou o tempo, “estas suas obras mays foram partos

³⁵³ RIBEIRO, *Injustas successoens dos reys de Leão, e de Castella e izenção de Portugal*, Fol. 2 [grifo nosso].

³⁵⁴ Consultamos o exemplar da Biblioteca de Mafrá. ALMEYDA, Padre Manuel d', *Historia geral de Ethiopia a alta, ou Preste ioam e do que nella obraram os Padres da Companhia de Iesvs*, Em Coimbra: Na Officina de Manoel Dias Impressor da Vniversidade, 1660.

de engenho copioso, que noticias de historia verdadeyra”³⁵⁵.

Ao contrário dos autores espanhóis, os portugueses narram coisas verdadeiras e é isso o que atestam as aprovações da *Historia geral de Ethiopia a alta*, feitas por Pe. Ieronymo Lobo e pelo R. P. Doutor Luis Rodrigues, ambos da Companhia de Jesus — o primeiro foi provincial de Goa e esteve muitos anos na Etiópia, enquanto o segundo deu seu parecer como Qualificador do Santo Ofício. Estas informações são dadas em destaque, como títulos dos pareceres, o que acaba autorizando os seus escritos. Pe. Ieronymo Lobo autoriza a obra de Almeyda declarando que “a dita Historia está verdadeyra” e conforme o que contam outros padres e, inclusive conforme ele mesmo pode ver e experimentar³⁵⁶. Já o R. P. Doutor Luis Rodrigues atesta a veracidade da *Historia geral de Ethiopia a alta* porque nela não há nada que contradisse as coisas ouvidas em Roma daqueles que estiveram naquele império, estando conforme as relações enviadas pelo Padre Geral³⁵⁷.

Na *Chronica da Companhia de Iesv na Provincia de Portvgal*³⁵⁸ (1645), do Pe. Bathazar Telles, os preâmbulos também reafirmam a política anti-

³⁵⁵ Afirma, Balthazar Telles, que alguns autores espanhóis fabularam acerca da história da Etiópia, “[...] huns porque souberam d'elle pouco, outros porque fabuláram d'elle muyto. E entre outros he muy conhecido hum Author Valenciano, que, com os rasgos do seu estylo retumbante, nos descreveo neste Ethiopia hum Imperio may grandioso, que o do Emperador Palmeyrim; he hũa Republica may bem governada, que a imaginaria Platam; sendo que o tempo nos mostrou, que estas suas obras may foram partos de engenho copioso, que noticias de historia verdadeyra”. *Ibid.* Prologo ao Leytor.

³⁵⁶ “APROVAÇAM, E LICENÇAS,/ PERA SE ESTAMPAR ESTE LIVRO.// PARECER DO REVERENDO P. IERONYMO LOBO/ da Companhia de IESVS, Provincial que foy da Provincia de Goa, & que esteve muytos annos nesta Ethiopia, ao qual foy cometido o/ exame d'este livro, pelo Padre Doutor Miguel Ti-/ noco, Provincial da Companhia/ de IESVS.

“[...] E como eu vivi muytos annos naquelle Imperio Abexim, Missionario da Companhia de IESV, naquela Missám de Ethiopia, companheiros dos gloriosos trabalhos de tantos servos de Deos [...] declaro, & juro in verbo Sacerdotis, que a dita Historia está verdadeyra, & conforme ao que em seus Tratados contam os ditos Padres, & nam menos a o que eu vi, & experimentey, & posso dizer com verdade, quorum pars magna sui; & acrescento que gosty muyto de ver esta obra, posta em tam excellente estylo [...]” *Ibid.*

³⁵⁷ “[...] além de estar muy conforme á verdade, no que nella se escreve, como posso ser testemunha, pelo que estando em Roma ouvi por largos annos a muytos, que naquelle tempo vieram do dito Imperio áquella Corte; como pelo que li em muytas, & varias relaçoens, mandadas a nosso muyto Reverendo Padre Geral, por varias pessoas, assim Religiosas muyto graves da Companhia, como por outros Clerigos seculares; está a dita Historia tem florida, & eruditamente escrita, que entendo nam poderá deyxa de ser muy bem recebida, & lida de todos, com o gosto com que a li”. *Ibid.*

³⁵⁸ Consultamos o exemplar da Biblioteca de Mafrá. TELLEZ, P. M. Balthazar, **Chronica da Companhia de Iesv na Provincia de Portvgal; e do que fizeram, nas conqvistas d'este Reyno, os Religiosos que na mesma Provincia entràram, nos annos em que uiueo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador**, Em Lisboa: Por Paulo Craesbeeck, 1645.

castelhana e os preceitos da história. No “Iuizo e Aprouaçam” que o Pe. Mestre André Gomes, da Companhia de Jesus, fez da obra, ele afirma o seguinte: “O estilo da obra he grave, & pouco affectado. como deve ser o da historia” e, por fim: “Pelo que me parece muy digna de se estampar, pera edificaçam, & proveito espiritual de todos, & principalmente dos filhos da Companhia”³⁵⁹. Já na dedicatória de Telles a D. João IV, ele escreve: “Sessenta annos esperou Portugal por hũ Rey, a quẽ se entregasse; os mesmos esperou a Companhia por hum Rey, a quem se dedicasse”. No “Prologo, e Advertencias Necessarias ao leitor”, destacamos duas advertências feita pelo Pe. Balthazar Telles sobre a crônica que escreve: diz ele que pretende seguir as pessoas das quais irá falar, do que a sequência dos anos, mostrando que não seguirá o estilo dos anais. Ele se justifica afirmando que se seguisse a ordem dos anos a vida das pessoas ficaria interrompida. Sobre o seu estilo, que diz ser simples, sem enfeites e sem as liberdades que as pessoas se dão em “inovar palavras”, ele pretende seguir o estilo da verdade, como os antigos faziam³⁶⁰ e como os tratados de história falavam que deveria ser³⁶¹.

³⁵⁹ IUIZO, E APROUAÇAM, QUE DEO SOBRE/ este Chronica o Padre Mestre André Gomes da Companhia de IESU,/ Lente que foy de Philosophia, & Theologia, & Prêgador/ muy celebrado neste Reyno.

“[...] O estilo da obre he grave, & pouco affectado. como deve ser o da historia. Tudo o que nella se refere he muy conforme à tradiçoens, que hà nesta provincia, a qual o Autor està em obrigaçam, pela boa diligencia, & certeza, com que as inquirio, & pelos graves termos, com que as refere. Pelo que me parece muy digna de se estampar, pera edificaçam, & proveito espiritual de todos, & principalmente dos filhos da Companhia. Lisboa 9. de Outubro de 1644”. *Ibid.*

³⁶⁰ Segunda advertencia. “Advirto tambem, que assim trato às cousas pertencentes a esta Chronica, que mais pretendo seguir as pessoas de que fallo, que atarme aos annos, que vam correndo; porque a historia feita por annaes, ainda que serve muito pera à boa clareza dos tempos, & melhor conhecimentos dos annos; com tudo tem outros inconvenientes, porque á conta de seguidores a ordem dos annos, nam vindes a dar o devido conhecimento das pessoas; pois talvez era necessario levardes ao cabo a vide de hum varám illustre, que ficaria totalmente interrompida, se o autor se houvesse de obrigar a hir seguindo o curso dos tempos, contando os sucessos pelos annos. Com tudo em quanto for possivel seguirey a ordem dos annos, ao menos pera começar os principaes sucessos; & pera isto, no principio da pagina, em que comêço a tratar estas cousas, ponho o anno de Christo, que entam corria, & o anno da Companhia, que já era.”

Quinta advertencia. “Uso ordinariamête de estylo menos affectado, sem lisonjas, fora de gálas & sem os enfeites, & liberdades com que alguns pretendem nestes tempos inovar palavras, & vestir á culta, porque até nisto quero mostrar que sigo o estylo da verdade, a qual os antigos pintavam sem trajos, & despojada d [sic] roupas lustrosas; & por isso quanto menos enfeitada, tanto mais bem engraçada: porque, como afirma sancto Ambrosio, mais força tem a verdade simples, que a mentira eloquẽte, Maior ambitioso eloquentiae mendacio, simplex veritatis fides.” *Ibid.*

³⁶¹ Tratamos desse assunto no capítulo anterior, no qual analisamos quatro tratados de história do século XVII.

Monarquia Lusitana

Apesar de não terem sido impressos tratados de história em Portugal, o assunto era abordado nos preâmbulos dos livros, seja nas licenças, nas dedicatórias ou nos prólogos, como temos visto. Numa das mais importantes obras de história publicadas no reino, a *Monarquia Lusitana*³⁶² — obra que teve muitos autores e volumes, publicados ao longo dos anos de 1597 a 1729³⁶³ — encontramos, no primeiro volume, escrito pelo Dr. Fr. Bernardo de Brito uma definição da história no “Prologo aos leitores, em que se da a rellação da ordem, & modo de proceder, que se goarda nesta Monarchia Lusytana”.

Brito inicia seu texto afirmando a grandeza e dignidade da história, atestada pelos antigos, que a chamaram “alma da virtude”. Em seguida, ele faz uma comparação dela com o corpo humano, o qual não pode se perpetuar sem alma, assim como “as façanhas, & obras vallerosas, se entrégão ao sepulchro do esquecimêto, faltando a historia, ã como alma suas as possa eternizar”³⁶⁴. Outra comparação que ele faz é da história como “Theatro da vida humana”:

Porq̃ do modo, ã nos Theatros públicos, se representam sucessos de amores, & armas, & outras mil variedades, q̃ pera se effectuarẽ na verdade, forão tão difficultosas, como postas naquela inuenção, ficção alegres, & desenfadadiças: assim no Theatro da historia, se nos mostram em modo apraziuel, os casos, & sucessos árduos, q̃ os antigos acabrão cõ infinito perigo de suas vidas³⁶⁵.

A história é alma da virtude e teatro da vida humana porque nela, segundo o autor, encontram-se os exemplos de valentia, com os quais os cavaleiros se fazem mais determinados; com os ensinamentos da história, os velhos podem subir ao mais alto grau de sabedoria, juntando aos conhecimentos que adquiriram com a idade as lições dos antigos; os mais moços, se erraram o

³⁶² A *Monarquia Lusitana* merece um estudo mais aprofundado, porém apenas nos referimos a dois de seus autores, procurando analisar as questões relacionadas com os objetivos de nossa pesquisa.

³⁶³ Trata-se de uma obra publicada em oito volumes, que teve início com Fr. Bernardo de Brito, autor das duas primeiras partes. Antônio Brandão escreveu a terceira e a quarta parte e seu sobrinho Francisco Brandão foi o autor da quinta e da sexta parte. Rafael de Jesus foi o responsável pela sétima parte e Fr. Manuel dos Santos escreveu a oitava.

³⁶⁴ BRITO, Frei Bernardo de, ***Monarquia Lusitana I***, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 3.

³⁶⁵ *Ibid.*

caminho da virtude no princípio, podem segui-lo; também as mulheres podem seguir os exemplos das mais castas. No teatro da história existem uma grande quantidade de exemplos que podem ser aproveitados. Também Cabrera de Cordoba, autor do tratado *De historia, para entenderla y escribirla*³⁶⁶, comparou a história a um teatro. Antes de começar o primeiro livro, há uma página curiosa, intitulada “AL TEATRO”, com a seguinte inscrição: “Escriuo la importância de la historia, la del buen historiador, las partes que há de tener, las de legítima y perfecta historia y como se hará tal. Vale”³⁶⁷. Querendo chamar a atenção de seus leitores, o autor sintetiza os seus objetivos e deixa claro o que se encontrará no decorrer da obra³⁶⁸. O título desse pequeno texto nos chama a atenção, pois remete à ideia de representação — que é o que se faz neste tratado: a representação do que seria o mais perfeito historiador, inexistente no mundo real. Por sua vez, o historiador é aquele que reconstitui o passado, atribuindo-lhe um sentido a partir da representação dos acontecimentos retoricamente ordenados para serem exemplos, como *historia magistra vitae*. João de Barros, na primeira década da sua *Ásia*, também entende a história como uma representação: para ele, ela é um artifício que permite representar para o futuro aquilo que os seres humanos otram no presente³⁶⁹. Como representação do passado, a história torna presente aquilo que já não o é mais, como as ações feitas pelas pessoas do passado, e, nesse sentido, é teatro da vida humana.

Outro aspecto que merece ser discutido é o fato de Fr. Bernardo de Brito ter dedicado a sua obra ao rei, que na época era Filipe II de Espanha, o qual, inclusive, teria gostado bastante dela e, por conta disso, concedeu ao autor o título de *cronista-geral*³⁷⁰. A dedicatória ao monarca era uma prática adotada por

³⁶⁶ CABRERA DE CORDOBA, Luis, *De historia, para entenderla y escribirla*, En Madrid: Por Luis Sanches, 1611, Al Teatro.

³⁶⁷ *Ibid.*

³⁶⁸ Sobre a ideia de teatro no século XVII recomendamos a leitura de PÉCORA, Alcir, **Teatro do sacramento**: A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira, 1ª. São Paulo / Campinas: Edusp / Editora da Unicamp, 1994. Sobre a ideia de representação no século XVII, recomendamos HANSEN, João Adolfo, Instituição retórica, técnica retórica, discurso, **Matraga**, v. 20, n. 33, p. 11–46, 2013.

³⁶⁹ “[...] os mesmos hómeees por conseruar seu nome em a memória delas, buscaram huñ diuino artifício que representasse em futuro, o que eles obráuaem em presente”. BARROS, João de, **Ásia de João de Barros: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente - Primeira década**, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 1.

³⁷⁰ BRITO, **Monarquia Lusitana I**, Introdução. Segundo A. da Silva Rego, Brito foi nomeado cronista-mor do Reino em 1615, portanto, depois de ter publicado a primeira parte da *Monarquia*

aqueles que buscavam favores, como títulos e nomeações para cargos³⁷¹. Nesse sentido, não podemos afirmar se Brito estava ou não do lado de Filipe II, pois sua dedicatória “Ao Catholico, e Sempre Avgvsto Rey Dom Philippe, Senhor de Espnha, Emperador do nouo Mundo, &c.” não tem um tom político; ou melhor, o autor joga com uma certa política, que é a de conquistar favores do monarca — o que parece ter sido seu objetivo, como podemos ver nesta passagem:

Nella [na obra] verá vossa Magestade triumphos de seus antepassados, & em mim vontade de fazer grandes serviços, herdada de meu pay, & auós, que por manifestar a sua, deixarão por seruir a seus Reys a propia vida, & a mim obrigação de oferecer a minha, a tudo o que for de sua alçada, que como de pessoa, que professa vida Monastica, não se estende a mais, que levantar com a pena a fama de minha Patria...

Fr. Bernardo de Brito parece ter conseguido conquistar seus objetivos, pois, como dissemos, foi nomeado *cronista-geral* e, em 1615, quando da morte de Francisco de Andrade, cronista-mor do Reino, em 1614, ele foi nomeado para ocupar este cargo em detrimento de Diogo Paiva de Andrade, filho de seu antecessor³⁷². Falamos sobre isso porque um dos continuadores da *Monarquia Lusitana*, no tempo de D. João IV, usou a dedicatória que fez ao rei para defender a Restauração.

Na *Qvinta parte da Monarchia Lusytana*³⁷³, o passado é representado como justificação do direito natural de D. João IV ao trono português. É isso o que explica Fr. Francisco Brandão, cronista-mor e autor deste volume, impresso em dezembro de 1650, no décimo aniversário da Restauração. Na dedicatória ao rei, o autor afirma que na sua obra encontram-se argumentos

para cõprouação de ser V. M. o legitimo successor desta Coroa, no justo senhorio da qual V. M. enche agora o primeiro decennio, que estenderá a outros muitos em sy, & em seus successores

Lusitana.

³⁷¹ “Despite the widespread complaints about the decline of patronage, dedicatory letters and poems indicate that writers and publishers sought from their patrons legitimacy, reward, and prestige.” [...] “Through the praise and idealization that supposedly enhanced the patron’s current and future esteem and reputation, writers presented themselves not simply as dependents, but also as parties to an (albeit unequal) exchange, empowered by the immediate and continuing efficacy of the print medium whose material features memorialized author and patron simultaneously”. MAROTTI, Arthur F., **Manuscript, print, and the English Renaissance lyric**, 1ª. Ithaca / Londres: Cornell University Press, 1995, pp. 291-292.

³⁷² BRITO, **Monarquia Lusitana I**, p. XV.

³⁷³ BRANDÃO, **Qvinta parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a historia dos primeiros 23. annos DelRey D. Dinis.**

com estabilidade firme, & permanencia felicemente perpetua.

Nesta quinta parte conta-se a história de D. Dinis, sexto rei de Portugal, de quem D. João IV seria o descendente natural. Esse argumento, que passou a ser repetido diversas vezes desde 1640, é a representação do passado feita pelos historiadores dessa época. O passado, aqui, serve como argumento legitimador do presente — em plena consonância com a tópica *historia magistra vitae*. Segundo Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, havia, depois de 1640, uma “recíproca permeabilidade entre o púlpito e o escritório de jurisconsultos, ou de outras personalidades letradas”, o que permitia haver uma “mundivisão comum” entre os diversos produtores desse discurso de legitimação³⁷⁴. Como elas nos mostram, os discursos feitos nas universidades, como pelos jurisconsultos de Coimbra, ou os discursos messiânicos, não tinham contradições na argumentação para legitimar D. João IV. Inclusive, a primeira impressão do Bandarra aconteceu em 1644, numa edição patrocinada pelo principal embaixador do rei, o conde da Vidigueira, futuro marquês de Niza³⁷⁵. No patrocínio de edições de livros, fossem de história ou de poemas proféticos; na convergência dos discursos dos jurisconsultos, dos padres³⁷⁶ e outros letrados, como os historiadores, vemos como o rei utiliza-se da imprensa para se justificar e legitimar o seu direito ao poder.

Esta ação propagandística acompanhou o devir dos acontecimentos e contribuiu para fazer do golpe do 1º de Dezembro de 1640 um processo de mudança irreversível. Neste sentido, os factores justificativos da revolta, aduzidos por esta literatura propagandística, são uma construção legitimadora *a posteriori*, que catalisou o movimento de ruptura política³⁷⁷.

Os livros de história publicados nesse momento também fazem parte dessa “construção legitimadora *a posteriori*”. O historiador, como alguém que escreve sobre algo que já aconteceu, tem a possibilidade de dar um significado àquilo que narra. No século XVII, esse significado dava à história a utilidade preceituada por Tucídides, Luciano de Samósata e Cícero. Porém, a história,

³⁷⁴ COSTA; CUNHA, D. João IV, p. 155.

³⁷⁵ *Ibid*, p. 156.

³⁷⁶ Cf.: MARQUES, João Francisco, **A paranética portuguesa e a Restauração: 1640 - 1668: A revolta e a mentalidade**, Porto: Dissertação de doutoramento em história moderna e contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983.

³⁷⁷ COSTA; CUNHA, D. João IV, p. 161.

como vimos, é narrativa verdadeira, como Fr. Francisco Brandão explica no prólogo do seu volume da *Monarquia Lusitana*:

Emfim, eu continuo a historia de Portugal, seguindo o mesmo estilo dos tomos antecedentes, ajustando as materias todas com Bullas, priuilegios, escrituras, & doações, com as quaes se apura a certeza, & verdade, & ainda que Quintiliano, conforme aos preceitos da arte, julgue que hade ser a historia hũa narração solta, ordenada mais a contar cousas, que a proualas, contudo como a historia deue ser narração verdadeira, necessita de exame para apurar o que relata, maiormente nas historias de Espanha tão diminutas, & incertas, que de nouo com estes monumentos se verificação, illustrão, & acrecentão.

Para que seja verdadeira, a história necessita de provas — e é isso o que o autor promete trazer ao leitor: verdades que podem ser comprovadas por documentos. Sobre isso, vale lembrar que em Portugal, desde, pelo menos, 1644, apenas o cronista-mor tinha livre acesso ao arquivo da Torre do Tombo³⁷⁸. Em sua fala, Fr. Brandão discorda de Quintiliano, quem afirma ser a história próxima da poesia, como um poema livre das exigências métricas, escrita para narrar e não provar (*Inst. orat.* X, 1, 31-34)³⁷⁹. Apesar de não concordar com o orador romano, a comprovação das verdades, para o autor da *Qvinta parte da Monarchia Lusytana*, é retoricamente construída, quer dizer, o historiador não se propunha a discutir a veracidade das fontes, mas aplicava a invenção nas fontes disponíveis³⁸⁰. Invenção, aqui, é uma das partes da retórica, ela é a busca dos argumentos verdadeiros ou verossímeis para tornar o discurso convincente, segundo Cícero (*De inventione.* 1, 9)³⁸¹. Tal concepção está de acordo com os tratados de história que analisamos, pois ela era concebida como organização retórica dos fatos, a visar essencialmente a utilidade para o público³⁸².

³⁷⁸ *Ibid*, p. 162.

³⁷⁹ Usamos a seguinte edição: QUINTILIEN, *Institution oratoire*. T. 6: *Livres X et XI*, 2. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

³⁸⁰ AMBROSIO, Renato, *De rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma*, 1ª. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 41.

³⁸¹ Usamos a seguinte edição: CICERO, Marcus Tullius, *De l'invention*, Paris: Les Belles Lettres, 1994.

³⁸² « [...] fondamentalement, l'Histoire est conçue comme mise en forme rhétorique des faits, pour une instruction essentielle à l'ordre public ». FERREYROLLES, Gérard (Org.), *Traité sur l'histoire (1638-1677): La Mothe Le Vayer, Le Moyne, Saint-Réal, Rapin*, Paris: Honoré Champion éditeur, 2013, p. 256. E, segundo Eduardo Sinkevisque: “No século XVII, os modelos retórico-poéticos e éticos antigos, na fabricação ou engenho das Belas Artes e das Belas Letras, eram imitados por meio de padrões teológico-políticos que regiam a historiografia, a poesia, os documentos oficiais, burocráticos, os papéis administrativos e também a pintura. Assim, por

D. Francisco Manuel de Melo

Em nossa análise dos preâmbulos de histórias impressas em Portugal no período da Restauração, temos de olhar, também, para as obras de D. Francisco Manuel de Melo, autor de *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña* (1645), *D. Teodósio II* (1648) e *Epanáforas de vária história portuguesa* (1660), além de outros livros de poesia. Ele foi historiador, poeta e soldado, tendo liderado homens a serviço de Espanha e de Portugal, o que o torna um personagem curioso. Aqui não vamos pintar detalhadamente a sua vida, mas destacaremos alguns pontos que julgamos mais relevantes para a nossa análise. Logo que terminou os estudos, Melo ingressou na carreira militar e sua primeira missão, em 1625, foi defender Lisboa de uma investida inglesa³⁸³. Em 1629, embarcou para escoltar frotas que chegavam da América e acabou combatendo piratas turcos. Suas ações lhe renderem o título de cavaleiro, concedido por Filipe IV. Mais tarde, em 1637, D. Francisco Manuel de Melo foi designado pelo conde-duque de Olivares para uma importante missão: ele acompanharia o conde de Linhares a Évora, onde acontecia uma revolta contra os impostos cobrados pelo rei. Sua função seria a de informar qual era a posição do duque de Bragança, o futuro rei D. João IV. Olivares estava preocupado porque o duque era o nobre mais poderoso de Portugal e tinha vínculos com a família real, o que o colocava em uma posição de poder reclamar a coroa. Melo conta, na *Epanáfora política*, que o duque de Bragança o mandara transmitir a Olivares a sua fidelidade à coroa espanhola e a sua não-participação no motim de Évora³⁸⁴.

Em 1640, D. Francisco Manuel de Melo teria começado a escrever a *Historia de los movimientos, separación y Guerra de Cataluña*, quando, também, se preparava para ir à Flandres lutar pela Espanha. Em 1641, ele teria mudado de lado e passara a defender a independência de Portugal. O seu livro sobre a Catalunha, então, tem essa particularidade: o autor começou a escrevê-lo

haver semelhança entre pintura e poesia, é possível estabelecer a comparação entre pintura e retórica, pintura e história e, simultaneamente, especificar as diferenças teológico-políticas, ou seja, os decoros externos das práticas". SINKEVISQUE, Eduardo, **Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)**, FFLCH/USP, São Paulo, 2005, pp. 71-72.

³⁸³ ESTRUCH TOBELL, Joan, Introducción, in: MELO, Francisco Manuel de, **Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña**, Madrid: Editorial Castalia, 1996, p. 9.

³⁸⁴ *Ibid*, p. 12.

enquanto estava a serviço de Filipe IV e terminou do lado português. Porém, não há, na obra, nenhum indício sobre isso. No prólogo, “Hablo a quien lee”, Melo recomenda seu livro àquele que procura a verdade e não o deleite, pois esta é a alma da história e sua utilidade está justamente em ser verdadeira e fornecer exemplos aos leitores, tal como preceituam os tratados de história analisados anteriormente. Ele também destaca a utilidade do conteúdo, pois, como diz, “Ofrezco a los venideros un ejemplo, a los presentes un desengano, un Consuelo a los passados”³⁸⁵. A concepção de história do autor é muito próxima à dos tratados de história que analisamos, principalmente de Agostino Mascardi, do qual sabemos que foi leitor de *Dell'arte historica*, pois faz referências do tratado no *Hospital das Letras*³⁸⁶. O tema da guerra, matéria do livro de Melo, segundo o preceptista italiano, é o mais próprio à história. Em outra obra, *D. Teodósio II*, D. Francisco Manuel de Melo afirma que a sua *Historia de Cataluña* serviu para conquistar a opinião de que era um historiador confiável e escrevia verdades, a dar maior confiabilidade para as posteriores histórias que haveria de escrever, como a de *D. Teodósio II*, apresentada a D. João IV³⁸⁷:

E como, para ensaio da presente [história], provei primeiro a pena naquela História de Catalunha com que informei o mundo da verdade de seus movimentos, desejosos de os referir como eles foram, para tal usando então de alheio nome por escusar a presunção que contra mim haveria de suspeito, entendendo-se falaria daquele reino como escandalizado³⁸⁸.

A sua obra sobre a Catalunha foi publicada sob um pseudônimo, Clemente Libertino, porque o autor queria se preservar em meio às complicações entre

³⁸⁵ MELO, Francisco Manuel de, **Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña**, Madrid: Editorial Castalia, 1996, p. 67.

³⁸⁶ MELO, D. Francisco Manuel de, **Hospital das Letras**, Lisboa: [s.n.], 1657.

³⁸⁷ Como vimos, Jerónimo de San José afirma que os historiadores deviam ter *autoridade*, algo que dependia da opinião do público sobre o historiador. Conquistava-se *autoridade*, segundo o preceptista, por sua nobreza, ou seja, pela sua representação na sociedade. D. Francisco Manuel de Melo, siente disso, mostra como a sua *História da Guerra de Catalunha* serviu para que ele fosse tido como um historiador que narra verdades. SAN JOSÉ, Jerónimo de, **Genio de la historia**, En Çaragoça: En la Imprenta de Diego Dormer, 1651, 1, 4, 4. Mascardi também chama a atenção para este ponto, afirmando que a fé pública depende da pena do historiador e, portanto, este deve estar impregnado com a verdade. “Siccome il fondamento della fede pubblica nelle cose civili dipende della penna degli scrittori, cosi dee studiarsi l'istorico, che la verità nelle sue carte abbia luogo incontaminato e sincero” MASCARDI, Agostino, **Dell'arte istorica**, Modena: Mucchi Editore, 1994, p. 82.

³⁸⁸ MELO, D. Francisco Manuel de, **D. Teodósio II**, 1ª. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944 [1648], p. 31.

Portugal e Espanha, justo ele que havia servido Filipe IV e agora defendia o restaurador D. João IV. No *Hospital das Letras*, Melo conta que se não tivesse seu nome de batismo, esse outro seria o seu, pois Clemente era o santo do dia de seu nascimento e Libertino “porque já sabeis que era entre os romanos o nome dos filhos dos escravos libertos”³⁸⁹.

No prefácio que escreveu para a história de *D. Teodósio II*, Melo afirma ser imparcial e não inventar os fatos:

E como a lisonja e a adulação por si próprias não dão gosto nenhum a quem as usa, salvo a de minguada esperança prometedora do prémio posta no que as recebe, quando por felicidade do mundo nada valem aos olhos do Príncipe, — não sabemos se haverá ânimo tão envilecido que deseje a infâmia de adulator e lisonjeiro. Por isso devo e prometo manter uma cristã e verdadeira imparcialidade, entre amigos e inimigos, pelo que desde aqui advirto, aos que cheguem a descontentar-se das minhas palavras, que não imponho os factos, apenas os escrevo³⁹⁰.

Assim como foi preceituado por Cícero, Luciano de Samósata, Cabrera de Cordoba, Agostino Mascardi e outros autores de tratados sobre a história, D. Francisco Manuel de Melo afirma ser imparcial³⁹¹ e não inventar os fatos.

Numa das licenças das *Epanáforas de Vária História*, também encontramos referências à prática historiográfica, por assim dizer:

Para aprovação destas Relações, parece que bastava serem escritas por D. Francisco Manuel. Com tudo eu as li por gosto, & digo o que achei nelas, porque V. mag. mo manda. Achei Verdade, Clareza, Juizo; que são as leys essenciais da historia. Verdade, no material que se relata, & no sincero da tenção. Clareza, na facilidade da narrativa, & na propriedade das palavras. Juizo, na disposição dos sucessos, & na avaliação das acções; vindo, como naturalmête, em armonia historica, & oratoria, o estilo demonstratiuo, o deliberativo & o judicial. E assi me parecem muyto dignas de se comunicarem a todos pela Impressão: porque de sua leitura resultará o que desejaua *Polibio lib. 3.* que do conhecimêto do vniuersal, se tirem noticias

³⁸⁹ MELO, *Hospital das Letras*, p. 93.

³⁹⁰ MELO, *D. Teodósio II*, p. 45 [grifos nossos].

³⁹¹ Como vimos, Mascardi, autor importante para D. Francisco Manuel de Melo, considerado por ele um dos mais importantes modelos das artes históricas, afirma que é preciso separar a razão do afeto, ou seja, é preciso ser imparcial. MASCARDI, *Dell'arte istorica*, p. 172. Outros preceptista também falaram sobre isso, como, por exemplo, Le Moyne, quem afirmou ser proibido a utilização da amplificação pelo historiador porque isso permitiria elogios e vitupérios exagerados. Além deles, Luciano de Samósata também afirmou que o historiador devia ser apátrida e sem rei, pois para dizer a verdade era preciso ser independente.

para os casos particulares, & da percia dos particulares, se faça sciencia para os vniuersais. Lisboa 7. de Abril de 1660.

*Antonio de Sousa de Macedo*³⁹²

Nesta licença, o autor afirma encontrar na obra de D. Francisco Manuel de Melo verdade, clareza e juízo, leis fundamentais da história no século XVII. Podemos comparar as suas definições com as de Cabrera de Cordoba, para quem o verdadeiro “es confirmacion de lo cierto”; já para Mascardi, a verdade é o olho da história, que, por sua vez, é o espelho da vida humana³⁹³. O autor da licença diz ter encontrado verdade no material que se relata e “no sincero da tenção” — palavra, esta, que, segundo o *Vocabulario portuguez e latino* de Bluteau, significa vontade, intento, propósito de dizer ou fazer alguma coisa³⁹⁴. Então, para Antonio de Sousa de Macedo, a verdade está, também, na sinceridade da intenção de D. Francisco Manuel, o que nos mostra como no século XVII a representação e a estima que a sociedade tem pelo historiador são importantes para que o seu discurso seja verdadeiro. Sobre a clareza, ele diz que está na facilidade narrativa e na propriedade das palavras, ou seja, Melo adotou um bom estilo para narrar a sua história, seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos e usou palavras apropriadas para os temas tratados. Para Le Moyne, a clareza é uma das qualidades que a elocução histórica deve ter e consiste em dispor o discurso numa ordem que não atrapalhe o leitor, em escolher termos límpidos e, em resumo, ela garante que não haja nenhuma dificuldade que impeça a inteligência do leitor se juntar à do escritor³⁹⁵. Sobre o juízo, diz a licença, que está na disposição dos sucessos e na avaliação das ações, o que concorda com o que disse Cabrera de Cordoba: “Quando se discorra cerca de los hechos o modo de executarlos, motiuos, disinios, razones de hazerse, sus fines, que se llama juicio”, que serve, segundo ele, para aprovar ou repudiar as coisas narradas³⁹⁶.

Tomamos exemplos de Cabrera de Cordoba e Mascardi e Le Moyne para mostrar como a licença de Antonio de Sousa de Macedo está de acordo com os

³⁹² MELO, **Epanáfora de vária história portuguesa**.

³⁹³ MASCARDI, **Dell'arte istorica**, p. 98.

³⁹⁴ BLUTEAU, Raphael, Tenção, in: **Vocabulario Potuguez & Latino - volume 8**, Lisboa: [s.n.], 1728.

³⁹⁵ LE MOYNE, **De l'histoire**, Paris: Chez Loüis Billaine, en la grand Salle du Palais, au grand Cesar & à la Palme, 1670, p. 311.

³⁹⁶ CABRERA DE CORDOBA, **De historia, para entenderla y escribirla**, Livro II, Discurso XII.

preceitos da história e como esses preceitos eram difundidos nas camadas letradas. A história, no século XVII, devia seguir um determinado modelo, descrito pelos tratadistas. Em Portugal, mesmo não havendo nenhum tratadista ou mesmo nenhuma edição de algum tratado de história, os historiadores seguiam os mesmos modelos de Cabrera de Cordoba, Mascardi, San José e Le Moyne. No século XVII, a licença tinha um papel importante nos preâmbulos dos livros, pois garantia aos leitores que a obra estava de acordo com os bons costumes, que não ofendia a Santa Fé e que estava de acordo com os preceitos do gênero praticado. Tendo verificado esses elementos, o censor autorizava a impressão e circulação da obra. É interessante pensar que a licença também garantia a veracidade da obra histórica, pois, como fez Antonio de Sousa de Macedo, ela afirma que o discurso está de acordo com a verdade e, assim, já prepara o leitor para encontrar coisas verdadeiras no percurso que está prestes a percorrer.

Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na Primavera do anno de 1663

Em 1663 foi impresso em Lisboa a *Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na Primavera do anno de 1663*³⁹⁷, de D. Antonio Alvares da Cunha, 17º senhor de Tábua e guarda-mor da Torre do Tombo nomeado por D. Pedro em 1678, cargo que ocupou até 1690³⁹⁸. Ele também foi um dos nobres que mais participou e lutou pela Restauração, tendo sido um dos Quarenta Conjurados, grupo de nobres que teria organizado e colocado em ação os eventos do 1º de dezembro de 1640³⁹⁹. O livro traz uma das licenças mais interessantes que encontramos em nossa pesquisa, escrita pelo Fr. Jerónimo Baía:

Li com grande gosto esta Campanha, em que D. Antonio Alvares

³⁹⁷ CUNHA, D. Antonio Alvares, **Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na Primavera do anno de 1663**, Lisboa: Na Officina de Henrique Valente de Oliueira Impressor delRey N. S., 1663.

³⁹⁸ Para a cronologia dos guardas-mores da Torre do Tombo, cf.: JOANABRAGA, **Os Guarda-Mores da Torre do Tombo**, Arquivo Nacional Torre do Tombo, disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/>>, acesso em: 13 nov. 2016.

³⁹⁹ O grupo dos Quarenta Conjurados foi inventado para dar um certo prestígio aos nobres que organizaram e participaram dos eventos da Restauração. Esse grupo de quarenta nobres, porém, era maior, tendo contado com, pelo menos, 73 pessoas, entre nobres, fidalgos e outros funcionários interessados na Restauração. O próprio João Pinto Ribeiro, que não era nobre, mas possuía título de fidalguia, fez parte do grupo. Cf.: COSTA; CUNHA, **D. João IV**.

da Cunha, não menos illustre por suas prendas, que por seus Ascendêtes, relata a maior victoria, com a maior eloquencia; e fiquei cõ duuida, não pequena, se deuia mais a Patria ao esforço, que seguiu entre o furor da guerra, sua Monarchia, ou ao engenho, que entre o sossego da paz, eterniza sua memoria: aquella a fez vencedora dos inimigos, este a deixará triunfante dos annos. A campanha, suposto que por razão dos exercitos, foi hontem toda de armas, hoje por virtude das locuções, he de flores toda. Direi do muito, pouco. A verdade com que D. Antonio refere todas as acções, he tanta, que o não moueo a dizer ou mais, ou menos, nem o amor de Portugal, nem o odio de Castella; mas não foi muito despojar-se de seus affectos, quando conta as nossas façanhas: porque em victoria tão rara, não haui necessidade de acrescentar, perigo, si, de diminuir. Este venceu o Autor igualando de tal sorte as palavras ás obras, que não ficou inferior sua penna à nossa espada, antes parece que se escreueo aqui com o mesmo espirito, com que lá se peleijou. O estylo, não sei se mais cahido, ou se mais leuantado, he breue; mas com clareza, claro; mas sem vulgaridade; he natural com artificio, & artificioso sem affectação. Os luizos, que faz dos successos, & as sentenças com que adorna os periodos, huns são tão ponderosos, & outras tão graues, que se o liuro, assi como he Portuguez, fora Latino, se equiuocarião os juizos, com os de Tacito, & as sentenças com as de Seneca; que ainda que seus escritos tem maior corpo, não fallão com mais alma. Por estas, & por outras muitas excellencias, que não cabem em hũ largo volume, quanto mais em hũa breue censura, julgo esta obra por benemerita, não sò da luz da estampa, não sò da grandeza do assumpto, não sò do talento do Autor, mas tambem da protecção de V. Magestade. Saya, pois, a dilatar-se pello vniverso esta Câpanha ha pouco tempo de Marte, & agora de Apollo, para gloria de nossa Patria, & inueja das estranhas, & conheção todas as nações, que no felice Imperio de V. Magestade, competindose as proezas de Bellona, & os estudos de Minerua, assi como ha soldados, que pódem dar a tudo quanto encontrão morte: assi tambem ha Escriitores, que sabem adquirir a tudo quanto celebrão, immortalidade. Lisboa no Mosteiro do Principe de todos os Patriarchas & Pay de todos os Monges S. Bento, 30. de Iulho de 1663.

Fr. Ieronymo Vahia.

Logo no início, ele se questiona se a pátria devia mais ao esforço da guerra que deu a vitória aos portugueses, ou se ao engenho de D. Antonio Alvares da Cunha que eternizou a memória desses eventos, de forma triunfante. Baía ressalta a importância desse livro ao constatar que antes as campanhas eram só de armas e “hoje por virtude das locuções, he de flores toda”. Ou seja, há uma disputa usando obras impressas sendo feita, onde as coroas de Portugal e Castela

patrocinavam publicações como uma espécie de propaganda⁴⁰⁰. Em seguida, Jerónimo Baía faz um breve comentário das virtudes da obra e afirma que a história escrita por D. Alvares da Cunha é bastante verdadeira e o que comprova isso é a sua isonomia com relação aos dois lados, pois nem o amor por Portugal e nem o ódio por Castela o fizeram desviar da verdade. Ele também comenta sobre o estilo do autor, que conseguiu adequar muito bem as palavras às ações: “não ficou inferior sua penna à nossa espada, antes parece que se escreveu aqui com o mesmo espírito, com que lá se peleijou”. Além disso, aponta Baía, o estilo é breve e claro, como querem os tratados de história do século XVII⁴⁰¹. Os juízos e as sentenças, se fossem escritos em latim, seriam confundidos com os de Tácito e Sêneca. Por fim, voltando à tópica das armas e das letras, Fr. Jerónimo Baía recomenda a publicação da obra para ela se espalhar pelo universo, numa campanha que antes era de Marte e agora é de Apolo.

A licença que acabamos de analisar autoriza a obra de D. Antonio Alvares da Cunha ressaltando as virtudes dela, mostrando como ela foi bem escrita e segue os preceitos da arte histórica, como o respeito à verdade, a imparcialidade e a utilidade, — e também respeita os preceitos retóricos, como a clareza, a brevidade e o decoro do estilo — sem nenhuma falha. Assim, Baía já determina a recepção da obra, pois quem, sob o reinado de D. João IV, poderia dizer que este livro contém mentiras, se as licenças foram favoráveis e, ainda mais, enalteceram a veracidade dos acontecimentos narrados? As licenças, portanto, tinham um papel importante nesse tempo pois já garantiam aos leitores que aquele discurso era verdadeiro e não estava contra os bons costumes⁴⁰².

⁴⁰⁰ Sabemos, por exemplo, que D. João IV patrocinou obras impressas em Lisboa e outras regiões da Europa para contarem a história da Restauração. Um dos casos mais emblemáticos é o *Historia del Regno di Portogallo*, escrito pelo advogado italiano Giovanni Battista Birago e impressa em Lyon em 1644. A obra foi encomendada pelo marques de Niza, embaixador de D. João IV, e D. Vicente de Nogueira e teve grande repercussão nas cortes europeias. Cf.: BIRAGO, Giovanni Battista, **Historia del Regno di Portogallo**, Lugduni: [s.n.], 1644. SERAFIM, João Carlos Gonçalves (Org.), **Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615 - 1654)**, Porto: Citcem, 2011; COSTA; CUNHA, **D. João IV**.

⁴⁰¹ É importante lembrar que a brevidade era uma das principais virtudes de uma história, mas não significava ser a narrativa necessariamente breve; ela devia ser adequada à matéria, ou seja, a extensão da obra poderia variar segundo o assunto e a brevidade era a virtude de dar o tamanho certo à matéria tratada.

⁴⁰² Deolinda de Jesus Freire também partilha da ideia de que as licenças e aprovações determinavam a leitura. Segundo ela, a partir do século XVIII, há uma transformação do campo da impressão de livros, pois os editores tomam a cena, substituindo o lugar de destaque que antes era dos mecenas. FREIRE, Deolinda de Jesus, **A competição entre os discursos e as artes na Historia de la conquista de México de Dom Antonio de Solís**, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2014, p. 31.

Podemos pensar, então, que não cabia aos leitores de D. Antonio Alvares da Cunha dizer se a sua narrativa era ou não verídica, pois as licenças dadas pelos poderes religiosos (Santo Ofício) e seculares (Ordinário) já garantiam essa condição.

D. Antonio Alvares da Cunha, quando já havia sido nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, deu a aprovação de *História de Portugal Restaurado*, na qual tratou sobre o gênero histórico, que deve ser verdadeiro e justo. Aqui, Cunha afirma que esteve presente nos acontecimentos descritos pelo conde da Ericeira em seu livro e pode atestar que estão conforme a verdade, que é, como diz, “o primeyro fundamento da historia”. Além disso, ele menciona a adequação do estilo próprio ao historiador, que é elegante, “os periodos breves & sentensiosos, debayxo da penna lhe cahem as reflexões, sem que se quebre por hu instante o fio da historia, no labyrintho de tantos sucessos em contrados & varios”⁴⁰³.

Podemos comparar esse trecho com uma passagem de *Como se deve escrever a história*:

[...] que floresça a claridade, com a dicção, como eu disse, e com a concatenação dos fatos, os quais apresentará acabados e completos: tendo terminado o primeiro, introduzirá o segundo, relacionado com ele e articulado à maneira corrente, de modo que não fique tudo esfacelado e haja muitas narrativas justapostas umas às outras. Que sempre o segundo seja não só vizinho do primeiro, mas que também tenham algo em comum e se sobreponham⁴⁰⁴.

Justamente aquilo que foi prescrito por Luciano é o que encontramos na aprovação. Esta também afirma ter o conde da Ericeira erguido sua obra em um edifício mais sólido do que as pirâmides. Com isso, D. Antonio Alvares da Cunha afirma que *História de Portugal Restaurado* é um livro escrito para o futuro, como deve fazer o historiador, o qual deve ter em vista o conjunto do tempo e, desse modo, “escreva sobretudo para a posteridade”⁴⁰⁵. Por fim, o livro de Dom Luis de Menezes é “deleytavel aos curiosos, proveytosa aos doctos, & util a todos”, que

⁴⁰³ ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado offerecida ao serenissimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.*

⁴⁰⁴ SAMÓATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 79.

⁴⁰⁵ SAMÓATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 83.

são os objetivos de quem escreve.

Compendio Panegirico da vida, e acçoens do excellentissimo senhor Luis Alvarez de Tavora Conde de S. João, Marquez de Tavora

Analisaremos, agora, um outro preâmbulo que traz elementos sobre o que era a história no século XVII. Trata-se da dedicatória a Antonio Luis de Távora, marques de Távora, feita pelo conde da Ericeira no *Compendio Panegirico da vida, e acçoens do excellentissimo senhor Luis Alvarez de Tavora Conde de S. João, Marquez de Tavora, Gentilhomem da Camara de S. Alteza, do Conselhor de Guerra, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes*⁴⁰⁶, impresso em 1674.

Hum dos mayores cuidados dos Filósofos antigos, foi definir a historia. *Historia est res gesta, sed aetatis nostrae memoria remota*. Disse M. Tullio, & Gelio: *Historia Gracé significat rerum cognitionem praesentium*. Seguiam-se outros diferentes pareceres. Se eu puder fazer opinião entre Varões tão acreditados dissera, que a historia foi hum privilegio com que a arte se fez superior á Natureza. Forma a natureza hum Varão sem lhe regatear alguma das virtudes, que pode produzir. Porém como o não izenta da jurisdição da morte, brevemente he cadaver o sceptro, he mortalha a purpura, o que foi vitoria he cinza, o que foi trinfo he nada; & a memoria que não acaba tambem se conrompera cõ o tempo, a não aver instrumêto que a renovasse. De que se colhe, que a faltar a historia durara a fama de hũ Varão grande pouco mais da idade em q̃ vivesse. E não pudera ter a mayor pensão a mortalidade, que extinguirse o credito ao espirito de hum Heroe, privilegio tão divino, como definio Seneca: *Cogita in te* (dizia falando com hum grande Capitão) *praeter animum, nihil esse mirabile*. Compadecida a arte desta desgraça da vida humana, inventou a historia, & jũtamête a pintura, com tão pouca differença, que he na comũ definição a pintura historia muda, & a historia pintura que fala. E parece que quando a pintura, & historia se unem para a definição de hũ mesmo objecto, verdadeiramente resicitaõ o original que descrevem; porq̃ na pintura dà forma ao corpo, & na historia se renova a alma. Pintura sem historia he corpo sã alma; historia sem pintura he alma sem corpo. Persuadido, senhor, desta idea, & entendendo que a arte inventou a historia, & a pintura, para que as grandes virtudes do Senhor Marquez de Tavora, Pay de V. Excellencia, se imortalizassem, se resolverão as minhas

⁴⁰⁶ ERICEIRA, D. Luis de Menezes Conde da, ***Compendio Panegirico da vida, e acçoens do excellentissimo senhor Luis Alvarez de Tavora Conde de S. João, Marquez de Tavora, Gentilhomem da Camara de S. Alteza, do Conselhor de Guerra, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes***, Em Lisboa: Por Antonio Rodriguez D'Abrev., 1674.

nunca extinctas saudades, a procurar no retrato que se mostra neste volume, & nas acções que descreve, o alívio, que nem com esta industria consigo. Bem reconheço que este Scipião merecia melhor Livio; porém o meu affecto anima a minha desconfiança, sendo desculpa deste delicto *Meritipondus*, & *instar habet* (como disse Ovídio.) Pondere V. Excellencia as obrigações que herdou de hum Pay tão insigne, que não reconheceo ventagem aos mayores Capitaes do mundo: & espero da indole que V. Excel. logra, ver triunfar desta vez a natureza da arte, venerando o mundo em V. Excellencia melhor copia do Senhor Marquez, da que pode debuxar o pincel mais pulido, & a penna mais elegante. Deos guarde a V. Excell. &c.

O Conde da Eryceira.

Ericeira compara a história à pintura, como fez, também, no prólogo da *História de Portugal Restaurado*. Diz ele que a pintura é história muda, e a história é pintura que fala. Ambas se unem para a definição de um mesmo objeto, sendo tarefa da pintura dar forma ao corpo, e a da história é renovar a alma, ou seja, fazê-la viver novamente na narrativa. Assim, ele conclui que pintura sem história é corpo sem alma, como história sem pintura é alma sem corpo. Sem a história, afirma Ericeira, a memória de um homem duraria pouco tempo mais do que a sua vida, os heróis não teriam o merecido reconhecimento e os homens não teriam virtudes, pois estas nos são transmitidas pela história, que nos traz os exemplos a serem imitados. História e pintura, juntas, são capazes de ressuscitar o original que descrevem e elas foram inventadas pela arte, segundo Ericeira, justamente para suprir uma lacuna que ficaria na humanidade; sem elas, por exemplo, as ações de Luis Alvarez de Távora não poderiam ser imortalizadas, como são agora neste panegírico. Em seguida, o conde aplica a tópica da falsa modéstia quando afirma que este Cipião merecia um melhor Lívio, a fazer um paralelo com o general romano Cipião Africano e com o historiador Tito Lívio, quem narrou em suas histórias episódios protagonizados por aquele. Com isso, o autor afirma que as ações de Luis Alvarez foram tão grandiosas quanto as do general romano, mas a sua capacidade como historiador não se iguala à de Lívio.

Esta dedicatória, que transcrevemos integralmente, é, por si mesma, um pequeno tratado de história e, como podemos perceber, não é diferente dos outros tratados que estudamos. Curioso notar as comparações que são feitas entre historiador e outros artistas, como os escultores, arquitetos e os pintores.

Como o escultor, o historiador não cria a matéria com a qual trabalha, mas dá forma a ela; como o arquiteto, o historiador deve levar em consideração o material que dispõe e o edifício que pretende construir, para que os alicerces sejam firmes e não desmorone — o que quer dizer que o historiador deve adequar o seu estilo à matéria da sua narrativa —; como o pintor, o historiador imortaliza um acontecimento, constrói uma representação daquilo o que se passou, com a diferença de que a pintura é o corpo e a história é a alma. Eduardo Sinkevisque afirma que a história, no século XVII, era utilizada para “narrar/pintar as práticas passadas”, principalmente as ações honestas, virtuosas e todas as demais ações exemplares, por conta da concepção ciceroniana de *historia magistra vitae*⁴⁰⁷. Nesse sentido, a história não era somente uma prática, no século XVII, de interpretação documental, como passou a ser com mais ênfase a partir do século XIX, mas ela era também uma prática de doutrinação e moralização dos leitores. O objetivo de se escrever um panegírico, então, não era apenas o de elogiar uma pessoa, mas de representa-la como um modelo de virtude e moralidade para que seu exemplo fosse imitado⁴⁰⁸.

Se em Portugal não foi impresso nenhum tratado de história durante o século XVII, nem por isso os historiadores portugueses deixaram de se adequar aos preceitos da arte histórica. Como procuramos mostrar nestes capítulos, os preâmbulos foram espaços para dissertarem sobre esse gênero. O que se destaca, sobretudo, é a questão da verdade, considerada, desde os antigos gregos e romanos, a alma da história. Verdade esta que é retoricamente inventada na narrativa histórica, o que tornou possível os autores portugueses afirmarem que a verdade estava ao seu lado e não ao lado dos castelhanos, autores de narrativas movidas pelas paixões e, por isso, enganosas⁴⁰⁹. Os

⁴⁰⁷ “Utilizada para narrar/pintar as práticas passadas, a história seiscentista define-se por meio da noção ciceroniana, *magistra vitae*. Como mestra da vida, saber honesto, funde o passado, exemplarmente narrado, com o tempo presente da enunciação, no empenho de empreender ações honetas e virtuosas”. SINKEVISQUE, Eduardo, **Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)**, FFLCH/USP, São Paulo, 2005, p. 53.

⁴⁰⁸ “Em ambos os casos, católico e calvinista, a história é uma *historiarum copia*, uma história seleta, em exercício que se retira de outras histórias consagradas pelo costume. Ou seja, um gênero que as moralizações doutrina e consagram e não positividade apenas documental”. *Ibid*, p. 57.

⁴⁰⁹ Os autores espanhóis, como podemos imaginar, também escreviam histórias que diziam ser verdadeira e seguiam a tópica ciceroniana de *historia magistra vitae*, como mostra Freire: “As Histórias são escritas para que os grandes feitos não se percam no esquecimento e os que

portugueses, pelo contrário, como vimos nos preâmbulos, conseguiam ser justos e ter o juízo adequado para saber a medida certa do elogio e do vitupério, sem aumentar os seus feitos ou diminuir os do inimigo⁴¹⁰.

participaram deles adquiriram fama. Assim, na base da *Historia de la conquista de México*, está evidente a ideia ciceroniana da história como escritura, 'testemunha dos tempos, mestra da vida e luz da verdade'. Isso nos mostra como os preceitos da história eram difundidos e aplicados nos livros de diversos autores dos séculos XVI e XVII. Cf.: FREIRE, **A competição entre os discursos e as artes na Historia de la conquista de México de Dom Antonio de Solís**, p. 35.

⁴¹⁰ Aqui, não queremos defender os autores portugueses em detrimento dos espanhóis, mas apenas ressaltar que na lógica do discurso construído por eles no tempo da Restauração, a verdade histórica era entendida dessa forma.

Conclusão

Atentos à escrita como uma prática, procuramos mostrar a função de exórdio que os preâmbulos exerciam nos livros de história portugueses impressos entre 1640 e 1680, período da Restauração. Essa parte do livro, cuja função é preparar o leitor para a caminhada que a sua leitura propõe, foi anacronicamente definida como “paratexto”, pois este conceito pressupõe o livro como um objeto imutável, atemporal e, portanto, sem história. Quando Genette propôs o estudo dos paratextos, ele estava olhando para um livro já inserido em um capitalismo tipográfico desenvolvido no século XX. No século XVII, porém, as estratégias do mercado tipográfico eram outras. Com o surgimento e desenvolvimento da imprensa, o livro impresso tornou-se um objeto de larga difusão, que tinha, justamente, o propósito de ser lido pelo maior número de pessoas possível — dentro da lógica do Antigo Regime, onde os leitores eram uma pequena parcela da população, em geral nobres e membros do clero. Até pelo círculo de leitores ser restrito, os escritores dirigiam-se a um público bastante específico, que era representado nas cartas ao leitor e nos prólogos. Os historiadores pressupunham os seus leitores como homens letrados, cultos e engenhosos e era para conquistar a atenção deles que escreviam os seus exórdios. Assim, para nós, hoje, podermos analisar estes textos, temos que reconstituir as práticas de sua produção e, é neste sentido, que o estudo das artes retóricas é importante para o historiador. Além disso, é preciso ter em mente que o livro impresso não significou o fim da circulação do material manuscrito; pelo contrário, ambos conviveram, e ainda convivem em nossa sociedade, de forma que cada um tem os seus propósitos e objetivos. Nos séculos XVI e XVII, quando algum escritor queria que seus textos tivessem uma circulação mais restrita e controlada, no sentido de só ser lido por determinadas pessoas, permanecia em manuscrito — era neste formato que circulavam as críticas ao governo, por exemplo, uma vez que este tipo de material não passava, necessariamente, por uma censura. O impresso, ao contrário, tinha que passar pela censura eclesiástica e secular para poder circular, e assim como a sua circulação, também o controle sobre o seu conteúdo era maior.

Como vimos, os exórdios eram as dedicatórias, as cartas ao leitor, as licenças e o próprio frontispício, compostos com o objetivo de deixar o leitor

atento e favorável à matéria do livro. Se o autor dedicava seu livro ao rei, ou a um nobre, era com o objetivo de reafirmar o pacto de sujeição entre os súditos e o monarca, de forma a representar para a sociedade a hierarquia vigente, ao mesmo tempo que o próprio escritor representava a si mesmo como parte integrante desta hierarquia. Assim, com base nos preceitos retóricos, a dedicatória era geralmente escrita como uma carta, cuja característica é tornar presente alguém ausente, no caso o rei, o que deva prestígio ao autor e à obra. O tom dessa conversa epistolar era humilde e, em geral, o escritor pedia proteção ao monarca contra as críticas que pudesse receber.

Chamamos genericamente de “carta ao leitor” os textos destinados aos leitores da obra, os quais poderiam chamar-se “ao leitor”, “a quem ler”, “de Fulano aos leitores” etc.; eles também podiam ser escritos em forma de carta. Aqui, os autores procuravam deixar atentos e dóceis os seus leitores, falando das dificuldades de se escrever tal obra, seja por conta do gênero, do assunto, do momento ou das condições do escritor, conforme os preceitos do exórdio presentes em Aristóteles, Cícero, na *Retórica a Herênio*, em Quintiliano e nos autores das artes retóricas dos séculos XVI e XVII que imitavam os antigos. No caso do gênero histórico, geralmente era ressaltado as dificuldades de agradar ao público com uma obra cujo objetivo era dizer a verdade; ou, em outro aspecto, como ressaltou o conde da Ericeira, pelo fato de ser uma obra impressa e não poder ser “consertada” depois que saía do prelo, ao contrário do pintor que poderia retocar o seu quadro caso alguém sugerisse alguma melhora ou fizesse alguma crítica.

No prólogo, geralmente falava-se sobre a matéria do livro e, no caso dos de história, os autores escreviam sobre o gênero, definindo a história com o topos ciceroniano de *magistra vitae* e, por isso, verdadeira e útil — ou também o contrário: por ser verdadeira e útil, a história era *magistra vitae*. De qualquer forma, estão presentes os preceitos de Cícero e Tucídides, o qual propunha a história como *ktema es aei*, ou seja, aquisição para sempre, o que implicava a sua utilidade permanente. Como vimos, foi apenas no século XVI que os tratados de história passaram a ser escritos, pois antes disso o gênero era um capítulo das artes retóricas — exceção feita ao *Como se deve escrever a história*, de Luciano, que foi o único tratado sobre o tema que nos chegou da Antiguidade. No século XVI, Robortello publicou o primeiro tratado moderno sobre a história,

que, segundo ele, seguia as regras das artes retóricas. O século seguinte viu serem publicados vários tratados sobre este gênero, como os de: Luis Cabrera de Cordoba, autor do *De historia, para entenderla y escribirla* (1611), Agostino Mascardi, quem escreveu *Dell'arte historica* (1636), Jerónimo de San José, autor de *Genio de la historia* (1651) e Pierre Le Moyne, do *De l'histoire* (1670) — todos eles usando os mesmos modelos da Antiguidade, principalmente Cícero e Luciano de Samósata, mas também Heródoto, Tucídides, Tácito, Tito Lívio, Salústio, Plutarco e outros. Por ser *magistra vitae*, a história deveria ser escrita com clareza, independência e verdade. Assim, o estilo não poderia ser sublime, mas também não poderia ser baixo; ela deveria ser escrita com um estilo médio, embora alguns dos autores do século XVII, como Le Moyne, afirmavam que a história era como uma poesia que narrava verdades. De qualquer forma, era importante ter uma escrita clara e acessível, até mesmo porque neste momento a história assumia um papel importante para a política do Estado absolutista⁴¹¹, como apontou Koselleck.

Em Portugal, ao contrário do que aconteceu na Espanha, não se produziu nenhum tratado de história. Isso, porém, não significou a ausência de livros portugueses desse gênero. Pelo contrário, os acontecimentos desencadeados pelo 1º de dezembro de 1640 estimularam a publicação de histórias que legitimassem a separação de Portugal da coroa da Espanha. Nesse sentido, a história tinha um objetivo político: legitimar a Restauração e provar que D. João IV era o legítimo rei de Portugal. Então, no reino, e fora dele também, foram impressos diversos livros sobre a Restauração, alguns dos quais analisamos aqui, e, como pudemos constatar, nos preâmbulos havia um debate sobre o gênero histórico mostrando que os historiadores portugueses liam e aplicavam os preceitos daqueles tratados acima mencionados.

Os autores portugueses que se dedicaram ao gênero histórico conheciam os preceitos, o que pudemos constatar com a análise dos preâmbulos

⁴¹¹ Como nossa pesquisa não se propõe a discutir a questão sobre o que foi o Absolutismo, nos contentamos com as considerações de Perry Anderson sobre o assunto: “Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: *um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional — não obstante e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. Em outras palavras, o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada”. ANDERSON, Perry, **Linhagens do Estado Absolutista**, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 18. Destaques do autor.

que fizemos no último capítulo. Conheciam Cícero, Luciano, Tucídides, Tácito; conheciam os tratados modernos também, como o conde da Ericeira, que cita Mascardi e Le Moyne. O que chama a nossa atenção é que num momento no qual a história passa a ter um papel importante no reino, não houve quem se dedicasse a escrever um tratado sobre ela, como aconteceu em outras regiões. Isso, porém, não significou uma pobreza ou inferioridade dos livros desse gênero em Portugal, com relação aos reinos onde se publicaram tratados de história. Pelo contrário, os historiadores portugueses conheciam a fundo os preceitos históricos vigentes na época.

Podemos pensar que a questão para não se terem publicado tratados de história em Portugal foi outra, pois não é possível afirmar que o gênero não tivesse importância no reino. Talvez pudéssemos pensar como o pe. Mestre Frei Isidoro de Barreira, que, no prólogo de sua *Historia. Da vida, e Martyrio da gloriosa virgem Santa Eria* (1618), afirmou que os portugueses não têm grandes historiadores porque são mais propensos em agir do que em escrever:

Alvas nações do mundo, que desejão eternizar grãdezas suas, não somente tratão de as porem em escriptos; mas ainda quando lhes faltão proprias de que escreuão, buscão as alheyas em que se ocupem. A nossa Portugueza he nisto muy diferente das outras: porque mais pretende dar cada dia com suas proezas materia a grandes escripturas, que gastar o tempo na composição dellas, deixando ao valor das cousas, o cuidado de as acreditar, & ao mesmo tempos que as apregoae⁴¹².

Após a Restauração, porém, a história teria ganhado uma importância que talvez antes não tivesse. Podemos tomar o que disse Isidoro de Barreira para entender porque em Portugal não se publicaram tratados de história: como a ação era mais importante do que a composição e, por isso, faltavam bons historiadores no reino, após 1640 isso continuou sendo verdadeiro, mas a ação, agora, se estendia também para a escrita da história. Então, era mais importante escrever sobre os acontecimentos que levaram à aclamação de D. João IV, procurando legitimá-lo, do que escrever sobre a história — uma vez, também, que havia uma boa quantidade de tratados disponíveis.

⁴¹² BARREIRA, Padre Mestre Frey Isidoro de, *Historia. Da vida, e Martyrio da gloriosa virgem Santa Eria, Portugueza nossa, Freyra da Ordem do Patriarcha Sam Bento, natural de Nabancia que hoje he a notauel Villa de Thomar em o Reyno de Portugal.*, Em Lisboa: Por Antonio Aluarez, 1618.

Fontes

ALMEYDA, Padre Manuel d'. **Historia geral de Ethiopia a alta, ou Preste loam e do qve nella obraram os Padres da Companhia de Iesvs.** Em Coimbra: Na Officina de Manoel Dias Impressor da Vniversidade, 1660.

BARREIRA, Padre Mestre Frey Isidoro de. **Historia. Da vida, e Martyrio da gloriosa virgem Santa Eria, Portuguesa nossa, Freyra da Ordem do Patriarcha Sam Bento, natural de Nabancia que hoje he a notauel Villa de Thomar em o Reyno de Portugal.** Em Lisboa: Por Antonio Aluarez, 1618.

BARROS, João de. **Ásia de João de Barros: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente - Primeira década.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

BIRAGO, Giovanni Battista. **Historia del Regno di Portogallo.** Lugduni: [s.n.], 1644.

BRANDÃO, Frei Francisco. **Qvinta parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a historia dos primeiros 23. annos DelRey D. Dinis.** Em Lisboa: Na Officina de Paulo Craesbeeck, 1650.

BRITO, Frei Bernardo de. **Monarquia Lusitana I.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. **De historia, para entenderla y escribirla.** Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1948.

CABRERA DE CORDOBA, Luis. **De historia, para entenderla y escribirla.** En Madrid: Por Luis Sanches, 1611.

CUNHA, D. Antonio Alvares. **Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na Primavera do anno de 1663.** Lisboa: Na Officina de Henrique Valente de Oliueira Impressor delRey N. S., 1663.

ERICEIRA, Conde da. **História de Portugal Restaurado offerecida ao serenissimo principe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.** Lisboa: na Officina de Joaõ Galraõ, 1679. Ilv.

ERICEIRA, D. Luis de Menezes Conde da. **Compendio Panegirico da vida, e acçoens do excellentissimo senhor Luis Alverez de Tavora Conde de S. Ião, Marquez de Tavora, Gentilhomem da Camara de S. Alteza, do**

Conselhor de Guerra, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes. Em Lisboa: Por Antonio Rodriguez D'Abrev., 1674.

LE MOYNE, Pierre. **Arte de Historia escrito en lengva francesa por el Padre Pedro Moyne, de la Compañia de Iesvs. Y tradvcido en la castellana por el Padre Francisco Garcia, de la Compañia de Iesus, Maestro de Teologia.** Trad. Pe. Francisco Garcia. En Madrid: En la Imprenta Imperial, 1676.

LE MOYNE, Pierre. **Of the Art both of Writing & Judging of History with Reflections upon Ancient as well as Modern Historians.** Londres: Printed for R. Sare at Grays-Inn-Gate in Holbourn, and J. Dindmarsh against the Exchange in Cornhill, 1695.

LE MOYNE. **De l'histoire.** Paris: Chez Louïs Billaine, en la grand Salle du Palais, au grand Cesar & à la Palme, 1670.

LÓPES, Fernão. **Chronica de El-rei D. João I, vol. I.** Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1897.

LÓPES, Fernão. **Chronica DelRey d. loam I de boa memoria, e dos reys de Portvgal o decimo. Primeira parte em qve se contem a defensam do Reyno atè ser eleito Rey. Offerecida A Magestade DelRey Dom loam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez.** 1ª. Lisboa: Antonio Alvares Impressor DelRey N.S., 1644. Illv. Disponível em: <<http://purl.pt/218/4/>>.

LÓPES, Fernão. **Coronica DelR dom fernando deste nome o primeiro: e dos Reis de portugal o noueno.**

MASCARDI, Agostino. **Dell'arte istorica.** Modena: Mucchi Editore, 1994.

MELO, D. Francisco Manuel de. **D. Teodósio II.** Trad. Augusto Casimiro. 1ª. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944.

MELO, D. Francisco Manuel de. **Epanáfora de vária história portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

MELO, D. Francisco Manuel de. **Hospital das Letras.** Lisboa: [s.n.], 1657.

MELO, Francisco Manuel de. **Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña.** Madrid: Editorial Castalia, 1996. (Clásicos Castalia, 224).

Relação de tudo o que se passou na Felice aclamação do Mui Alto, & mui Poderoso Rey Dom João o IV. nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos Annos. Dedicada aos Fidalgos de Portugal. 1641.

RIBEIRO, João Pinto. **Injustas successoens dos reys de Leão, e de Castella e izenção de Portugal**. Em Lisboa: impresso por Paulo Craesbeeck. Impressor, & Livreiro das tres Ordens Militares impresso à custa de Lourenço de Queirós Livreiro do Estado de Bragança [sic], 1642.

RIBEIRO, João Pinto. **Usurpação, retenção, restauração, de Portugal**. Em Lisboa: na Officina de Lourenço de Anveres vendese em casa de Lourenço de Queirós, livreiro do Estado de Bragança, 1642.

SALINAS. **Rhetorica en lengua Castellana en la qual se pone muy en breue lo necessario para saber bien hablar y escreuir y conoscer quien habla y escriue bien**. [s.l.]: Con pprivilegio real, 1541.

SAN JOSÉ, Jerónimo de. **Genio de la historia**. En Çaragoça: en la Imprenta de Diego Dormer, 1651.

SOUSA, Manuel de Faria e. **Ásia portuguesa**. 1ª. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

TELLEZ, P. M. Balthazar. **Chronica da Companhia de Iesv na Provincia de Portvgal; e do que fizeram, nas conquistas d'este Reyno, os Religiosos que na mesma Provincia entraram, nos annos em que uiueo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador**. Em Lisboa: Por Paulo Craesbeeck, 1645.

Referências bibliográficas

AMBROSIO, Renato. **De rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma**. 1ª. São Paulo: Humanitas, 2005.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Marcelo Perine. 3ª. São Paulo: Edições Loyola, 2013. IIIv.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Paulo Pinheiro. 1ª. São Paulo: Editora 34, 2015.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. 1ª. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (Obras Completas de Aristóteles).

ARTAZA, Elena. **Antología de textos retóricos españoles del siglo XVI**. 1ª. Bilbao: Universidad de Deusto, 1997.

ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (Orgs.). **Ensaio de retórica antiga**. 1ª. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

BAXANDALL, Michael. **Giotto and the orators: Humanist observers of painting in Italy and the discovery of pictorial composition 1350-1450**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1988.

BLUTEAU, Raphael. Ecliptica. *In: Vocabulário Potuguez & Latino*. Lisboa: [s.n., s.d.], v. 3. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/ecliptica>>. Acesso em: 9 out. 2015.
BLUTEAU, Raphael. Tenção. *In: Vocabulário Potuguez & Latino - volume 8*. Lisboa: [s.n.], 1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/ten%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

BOUZA, Fernando. **Corre manuscrito**. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BOUZA, Fernando. **“Dásele licencia y privilegio”: Don Quijote y la aprobación de libros en el Siglo de Oro**. 1ª. Madrid: Akal, 2012.

BOUZA, Fernando. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. 1ª. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

BOUZA, Fernando. Retórica da Imagem Real: Portugal e a memória figurada de Filipe II. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 4, p. 19–58, 1990. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2689946>>. Acesso em: 6 out. 2015.

BOUZA, Fernando. **Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580 - 1668)**. Lisboa: Ed. Cosmos, 2000. (Cosmos História, 34).

BRAUDEL, Fernand. Posições da História em 1950. *In: Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 17–38.

BUESCU, Ana Isabel. Aspectos do bilingüismo Português-Castelhano na época moderna. **Hispania**, v. 64, n. 216, p. 13–38, 2004. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/viewArticle/195>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BUESCU, Ana Isabel. Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 21, p. 11–32, 1999. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655613>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)**. 1ª. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CARBONELL, Charles-Olivier. Le discours baroque sur la science de l'histoire. **Baroque**, n. 12, 1987. Disponível em: <<http://baroque.revues.org/588>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**. 1ª. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.
CARVALHO, Romulo de. **História do ensino em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTIGLIONE, Baldassare. **O Cortesão**. Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada. 1ª. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Org.). **Historia de la cultura escrita: Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada**. Gijón: Ediciones Trea, 2010.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, 2003.

CASTRO, Aníbal Pinto de. **Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo**. 2ª. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel. **O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha. Segundo livro**. Trad. Sérgio Molina. 1ª. São Paulo: Editora 34, 2007.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. **Culture écrite et société: l'ordre des livres (XIVe-XVIIIe siècle)**. Paris: Albin Michel, 1996.

CHARTIER, Roger. **Inscriver e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)**. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHARTIER, Roger (Org.). **Pratiques de la lecture**. Paris: Payot & Rivages, 2003.

CÍCERO. **De l'orateur**. Trad. Edmond Courbaud. Paris: Les Belles Lettres, 2009. IIIv.

CÍCERO. **De l'orateur, livre II**. Trad. Edmond Courbaud. Paris: Les Belles Lettres, 2009. IIIv.

CÍCERO. **L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs**. Trad. Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

[CÍCERO]. **Retórica a Herênio**. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. São Paulo: Hedra, 2005.

CÍCERO. **Tratado das leis**. Trad. Marino Kury. 1ª. Caxias do Sul: Educs, 2004.

CICERO, Marcus Tullius. **De l'invention**. Trad. Guy Achard. Paris: Les Belles Lettres, 1994. (Collection des Universités de France, 320).

COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. **D. João IV**. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2015.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. 1a ed. Lisboa: Instituto Ciencias Sociais, 2007.

CURTO, Diogo Ramada. **O discurso político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.

DARNTON, Robert. **Bohème littéraire et révolution: Le monde des livres au XVIIIe siècle**. Paris: Editions Gallimard, 2010.

DARNTON, Robert. **The forbidden best-sellers of pre-revolutionary France**. 1ª. New York: Norton, 1996.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A revolução da cultura impressa: Os primórdios da Europa Moderna**. Trad. Osvaldo Biato. 1ª. São Paulo: Editora Ática, 1998.

ELBOJ, Gonzalo Fontana. El “Genio de la Historia” de fray Jerónimo de San José en el marco de la tradística histórica del Humanismo. **Alazet: Revista de filología**, n. 14, p. 139–156, 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=832429>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ESTEVE, Cesc. Teorías de la prosa histórica en la temprana modernidad. **Críticon**, n. 120–121, p. 117–136, 2014. Disponível em: <<http://criticon.revues.org/807>>. Acesso em: 21 out. 2016.

ESTRUCH TOBELLÀ, Joan. Introducción. In: MELO, Francisco Manuel de. **Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña**. Madrid: Editorial Castalia, 1996. (Clásicos Castalia, 224).

FERREYROLLES, Gérard (Org.). **Traité sur l’histoire (1638-1677): La Mothe Le Vayer, Le Moyne, Saint-Réal, Rapin**. Paris: Honoré Champion éditeur, 2013. (Sources classiques, 118).

FLEMING, J. David. The Very Idea of a “Progymnasmata”. **Rhetoric Review**, v. 22, n. 2, p. 105–120, 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3093032>>. Acesso em: 12 set. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **L’archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 2010.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: CAPES; Annablume, 2006.

FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. (Estudos históricos, 28).

FREIRE, Deolinda de Jesus. **A competição entre os discursos e as artes na História de la conquista de México de Dom Antonio de Solís**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2014.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros. 1ª. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

GONZÁLEZ, María Victoria Pineda. Verdad, ficción y estrategias narrativas: nuevas perspectivas historiográficas. **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografía**, n. 3, p. 105–121, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2921652>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GRAFTON, Anthony. **What was History? The art of history in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GUICCIARDINI, Francesco. **Reflexões**. Trad. Sérgio Mauro. 1ª. São Paulo: Hucitec; Instituto Italiano de Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995.

HANSEN, João Adolfo. A “representação” nas festas coloniais. In: KANTOR, Íris; JANCÓS, István (Orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa, volume II**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HANSEN, João Adolfo. Fênix renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução. In: PÉCORA, Alcir (Org.). **Poesia seiscentista: Fênix renascida & Portilhão de Apolo**. 1ª. São Paulo: Hedra, 2002.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. **Matraga**, v. 20, n. 33, p. 11–46, 2013.

HANSEN, João Adolfo. Letras coloniais e historiografia literária. **Matraga**, v. 18, p. 13–44, 2006. Disponível em: <<http://www.pglettras.uerj.br/matraca/matraca18/matraca18a01.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando (Orgs.). **Retórica**. 1ª. São Paulo: Annablume, 2012.

HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. **Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII**. 1ª. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François (Org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. 1ª. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Trad. Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, *et al.* 1ª. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HERÓDOTO. **História: Livro I - Clío**. Trad. Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

JEREZ, Luis Merino. Sobre la historia en los Rhetoricorum Libri V de Jorge de Trebisonda: introducción, edición, traducción, notas e índices. **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografía**, n. 2, p. 27–65, 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2484036>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

JOANABRAGA. **Os Guarda-Mores da Torre do Tombo**. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

JOHNSON, Francis R. Two Renaissance Textbooks of Rhetoric: Aphthonius' "Progymnasmata" and Rainolde's "A Booke Called the Foundation of Rhetorike". **Huntington Library Quarterly**, v. 6, n. 4, p. 427–444, 1943. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3815939>>. Acesso em: 12 set. 2015.

KENNEDY, George A. **Classical rhetoric and its christian and secular tradition from Ancient to Modern Times**. 2ª. Chapel Hill e Londres: The University of North Carolina Press, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. 1ª. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. *In*: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. 1ª. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC Rio, 2006, p. 97–118.

LACAPRA, Dominik. Retórica e história. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 97–118, 2013.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. 1ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LÓPEZ GRIGERA, Luisa. **La Retórica en la España del Siglo de Oro**. 2ª. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

LÓPEZ PINCIANO, Alonso. **Obras completas, I: Philosophía Antigua Poética**. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 1998. (Biblioteca Castro).

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Fernão Lopes e a retórica medieval**. 1ª. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MAROTTI, Arthur F. **Manuscript, print, and the English Renaissance lyric**. 1ª. Ithaca / Londres: Cornell University Press, 1995.

MARQUES, João Francisco. **A paranética portuguesa e a Restauração: 1640 - 1668: A revolta e a mentalidade**. Porto: Dissertação de doutoramento em história moderna e contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal, 1581 e 1619**. São Paulo: Alameda, 2004.

MOREIRA, Marcello. **Crítica textualis in caelum revocata?: Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra**. 1ª. São Paulo: Edusp, 2011.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. (Estudos históricos, 45).

MOUCHEL, Christian. Rhétoriques post-tridentines (1570-1600): la fabrique d'une société chrétienne. In: FOUMAROLI, Marc (Org.). **Histoire de la rhétorique moderne - 1450-1950**. Paris: PUF, 1999.

MUHANA, Adma. **A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1997.

PATILLON, Michel (Org.). **Corpus rhetoricvm**. Trad. Michel Patillon. Paris: Les Belles Lettres, 2008. Vv.

PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros: Novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage**. 1ª. São Paulo: Edusp, 2001.

PINEDA, Victoria. La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos. **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografía**, n. 2, p. 95–219, 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2484038>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

PIRES, Francisco Murari. **Modernidades tucididianas: Ktema es Aei**. São Paulo: Edusp, 2007.

POLÍBIO. **Histórias**. Trad. Alberto Díaz Tejera. Madrid/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1972. 5v.

PORQUERAS MAYO, Alberto. **El prólogo como género literario: su estudio en el siglo de oro español**. 1ª. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.

QUINTILIEN. **Institution oratoire. T. 2: Livres II et III**. Trad. Jean Cousin. 4. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2003. (Collection des universités de France Série latine, 225).

QUINTILIEN. **Institution oratoire. T. 3: Livres IV et V**. Trad. Jean Cousin. 2. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2003. (Collection des universités de France Série latine, 224).

QUINTILIEN. **Institution oratoire. T. 6: Livres X et XI**. Trad. Jean Cousin. 2. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2003. (Collection des universités de France Série latine, 239).

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

REIS, Flávio Antônio Fernandes. **O sonho de Scipião: acerca da recepção de Cícero no Portugal quinhentista**. 1ª. São Paulo: Humanitas, 2012.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2013.

SAMÓSATA, Luciano. **Como se deve escrever a história**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007.

SAMPAIO, Albino Forjaz de (Org.). **História da Literatura Portuguesa Ilustrada**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1932.

SÁNCHEZ ALONSO, B. **Historia de la historiografia española, volume II**. [s.l.]: Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1944. Disponível em: <<http://archive.org/details/historiadelahist02sanc>>. Acesso em: 21 out. 2016.

SCATOLIN, Adriano. Cícero, Do orador, 2.51–64: a historiografia. **Letras Clássicas**, v. 15, n. 1, p. 91–96, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/104954>>. Acesso em: 29 set. 2015.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves (Org.). **Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615 - 1654)**. Porto: Citcem, 2011. (Fontes / Citcem, 3).

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez (Tomo 02: Letras C-Fr)**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/016843-02>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SINKEVISQUE, Eduardo. Com furores de Marte e com Astúcias de Mercúrio: o Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi. **Topoi**, v. 7, n. 13, p. 331–378, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n13/2237-101X-topoi-7-13-00331.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

SINKEVISQUE, Eduardo. **Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)**. FFLCH/USP, São Paulo, 2005.
SINKEVISQUE, Eduardo. **Retórica e Política: A prosa histórica dos séculos XVII e XVIII. Introdução a um debate sobre gênero**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SINKEVISQUE, Eduardo. **Três traduções portuguesas do século XVIII do Como se deve escrever a história**. São Paulo: Versão manuscrita, S/d.

SOARES, Cipriano. **Arte de Retórica**. Trad. Silvério Augusto Benedito. Lisboa: (Parte integrante da dissertação de mestrado em literaturas clássicas – área de literatura latina, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa), 1995.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica**. 1ª. São Paulo: Edusp, 1999.

THEON, Aelius. The Exercises of Aelius Theon. *In*: KENNEDY, George A. (Org.). **Progymnasmata: Greek textbooks of prose composition and rhetoric**. Trad. George A. Kennedy. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.

TRIPET, Arnaud. **Montaigne et l'art du prologue au XVI^e siècle**. 1. ed. Paris: Librairie Honoré Champion, 1992.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. Mário da Gama Kury. 1^a. Brasília: Editora UnB, 1982.

VALLADARES, Rafael. **A Independência de Portugal: Guerra e Restauração: 1640-1680**. Trad. Pedro Cardim. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

VIDAL, Silvina Paula. Los teóricos españoles de la historia: Luis Cabrera de Córdoba (1599-1623). **Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos SA Segreti"**, v. 10, n. 10, p. 325–342, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4093904>>. Acesso em: 20 out. 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações**. 1. ed. Belo Horizonte, MG, Brasil: Fino Traço Editora, 2015. (Coleção História).

XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. **D. Afonso VI**. 1^a. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

ZANDONÁ, Deise. Luciano de Samósata e o tonel de Diógenes: história e retórica na Roma Imperial. *In*: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (Orgs.). **Ensaio de retórica antiga**. 1^a. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.